

UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ

MARÍA ALEJANDRA NICOLÁS

**INTERNET E POLÍTICA: GRAUS DE REPRESENTAÇÃO
POLÍTICA E USO DA INTERNET PELAS ELITES
PARLAMENTARES DA AMÉRICA DO SUL**

CURITIBA

2009

UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ

MARÍA ALEJANDRA NICOLÁS

**INTERNET E POLÍTICA: GRAUS DE REPRESENTAÇÃO
POLÍTICA E USO DA INTERNET PELAS ELITES
PARLAMENTARES DA AMÉRICA DO SUL**

Dissertação apresentada como requisito parcial à obtenção do grau de Mestre em Sociologia, Curso de Pós-Graduação em Sociologia, Setor de Ciências Humanas, Letras e Artes, Universidade Federal do Paraná.

Orientador: Prof. Dr. Ricardo Costa de Oliveira

Co-orientador: Prof. Dr. Sérgio Soares Braga

CURITIBA

2009

MARÍA ALEJANDRA NICOLÁS

**INTERNET E POLÍTICA: GRAUS DE REPRESENTAÇÃO
POLÍTICA E USO DA INTERNET PELAS ELITES
PARLAMENTARES DA AMÉRICA DO SUL**

Dissertação apresentada ao Curso de Mestrado em Sociologia, da Universidade Federal do Paraná, como requisito parcial à obtenção do título de Mestre.

COMISSÃO EXAMINADORA

Prof. Dr. Ricardo Costa de Oliveira
Universidade Federal do Paraná (UFPR)

Prof. Dr. Sérgio Soares Braga
Universidade Federal do Paraná (UFPR)

Profa. Dra. Vera Lucia Michalany Chaia
Pontifícia Universidade Católica de São Paulo
(PUC/SP)

Curitiba, setembro de 2009.

A la abuela Julia y a Kuki
que los tengo siempre
en mi corazón

AGRADECIMENTOS

Gostaria de agradecer a todas aquelas pessoas e instituições que, direta ou indiretamente, ajudaram para a construção deste trabalho.

Ao curso de pós-graduação em Sociologia da Universidade Federal do Paraná pela acolhida no programa.

Ao professor Sérgio, especialmente, pelos ensinamentos de pesquisa, pelo senso crítico e por sua ajuda em inúmeras ocasiões. Certamente, não teria sido possível concluir este trabalho sem sua dedicação.

Ao professor Ricardo pelas fundamentais sugestões e críticas feitas ao trabalho. Meu especial agradecimento pela paciência e acompanhamento ao longo da jornada.

À professora Luciana Veiga pelas excelentes sugestões que realizou ao meu trabalho quando de sua qualificação.

Agradeço também a Sueli, secretária do Programa de Pós-graduação em Sociologia da UFPR, pela amabilidade e presteza.

Minha especial gratidão aos integrantes do Núcleo de Pesquisa: “Democracia, Instituições Políticas e Novas Tecnologias” da UFPR, Andre, Juliano, Roberta, Júlia, Letícia, Francis e Daniela pela ajuda na construção dos bancos de dados que foram utilizados nesta pesquisa.

Agradeço a minha família, em especial, meus pais por ter me dado a liberdade de escolha e pelo apoio incondicional de sempre. A Dorita pelo carinho e bom humor. As minhas irmãs, Marisa e Patricia, pelas longas conversas pelo Skype e pelo suporte emocional brindado sempre, sem o qual alguns momentos teriam sido muitos difíceis de transitar.

Por fim meu agradecimento eterno ao meu amor, Vanderson, por ser a luz da minha vida e pelo companheirismo oferecido em todo este longo processo de crescimento pessoal e profissional.

SUMÁRIO

LISTA DE TABELAS, GRÁFICOS, FIGURAS E QUADROS.....	7
RESUMO.....	9
RESUMEN	10
INTRODUÇÃO	11
1. INTERNET, DEMOCRACIA E REPRESENTAÇÃO POLÍTICA: UM MODELO DE ANÁLISE PARA AVALIAR O USO DA INTERNET PELAS ELITES PARLAMENTARES DA AMÉRICA DO SUL.....	16
1.1. Revisão da literatura.	16
1.1.a. Estudos gerais sobre as relações entre internet e política.	17
1.1.b. Pesquisas sobre o uso da web pelos atores parlamentares sob a ótica da comunicação política.....	23
1.1.c. Estudos sobre os atores parlamentares na web empreendidos sob a ótica da ciência política (“inside approach”).....	32
1.2. Modelos de democracia e graus de representação política.	43
1.3. Metodologia de pesquisa: um modelo abrangente de análise do uso da internet pelas elites parlamentares empreendida sob a ótica do cientista político (“inside approach”).	50
2. AS ELITES PARLAMENTARES SUL-AMERICANAS E AS NTICs: PERFIL SOCIOPOLÍTICO E USO DA WEB PELOS DEPUTADOS E SENADORES DO BRASIL, CHILE, PARAGUAI, URUGUAI E VENEZUELA.....	54
2.1. O universo empírico de pesquisa e a metodologia empregada: as elites parlamentares da América do Sul e a internet.....	57
2.2. Análise dos websites dos órgãos legislativos.	64
2.2.1. Perfil social e biográfico dos parlamentares..	64
2.2.2. Trajetória política dos deputados e senadores sul-americanos..	66
2.2.3. Comportamento político e uso da Web pelos parlamentares da América do Sul.....	68
2.3. Conclusão: um índice de transparência dos parlamentares.....	70
2.4. Análise exploratória dos websites dos parlamentares	72
2.5. Conclusões.....	79

3. Representantes “Web. 2.0”? Comparando os casos dos Legislativos do Brasil e do Chile	81
Introdução.....	81
3.1. Mecanismos de “delegação”, “confiança”, “fidelidade ao partido” e “serviço ao eleitor” nos websites parlamentares do Brasil e do Chile.	84
3.1.a. “Delegação e Confiança”	86
3.1.b. “Grau de partidarização”	88
3.1.c. “Atendimento aos eleitores”	89
3.2. Análise de conteúdo dos websites: Mecanismos Web 2.0 e “falas cidadãs”	91
3.2.a. Navegabilidade/Acessibilidade.....	93
3.2.b. Accountability, informação e comunicação	95
3.2.c. Participação e interação	97
3.3. Conclusão.....	99
4. PARTICIPAÇÃO E INTERAÇÃO ON-LINE: ESTUDO DE CASO DE ALGUMAS EXPERIÊNCIAS DE “REPRESENTAÇÃO WEB 2.0” NOS PAÍSES SUL-AMERICANOS.....	104
4.1. Utilização de Redes Sociais nos WP	105
4.2. Principais experiências de “Falas cidadãs” (ou participação) nos WP	112
4.3. Conclusão	117
5 CONCLUSÕES GERAIS	119
Referencias Bibliográficas	121
Anexos	128

LISTA DE TABELAS, GRÁFICOS E FIGURAS

Tabela 1 - Distribuição partidária dos deputados e senadores	58
Tabela 2 - Informações disponíveis na web sobre as elites parlamentares da América do Sul	62
Tabela 3 - Uso da Web pelos parlamentares sul-americanos.....	74
Tabela 4 - Graus de participação nos websites das elites parlamentares sul-americanas	77
Tabela 5 - Uso de websites pelos parlamentares do Brasil e do Chile.....	83
Tabela 6 - “Delegação e confiança” nos WPs por casa legislativa	87
Tabela 7 - “Grau de partidarização” nos WPs por casa legislativa	89
Tabela 8 - “Atendimento aos eleitores” nos WPs por casa legislativa	90
Tabela 9 - Itens de navegabilidade nos websites dos parlamentares de Brasil e Chile.....	94
Tabela 10 - “informação e comunicação” nos websites dos parlamentares de Brasil e Chile	95
Tabela 11 - Participação e interação nos WPs de Brasil e Chile	97
Tabela 12 - Tipo de websites dos parlamentares brasileiros e chilenos.....	101
Tabela 13 - Forma e conteúdo do WP brasileiros e chilenos.....	102
Gráfico 1 - Informações sobre o perfil social nos websites das casas legislativas.....	65
Gráfico 2 - Informações sobre a trajetória política nos websites	67
Gráfico 3 - Informações sobre o comportamento político dos parlamentares nos websites das casas legislativas	69
Gráfico 4 - Índice de transparência dos websites legislativos Sul-americanos.....	71
Gráfico 5 - Graus de representação nos parlamentos sul-americanos.....	99
Figura 1 - The Impact of the Internet and Other ICT on Parliament.....	40
Figura 2 - Graus de uso das NTICs pelos atores parlamentares.....	42
Figura 3 - Modelo de interatividade (adap. Ferber et. Al., 2007)	104
Figura 4- Website do Luiz Paulo Vellozo Lucas (PSDB)	106
Figura 5 - Twitter do dep. Lucas (PSDB)	107
Figura 6 - Twitter da dep. Marisol Turres (UDI)	107

Figura 7 - Twitter do dep. Gabeira (PV)	108
Figura 8 - Twitter do senador Girardi (PPD).....	109
Figura 9 - Twitter do senador Cristovam Buarque (PDT)	110
Figura 10 - Facebook do dep. Cristián Monckeberg (RN)	110
Figura 11 – Orkut do senador Demóstenes Torres (DEM).....	111
Figura 12 - Facebook do senador Aloizio Mercadante (PT)	112
Figura 13- Twitter do senador Aloizio Mercadante (PT).....	112
Figura 14- Blog do senador Alejandro Navarro Brain (MAS)	114
Figura 15 - Website do senador Alejandro Navarro Brain (MAS)	114
Figura 16- Website do deputado Magela (PT) – Enquete.....	115
Figura 17 - Website do deputado Aleluia (DEM) – Enquete	116
Figura 18- Website do deputado Mário Heringer (PDT) – Fórum.....	116
Figura 19 - Website do senador Renato Casagrande (PSB) – Fórum.....	117
Quadro 1 - Modelos de Democracia Eletrônica	45
Quadro 2 - Características institucionais dos países sul-americanos	60
Quadro 3 - Graus de participação nos WP	73

NICOLÁS, María Alejandra. Internet e política: Graus de representação política e uso da internet pelas elites parlamentares da América do Sul. 2009. Dissertação (Mestrado em Sociologia) – Universidade Federal do Paraná.

RESUMO

O objetivo deste trabalho é empreender uma avaliação do uso da internet pelas elites parlamentares nos países da América do Sul (Argentina, Brasil, Chile, Paraguai, Uruguai e Venezuela) nos vários níveis em que se dá esse uso. A partir das ideias de modos de concretização da democracia e de “graus de representação” expostas no capítulo 1, buscaremos, nos capítulos seguintes, avaliar as várias dimensões da utilização das Novas Tecnologias de Informação e Comunicação (NTICs) pelas elites parlamentares sul-americanas. Inicialmente, efetuamos um exame do grau de informação sobre o perfil social, a trajetória política e o comportamento parlamentar de tais elites nas casas legislativas examinadas, e elaboramos um indicador para avaliar a quantidade de informações sobre os deputados e senadores disponíveis em cada casa legislativa. Em seguida, efetuamos uma avaliação das modalidades de representação política difundidas através dos websites dos parlamentares “digitalmente incluídos”, e chegamos à conclusão de que os mesmos são empregados pelo parlamentar médio sul-americano para veicular informações “top down” sobre sua atividade parlamentar, ao invés de promover políticas de cunho particularistas ou dinamizar os instrumentos de participação e interação política disponíveis aos cidadãos e potenciais eleitores. Por fim, após a caracterização de um pequeno universo de parlamentares que empregam tais ferramentas de forma mais intensa (que designaremos como “representantes Web 2.0”), faremos um breve estudo de caso de algumas experiências de uso destes recursos nos websites parlamentares. Nossas hipóteses básicas são as seguintes: (i) o grau de informações sobre o perfil social, trajetória política e comportamento parlamentar vigente nas diferentes casas legislativas é bastante desigual; (ii) o tipo predominante de website parlamentar nos países latino-americanos analisados é aquele que caracterizamos como “outdoor virtual” com foco na atividade parlamentar, em detrimento de políticas personalistas e/ou no estímulo à criação de mecanismos de interação e participação políticas; (iii) apenas uma pequena percentagem de deputados e senadores podem ser caracterizados como “representantes Web 2.0” que utilizam alguns recursos destas novas mídias que nos permitem antever padrões mais avançados de representação política passíveis de serem concretizados a partir dos recursos disponibilizados pela internet. Todos estes resultados apontam para uma conclusão mais geral segundo a qual as NTICs dão ensejo a diferentes *graus de representação política* e níveis de representatividade que vinculam as elites parlamentares observadas com os cidadãos de quem se declaram supostamente representantes.

Palavras-chave: Internet e Política; Elites Parlamentares Sul-Americanas; graus de representação política; modelos de democracia eletrônica.

RESUMEN

El objetivo de este trabajo es emprender una evaluación del uso de internet por las elites parlamentarias de los países de América del Sur (Argentina, Brasil, Chile, Paraguay, Uruguay y Venezuela) en los varios niveles en que ocurre ese uso. A partir de la idea de modos de concretización de democracia y de “grados de representación” expuestas en el capítulo 1 buscaremos, en los capítulos siguientes, evaluar las varias dimensiones de la utilización de las Nuevas Tecnologías de Información y Comunicación (NTICs) por las elites parlamentarias de América del Sur. Inicialmente realizamos un examen del grado de información sobre el perfil social, la trayectoria política y el comportamiento parlamentario de tales elites en las casas legislativas examinadas, y elaboramos un indicador para evaluar la cantidad de informaciones sobre los diputados y senadores disponibles en cada casa legislativa. En seguida, efectuamos una evaluación de las modalidades de representación política difundidas a través de los websites de los parlamentarios “digitalmente incluidos”, y llegamos a la conclusión de que los mismos son utilizados por el parlamentario medio para vehicular informaciones “top down” sobre su actividad parlamentar, al contrario de promover políticas de naturaleza particularistas o dinamizar los instrumentos de participación e interacción políticas disponibles a los ciudadanos y posibles electores. Por último, después de la caracterización de un pequeño universo de parlamentares que utilizan tales herramientas de forma más intensa (que designamos como “representantes Web 2.0”), haremos un breve estudio de caso de algunas experiencias de uso de estos recursos en los websites parlamentarios. Nuestras hipótesis básicas son las siguientes: (i) el grado de información sobre el perfil social, trayectoria política y comportamiento parlamentar vigente en las diferentes casas legislativas es bastante desigual; (ii) el tipo predominante de websites parlamentar en los países latinoamericanos analizadas es aquel que caracterizamos como “outdoor virtual” con foco en la actividad parlamentar, en detrimento de políticas personalistas y/o en el estímulo a la creación de mecanismos de interacción y participación política; (iii) apenas un pequeño porcentaje de diputados y senadores pueden ser caracterizados como “representantes web 2.0”, que utilizan algunos recursos de estos nuevos medios que nos permiten prever padrones más avanzados de representación política posibles de ser concretizados a partir de los recursos disponibles por la internet. Todos estos resultados apuntan para una conclusión más general, a partir de la cual las NTICs ocasionan diferentes grados de representación política y niveles de representatividad que vinculan las elites parlamentarias observadas con los ciudadanos de quien se declaran supuestamente representantes.

Palabras-claves: Internet y Política; Elites Parlamentarias Sur-Americanas; grados de representación política; modelos de democracia electrónica.

Introdução.

Desde pelo menos meados dos anos 1990, os impactos da internet nas várias dimensões dos sistemas políticos contemporâneos, especialmente os sistemas políticos democráticos, têm sido objeto de uma vasta literatura. Especialmente nos países de democracia mais institucionalizada e estável, onde a reflexão sobre o tema está mais avançada, há um grande e crescente campo de estudos e pesquisas sobre os impactos das Novas Tecnologias de Informação e Comunicação (NTICs) em geral, e a internet em particular, nestes sistemas políticos¹. Com efeito, nos países mais desenvolvidos, os impactos da internet nos mais variados tipos de atores e instituições participantes dos “sistemas políticos virtuais” já foram objeto de estudos sistemáticos e “empiricamente orientados”, especialmente nos países anglo-saxões. Apenas a título de exemplo, e sem a menor ambição de fazer um inventário dessa ampla produção acadêmica, podemos mencionar a existência de um amplo conjunto de trabalhos sobre “e-gov e governo eletrônico” (Kakabadsshe et. al., 2003; Seifert & Chung, 2009), ciberativismo e movimentos sociais (Weissberg, 2003; Schussman & Eark, 2004), partidos políticos (Rommele, 2003; Norris, 2003; Gibson, Nixon & Ward, 2003), eleições e processos eleitorais (Bimber & Davis, 2003; Ward et. al, 2009), órgãos legislativos e parlamentares (Schmitter et. al, 2003; Beetham, 2006, Braga, 2007), e sobre como os políticos e as elites políticas usam a internet². Além disso, são abundantes as reflexões mais gerais, empreendidas sobre a ótica da sociologia e da

¹ Um recente e bem informado balanço sobre as várias possibilidades de estudo acerca da temática pode ser encontrado no livro organizado por Andrew Chadwik e Philip H. Howard. Cf. Chadwik & Howard (2008). Consultar também as interessantes sínteses da literatura efetuadas por Pippa Norris em seu livro clássico (Norris, 2001) e também Wilson Gomes (Gomes, 2007).

² A esse respeito, cf. os trabalhos mencionados e comentados mais adiante.

ciência política, acerca dos impactos mais amplos da internet nos sistemas políticos democráticos³.

No Brasil e na América do Sul, talvez refletindo o caráter ainda embrionário do uso da web pelos diferentes atores participantes do jogo político ou mesmo o nível mais baixo de institucionalização política das democracias representativas existentes nestes países comparados aos países de capitalismo mais desenvolvido, ainda é bastante reduzida a bibliografia sobre todos estes problemas. Embora não possamos afirmar que no caso brasileiro especificamente, a reflexão sobre as relações entre internet e política ou, mais especificamente, sobre os impactos do uso das NTICs no sistema político seja uma “terra incógnita” (na medida em que já existem vários trabalhos esparsos sobre a temática) não podemos deixar de constatar que a quantidade e o nível de sistematicidade metodológica das pesquisas produzidas na América do Sul e, especialmente, no Brasil, estão longe de equiparar-se aos existentes em países de democracia mais institucionalizada e estável⁴.

Esta dissertação tem origem na verificação destas lacunas e, também, em nossa participação em outras frentes de pesquisa sobre as relações entre internet e política, que nos conduziram à elaboração de alguns trabalhos nesse campo (Braga & Nicolás, 2008; Braga & Nicolás, 2009; França & Nicolás, 2009). Ao longo desta investigação, nosso foco de interesse foi progressivamente se concentrando na reflexão sobre as relações entre as NTICs e os processos de *representação política* stricto sensu, especialmente sobre o uso feito pelas elites parlamentares dos recursos propiciados pela internet. A partir de nossa participação nessas frentes de pesquisa, resolvemos concentrar nossa atenção em um tema, a nosso ver ainda insuficientemente explorado pela literatura, o do uso da internet pelos membros das elites parlamentares sul-americanas, em particular, e do problema teórico mais geral dos impactos trazidos pela internet nos processos de representação política.

Com efeito, refletindo o interesse cada vez maior dos estudiosos sobre os impactos da internet nos processos de representação política e nos sistemas políticos contemporâneos de uma maneira geral, devemos mencionar a existência de um corpo

³ Também a título de exemplo cf. os trabalhos clássicos de Margolis & Resnick (2000), o livro já citado de Pippa Norris (Norris, 2001), e o pioneiro livro de Richard Davids efetuando uma análise dos impactos das NTICs em várias dimensões do sistema político dos EUA (Davis, 1999).

⁴ Uma tentativa ainda embrionária de sistematização dessa literatura e de proposição, a partir dela, de uma “agenda de pesquisa” sobre “democracia eletrônica” no Brasil pode ser encontrada no recém-publicado artigo de Rotenberg (2008).

de literatura crescente sobre a utilização das NTICs⁵ pelos parlamentos e pelas elites em vários países do mundo⁶. Há, inclusive, certo consenso entre os especialistas dedicados ao assunto na atualidade, especialmente na Europa e nos Estados Unidos, de que o ponto de partida para qualquer análise mais sistemática sobre o tema não deve ser pautado pela pergunta sobre se efetivamente a utilização destas tecnologias está se difundindo nas modernas democracias parlamentares, mas sim que tipo de impacto efetivo elas estão provocando nas múltiplas dimensões do funcionamento destes sistemas políticos⁷.

Nosso trabalho se insere, portanto, no contexto da proliferação em escala internacional dos estudos que analisam a relação entre as NTICs e os processos de representação política (em geral) e as repercussões da internet sobre as atividades dos órgãos legislativos e sobre o comportamento das elites parlamentares (em particular) sob a ótica mais estrita da sociologia e da ciência política. Tem como objetivo principal avaliar o uso da internet pelas elites políticas que ocupam as casas legislativas nacionais em seis países da América do Sul (Argentina, Brasil, Chile, Paraguai, Uruguai e Venezuela) nos vários níveis em que se dá esse uso. Nesse sentido, norteiam nossa pesquisa as seguintes questões: que tipo de informação é disponibilizada sobre os parlamentares nos portais dos órgãos legislativos? Existem diferenças nos níveis de informação disponíveis nos websites dos parlamentos sul-americanos sobre os deputados e senadores eleitos para estes órgãos? Qual o percentual de parlamentares dos países pesquisados que utilizam websites e que tipo de recursos os parlamentares empregam em seus websites pessoais? Quais as características predominantes destes websites? Como os parlamentares utilizam os mecanismos de participação e interação propiciados pela internet?

Para abordar todos estes problemas que derivam tanto do diálogo com a literatura especializada nas relações entre internet, democracia e processos de representação política, quanto do trabalho de pesquisa que efetuamos anteriormente em nosso grupo de pesquisa, procuraremos elaborar e aplicar um referencial teórico-

⁵ As Tecnologias da Informação e Comunicação compreendem três áreas: as telecomunicações, as emissões radiais e televisas, e a Internet (Frick, 2006: p.175). Neste trabalho utilizaremos a expressão como sinônimo de internet e de seu emprego nas mais variadas formas de comunicação política.

⁶ Cf. os textos de Cristina Leston-Bandeira e Stephen Ward, dois dos principais especialistas sobre o assunto em nível internacional, onde há um amplo balanço bibliográfico dos estudos mais recentes sobre a temática (Leston-Bandeira, 2007A e Leston-Bandeira & Ward, 2008).

⁷ Cf. Leston-Bandeira (2007A).

metodológico que possibilite a resposta a algumas destas indagações e apreenda os vários níveis em que se dá o emprego da internet pelas elites parlamentares sul-americanas analisadas.

A escolha dos países examinados (Argentina, Brasil, Chile, Paraguai, Uruguai e Venezuela) justifica-se pela necessidade de delimitar fisicamente nosso objeto (na medida em que mostrou-se inviável concluir a pesquisa sobre todos os parlamentos sul-americanos, como era a intenção inicial deste trabalho) e, especialmente, por nosso interesse em contrastar o uso da internet por determinados segmentos das elites políticas de países com características institucionais diferentes, possibilitando assim o teste de algumas hipóteses formuladas pela literatura sobre a relação entre determinadas características institucionais dos sistemas políticos e o uso da internet pelos atores e instituições que dele fazem parte (Leston-Bandeira, 2007A; Anstead & Chadwik, 2008; Zittel, 2009).

Para abordar todas estas questões, organizaremos nossa exposição da seguinte forma:

No primeiro capítulo *Internet, democracia e representação política*, procuraremos, a partir do exame da literatura relevante existente sobre o assunto, explicitar os principais problemas a serem examinados e o referencial teórico-metodológico que utilizaremos para analisar o padrão de uso da internet pelos membros das elites parlamentares dos países examinados.

No segundo capítulo *As elites parlamentares sul-americanas e as NTICs; perfil sociopolítico e uso da internet pelas elites parlamentares do Brasil, Argentina, Chile, Paraguai, Uruguai e Venezuela* buscaremos aplicar a primeira dimensão da metodologia anteriormente definida e empreender uma avaliação das informações disponibilizadas pelos deputados e senadores no exercício do mandato nos websites das casas legislativas dos países examinados. Esse capítulo servirá ainda para delimitarmos melhor nosso objeto de estudo e avançarmos na formulação de alguns problemas que serão abordados de maneira mais aprofundada nos capítulos seguintes. A pesquisa empírica foi realizada entre maio e junho de 2009.

No terceiro capítulo *Parlamentares sul-americanos online: rumo a um padrão Web 2.0 de representação política?* procuraremos efetuar uma análise de conteúdo dos websites dos parlamentares “digitalmente incluídos” naqueles órgãos parlamentares onde o emprego da internet pelos deputados e senadores mostrou ser

mais intenso (a Câmara dos Deputados e o Senado do Brasil e do Chile). A partir da ideia de *graus ou níveis de representação política* procuraremos demonstrar a proposição segundo a qual o modelo de uso da internet pelas elites parlamentares dos países sul-americanos ainda afasta-se bastante do padrão “Web 2.0” que, segundo alguns autores, estaria emergindo em países onde o emprego da internet pelos diferentes atores políticos é mais intenso. A pesquisa empírica foi realizada em junho de 2009.

Por fim, no quarto capítulo *Participação e interação online: estudo de caso de algumas experiências de representação Web 2.0 nos países sul-americanos*, procuraremos analisar e destacar os casos de algumas experiências pioneiras de uso da internet pelos parlamentares dos países examinados, apontando alguns fenômenos que, a nosso ver, tendem a se propagar por estes países, especialmente no atual contexto onde, após o “efeito Obama”, os potenciais da internet para dinamizar a atividade política tornaram-se perceptíveis para boa parte dos atores políticos.

Isto posto, podemos iniciar nossa exposição propriamente dita, onde faremos algumas considerações teóricas sobre nosso objeto de estudo a partir do diálogo com a bibliografia relevante, apresentaremos as diretrizes gerais de nossa metodologia de análise, assim como algumas proposições básicas que queremos demonstrar com a realização deste estudo.

1. Internet, Democracia e Representação Política: um modelo de análise para avaliar o uso da internet pelas elites parlamentares da América do Sul.

1.1. Revisão da literatura.

Não é nosso objetivo, neste capítulo, efetuar um mapeamento descritivo de toda a vasta literatura que, especialmente nos países de democracia mais institucionalizada e estável, refletiu sobre a temática mais geral das relações entre internet, democracia e os processos de representação política nos sistemas políticos democráticos contemporâneos⁸. Tais tentativas de síntese teórica e de balanço do “estado da arte” da literatura seriam despropositadas de serem empreendidas numa dissertação de mestrado, e muito além de nossos recursos intelectuais e das leituras que temos acumulado sobre o tema no estágio de pesquisa em que nos encontramos.

Inversamente, cabe apenas explicitar aqui, neste capítulo inicial, algumas ideias e proposições gerais que orientam a realização do presente trabalho e, mais importante, de que forma, tomando como referência estas idéias gerais formuladas a partir do diálogo com a literatura especializada, podemos definir um referencial teórico-metodológico a ser empregado nos capítulos seguintes para apreender os vários níveis de uso da internet pelos atores políticos examinados.

Nesse sentido, podemos destacar três tipos de estudo que influenciaram mais de perto a elaboração da presente dissertação: (i) trabalhos gerais sobre as relações entre internet e os processos de representação política nos sistemas democráticos modernos; (ii) estudos sobre internet, parlamentos e elites parlamentares empreendidos a partir da ótica da “comunicação política”, ou seja, daqueles analistas interessados primordialmente em apreender os impactos das *novas mídias* nos processos de deliberação política que ocorrem nas sociedades modernas; (iii) estudos

⁸ Cf. a respeito, dentre outras, as interessantes e informativas sínteses bibliográficas contidas no trabalho seminal de Pippa Norris (Norris, 2001) já citado e, para o caso brasileiro, de Wilson Gomes (Gomes, 2007).

sobre internet, parlamentos e elites parlamentares empreendidos sob a ótica mais estrita da sociologia e da ciência política, mais interessados em apreender os efeitos das NTICs sobre os processos de *representação política* que se dão nas democracias contemporâneas, abordando alguns aspectos que não são enfocados pelos estudos anteriores.

Portanto, neste capítulo pretendemos expor de forma um pouco mais detalhada as contribuições efetuadas por alguns dos principais estudos sobre a relação entre internet e elites políticas, e esclarecer sobre a metodologia aplicada na presente dissertação. Nosso objetivo é apresentar as posturas teóricas sustentadas, as técnicas empregadas e os alcances dos resultados obtidos das pesquisas desenvolvidas tanto no Brasil, quanto nos Estados Unidos e países europeus. A partir do diálogo com essa literatura, procuraremos apresentar o modelo metodológico que aplicaremos na análise dos websites parlamentares, assim como esclarecer alguns pontos da abordagem teórica empreendida em função dos objetivos do estudo.

Neste sentido, passamos para uma revisão dos principais estudos que tiveram como intuito pesquisar de um modo geral a relação internet e política e, especificamente, a relação entre os atores parlamentares e a web.

1.1.a. Estudos gerais sobre as relações entre internet e política.

Devemos inicialmente destacar que os estudos que analisam a relação entre internet e política abrangem um campo de investigação cada vez mais amplo (Chadwik & Howard, 2008). A esse respeito, existe desde meados da década de 1990 pelo menos um extenso debate na literatura internacional polarizado por “*ciberpessimistas*”, “*ciberotimistas*” e “*cibercéticos*”, segundo o tipo de avaliação que cada uma destas vertentes faz sobre a amplitude dos impactos das NTICs no funcionamento dos sistemas políticos democráticos (Norris, 2001).

Nesse sentido, efetuando um mapeamento preliminar dos principais textos que influenciaram a definição de nosso objeto de estudo, destacamos inicialmente trabalhos de cunho teórico que buscam tecer considerações mais gerais sobre os impactos das NTICs nas modernas democracias representativas. A esse respeito,

devemos mencionar, na literatura brasileira, as contribuições de José Eisenberg (Eisenberg & Cepik, 2002; Eisenberg, 2003) que admite que a internet produzirá impactos sobre a política e que poderá promover a ampliação da democratização nas sociedades contemporâneas, embora creia precipitada a visão dos otimistas de que ela criará uma “Ágora Virtual” ou que será a solução para os problemas da legitimidade das democracias modernas, tais como apatia eleitoral, desgaste dos partidos, e ceticismo em relação às instituições democráticas⁹. O autor afirma que os impactos da internet sobre a política devem ser analisados a partir de dois ângulos diferenciados: a) as disputas pelo controle e apropriação dos recursos da internet como mídia (a “política da internet”); e b) as características diferenciadas da internet em relação a outros meios de comunicação (TV, rádio e imprensa escrita) no sentido de promover novas formas de atividade política e de deliberação pública (a “política na internet”).

Com relação ao controle da internet, Eisenberg afirma que o uso e os conteúdos da web, como instrumentos democratizantes, serão diferentes se a propriedade dessa mídia for privada ou pública bem como da forma como irão se definir os marcos regulatórios do espaço virtual. Embora esse tipo de consideração seja extremamente relevante, não é de interesse imediato para esta pesquisa.

Mais relevantes para este trabalho são as considerações de Eisenberg a respeito das características diferenciais da internet em relação às outras mídias. Segundo o autor, as características presentes na internet são potencialmente democratizantes. É preciso destacar que cada uma dessas características também está presente no e-mail como ferramenta de comunicação e nos recursos propiciados pelos websites parlamentares. Vejamos, a seguir, quais são estas características segundo o autor:

- *Maior poder para fixar a mensagem*, o que permite que, em tese, todos possam acessar o conteúdo da mensagem e lembrem-se dela. O acesso à informação, vale destacar, sempre foi fator crucial na luta política.
- *Maior capacidade de promover a reprodução da mensagem*, tanto por parte do emissor quanto do receptor, o que permite uma rápida disseminação de seu conteúdo. Outra vantagem é que, devido a essa característica, a mensagem

⁹ Cf. a esse respeito, a interessante análise efetuada por Luís Felipe Miguel que retomaremos mais adiante (Miguel, 2003).

pode ser enviada a um número muito grande de pessoas. “A reprodutibilidade da mensagem proferida confere ao emissor uma maior capacidade de difundir sua mensagem, pois pode proferi-la simultaneamente a muitos receptores.” (Eisenberg, 2003: p. 501). Assim, em tese, cada cidadão conectado a um computador pode se tornar um produtor e disseminador de informações, libertando-se das atuais limitações impostas pela mídia convencional, pela qual ele é apenas um receptor passivo de informações.

- *Maior distanciamento espaço-temporal*, possibilitando que as mensagens sejam enviadas e recebidas a qualquer momento e que cheguem a lugares onde o emissor não poderia estar fisicamente. O distanciamento espacial, assim, promove uma ampliação do poder de participação política do cidadão. Também propicia a desterritorialização das relações políticas. Redes de cidadãos hoje podem se formar para além do espaço territorial do Estado ou de suas subunidades administrativas.
- *Maior exigência de competência cognitiva para acessá-la*. Ou seja, para poder usar os benefícios da internet é preciso ter conhecimento técnico (de informática) para acessá-la. Quem não o tem, torna-se um excluído. Essa característica da internet, do ponto de vista político, é uma limitação ao potencial democratizante dessa mídia.
- *Maior interatividade entre receptor e emissor*, permitindo ao receptor abrir um canal de diálogo ou discussão com o emissor, o que não era possível (ou, ao menos, era muito difícil) por meio das mídias tradicionais, como a televisão, o rádio e a imprensa escrita.

A alta capacidade de interação propiciada pela internet é, aliás, destacada por Eisenberg como a principal característica potencialmente democratizante: “[...] são os mecanismos de interação mediada que a internet possibilita – listas de discussão e chat-rooms – que têm (e podem vir a ter) um impacto mais profundo sobre a política. Por quê? Porque possibilitam a ampliação dos fóruns a públicos de debate e discussão no sentido habermasiano da discussão da ampliação da esfera pública” (Eisenberg, 2003, p. 508).

Também merece destaque, nessa linha, o trabalho de Castells (2003), que embora não compartilhe do mesmo otimismo de Eisenberg (2003) sobre os efeitos da

internet nas democracias representativas, também não deixa de mencionar o potencial democratizante da internet. É a ferramenta tecnológica e a forma organizacional que distribui informação, poder, geração de conhecimento e capacidade de interconexão em todas as esferas de atividade (Castells, 2003, p. 220).

Entretanto, uma contribuição mais relevante para o viés de análise desenvolvido nessa dissertação foram as diversas reflexões de Pippa Norris sobre a temática (Norris, 2000, 2001, 2003, 2005). Nestes trabalhos, que consideramos seminais para o nosso interesse pela temática, a autora defende a tese de que a internet tornará possível a criação de um “sistema político virtual” (*virtual political system*), onde os atores e instituições integrantes do “mundo real” transferirão progressivamente suas atividades para o mundo virtual. A autora acredita que os problemas de legitimidade enfrentados pelas instituições e atores parlamentares podem ser minimizados a partir da progressiva dinamização deste “sistema político virtual”, que pode ser uma via para articular de forma mais eficiente e estreita a interação entre elites políticas e os cidadãos médios, especialmente os mais organizados e politizados. Norris acredita ainda que os mecanismos criados por tal “sistema político virtual” podem originar “instituições intermediárias”, que podem, por sua vez, estimular a incorporação de novos atores ao sistema político, dinamizando o aprofundamento da democracia em direção a formas mais participativas e ampliadas de democracia parlamentar¹⁰.

Além destes trabalhos de natureza geral, que refletiram sobre os potenciais da internet em promover uma ampliação da esfera pública e um aprofundamento da democracia, existem analistas que buscam situar a discussão sobre os efeitos das NTICs nos sistemas políticos contemporâneos no contexto do debate mais abrangente sobre as teorias da democracia. Como aponta Wilson Gomes (Gomes, 2005, 2007), a expressão “democracia digital” e outras que lhe são próximas ou correspondentes¹¹, são cada vez mais extensivamente empregadas por pesquisadores, políticos e ativistas, enfim, pelo discurso público, na maior parte das vezes sem que estes explicitem realmente o que significa “democracia digital” ou o que entendem pela

¹⁰ Para a formulação original de ideia de “sistema político virtual” e algumas de suas implicações, cf. Norris (2001: p. 14 e segs.).

¹¹ Tais como, “democracia eletrônica”, “ciberdemocracia”, “democracia virtual”, “teledemocracia”, e suas variantes como “e-democracy”, “electronic democracy”, “virtual democracy”, etc.

expressão “democracia”. Nessa linha de reflexão, é possível ainda localizar diferentes retóricas que disputam o modelo de democracia no ciberespaço. Nesse sentido, a questão básica levantada pelo autor é a de que todo o desenho de dispositivos, aplicativos, ferramentas para um portal ou um site político, pressupõe um determinado conceito de democracia digital; e que, por sua vez, por trás deste há sempre um modelo de democracia. Portanto, quem trabalha com questões da chamada democracia digital precisa levar em conta seriamente os balizamentos teóricos do que se entende por democracia para, a partir daí, analisar as variadas ferramentas que se encontram disponíveis na web.

Ainda de acordo com Wilson Gomes (2005), a vinculação entre democracia e participação civil na política possui diferentes ênfases, cada uma delas portando consigo um específico repertório de consequências teóricas e práticas. O autor menciona três modelos de participação popular na política, sendo que nos dois primeiros (participação moderada e um pouco mais radical) a participação dos cidadãos é compatível com o modelo de democracia representativa, sendo que o que há de característico nestes modelos é que a manifestação da esfera pública não se esgota nos mecanismos eleitorais. O terceiro modelo, ainda mais radical, se manifesta nos ideários de democracia direta, onde a esfera civil toma as decisões políticas sem a intermediação de outros atores representativos. A partir destes modelos o autor infere cinco graus de participação popular proporcionados pelas ferramentas da internet:

1. *Primeiro grau* – pode ser caracterizado pela ênfase na disponibilidade de informação e na prestação de serviços públicos através da rede. As NTICs e o ciberespaço (incluindo-se a internet) seriam instrumentos democráticos na medida em que circulam informações governamentais genéricas e melhoram a prestação de serviços públicos.
2. *Segundo grau* – consiste no emprego das NTICs para colher a opinião pública e utilizar esta informação para a tomada de decisão política.
3. *Terceiro grau* – é representado pelos princípios da transparência e da prestação de contas (*accountability*), gerando uma maior permeabilidade da esfera governamental para alguma intervenção da esfera civil.
4. *Quarto grau* – está baseado na “democracia deliberativa”. Consiste na criação de processos e mecanismos de discussão, visando o convencimento mútuo

para se chegar a uma decisão política tomada pelo próprio público, definindo práticas mais sofisticadas de participação democrática. É o mais intenso do ponto de vista da participação civil nos negócios públicos.

5. *Quinto grau* – neste último grau, as NTICs teriam uma função fundamental: retomar o antigo ideal da democracia direta. A tomada de decisão não passaria por uma esfera política representativa, mas estaria centrada fundamentalmente nas mãos dos cidadãos.

O autor ainda lembra que esses graus não devem ser compreendidos como “excludentes” entre si. Também não devem ser vistos de forma rígida como parâmetros estanques. As experiências de democracia podem eventualmente situar-se entre graus, estando às vezes mais propensas a um determinado grau sob um aspecto e a outro grau sob outro. No entanto, o que se nota, é que existem níveis de participação bastante elementares, que levam ao predomínio de democracias digitais de primeiro grau:

“Em suma, apesar das enormes vantagens aí contidas, a comunicação online não garante instantaneamente uma esfera de discussão pública justa, representativa, relevante, efetiva e igualitária. Na internet ou “fora” dela, livre opinar é só opinar. Além disso, com o predomínio de democracias digitais de primeiro grau, os sites partidários são, em geral, meios de expressão de mão única, e os sites governamentais se constituem como meios de *delivery* dos serviços públicos mais do que formas de acolhimento da opinião do público com efeito sobre os produtores de decisão política. Assim, se por um lado, a internet permite que eleitores forneçam aos políticos *feedbacks* diretos a questões que eles apresentam, independentemente dos meios industriais de comunicação, por outro lado, não garantem que este retorno possa eventualmente influenciar a decisão política” (GOMES, 2005, p. 221).

Os textos acima citados contêm várias formulações e “insights” interessantes sobre as relações entre a internet e os sistemas políticos que retomaremos mais à frente, quando formos definir as linhas gerais de nossa metodologia de pesquisa a partir da ideia de *graus ou níveis de representação política*.

1.1.b. Pesquisas sobre o uso da web pelos atores parlamentares sob a ótica da comunicação política.

Além desses trabalhos de natureza geral sobre as relações entre internet e política, podemos destacar, para os fins desta dissertação, trabalhos de cunho mais aplicado que buscam analisar os impactos da internet nas instituições e elites parlamentares empreendidos sob uma ótica mais próxima da comunicação política e interessados predominantemente nos potenciais das NTICs para promover um maior engajamento dos cidadãos no processo deliberativo, assim como uma maior “participação” dos cidadãos no sistema político no sentido amplo do termo (Cardoso, Cunha e Nascimento, 2001; Alperin & Schultz, 2003; Dader, 2003; Silva, 2005; Cunha, 2005; Marques e Miola, 2007).

Inicialmente, podemos destacar o trabalho precursor de Cardoso e Morgado (2001) que, em pesquisa sobre o parlamento português, examinaram o papel das NTICs no aprofundamento da relação entre parlamentares e cidadãos, abordando alguns aspectos do uso da internet pelos deputados portugueses. Para tal fim, aplicaram um *survey* à totalidade dos 230 parlamentares empossados na VIII Legislatura, obtendo uma taxa de resposta de 35% dos questionários aplicados. Dos resultados da pesquisa, podemos destacar que os *media* tradicionais acolhem a preferência dos deputados para transmitir suas mensagens políticas, e a internet aparece em último lugar em importância como meio para suas comunicações, com apenas 5,1% dos respondentes declarando fazer uso de um website pessoal para divulgar seus trabalhos e se comunicar e interagir com a opinião pública (dados de 2001). A metade dos deputados que responderam (52,5%), afirmaram que preferem o uso pessoal das NTICs, e somente 10% prefere delegar tarefas a funcionários. Com relação à iniciação e competência na utilização das NTICs, 60% dos respondentes já possuía alguma experiência antes de entrar no parlamento (período 1995-2000). Das ferramentas da internet, o correio eletrônico representa maior utilização pelos deputados com 56,4%, em contraposição com os *chats* e fóruns (1,3% e 2,1%, respectivamente). Dos e-mails recebidos, 21,3% provêm de cidadãos, no entanto, como explicitam os autores, os correios oriundos de outros parlamentares, partidos e funcionários somam uma quantidade superior (44,8%). Uma pergunta interessante do questionário apontava sobre a influência das informações recebidas pelos deputados

no processo de tomada de decisão, e os deputados responderam que somente por vezes consideram os correios eletrônicos estimulantes (55%) e úteis (65,5%) para o seu trabalho parlamentar. Os autores, a partir do cruzamento das variáveis investigadas traçaram o perfil do deputado que incorporou a utilização das TICs a seu trabalho parlamentar:

“Com base na análise dos dados disponíveis, o deputado que melhor se adaptaria à designação de “ciberdeputado” em Portugal na VIII Legislatura, corresponderia ao seguinte perfil: começou a utilizar as TICs antes de 1999, tem menos de 40 anos, usa pessoalmente a internet sem recorrer a terceiros, e está online mais de dez horas semanais. Recebe mais de 100 e-mails semanais e verifica diariamente a sua caixa de correio. Se atendermos aos deputados que responderam a este inquérito, em função da sua orientação ideológica, então, o ciberdeputado será, na VIII legislatura, de esquerda” (Cardoso e Morgado, 2001, p. 24).

Os autores concluem que os parlamentares possuem uma visão positiva das NTICs como promotoras de novas formas de democracia, mas que seu uso ainda estava bastante incipiente no parlamento português naquele período histórico.

A utilização do correio eletrônico como mecanismo de interação com os legisladores foi explorado por pesquisa pioneira desenvolvida por Alperin e Schultz (2003). Estes autores aplicaram *surveys* online aos 201 deputados estaduais dos estados de Minnesota e Wisconsin (EU) no ano de 2002, recebendo uma taxa de resposta de 36%. O objetivo era indagar acerca de três questões fundamentais referentes ao uso de e-mails e outros recursos usados pelos deputados para se comunicar com os eleitores e com a opinião pública: a quantidade de correios que os parlamentares recebiam, a eficácia da comunicação via este meio, e os procedimentos utilizados para processar as respostas para os eleitores. No ano de 1997, os autores realizaram a mesma pesquisa e concluíram que naquele ano o correio eletrônico não poderia ser considerado uma ferramenta eficaz de comunicação entre os cidadãos e o legislador, na medida em que os deputados pesquisados ainda preferiam formas convencionais de comunicação política com o eleitorado. A melhor maneira de um cidadão entrar em contato com o legislador era da maneira antiga, enviando uma carta. Em 2002, embora ainda persistam as tradicionais formas de comunicação, o correio eletrônico também é visto como uma ferramenta eficaz de comunicação entre os cidadãos e o legislador, mas apenas em certas circunstâncias. Se o legislador

reconhece que o email foi escrito pessoalmente por um cidadão é visto como um método eficaz de comunicação tanto como o envio de uma carta manuscrita. Segundo os autores, o uso do e-mail traz consigo vantagens e alguns problemas:

“Por exemplo, os legisladores parecem pensar que os eleitores têm mais contato com eles, ampliando, assim, a participação política e, talvez, desta maneira, termina se reforçando a capacidade de representação. No entanto, existem problemas com a utilização do e-mail como principal forma de contato com os eleitores. Um problema é que, às vezes, os legisladores não conseguem distinguir quais são de eleitores, e acabam sendo suprimidos ou ignorados. Em segundo lugar, muitas mensagens também são descartadas, por serem consideradas informais, e talvez hostis. Finalmente, muitos correios se perdem no *spam* e no volume total de outras mensagens enviadas por via eletrônica” (Alperin e Schultz, 2003, p. 33).¹²

O especialista em comunicação política Jose Luis Dader produziu dois importantes estudos sobre o uso dos recursos da internet pelos deputados e senadores espanhóis (Dader, 2001, 2003)¹³, no contexto de uma série de pesquisas empreendidas sobre as relações entre internet e política (Dader & Campos, 2006; Dader, 2008). Em pesquisa sobre o uso do correio eletrônico por deputados e senadores do parlamento espanhol, Dader buscou mapear a ampliação das possibilidades de comunicação e interação entre estes segmentos das elites e o eleitor através da web. O autor descreve os resultados de uma pesquisa empírica realizada em 1999 e 2001 no parlamento espanhol. Em 1999 o autor decidiu medir o número de deputados e senadores que faziam uso público de endereços de correio eletrônico para o contato aberto com os cidadãos. Para isto, enviou e-mail aos parlamentares simulando ser um cidadão comum que pedia informação. Os resultados

¹² Tradução livre da autora: “The use of e-mail brings with it many advantages. For example, legislators seem to think that more constituents are contacting them as a result, thereby broadening political participation and perhaps enhancing the capacity for representation. However, there are at least three problems associated with using e-mail as a primary means of communicating with legislators. One problem is that many e-mails do not appear thoughtful or they otherwise make it difficult for legislators to distinguish constituent from non-constituent e-mail, with the latter often deleted or ignored. Second, even if the message is thoughtful and personalized, legislators appear to discount messages sent via e-mail because such messages are perceived to be slipshod, informal, hastily conceived, and perhaps hostile. Finally, e-mails often get lost in the spam and in the sheer volume of other messages also sent electronically”.

¹³ Cf. Dader, J. L. (2001). La ciberdemocracia posible: reflexión prospectiva a partir de la experiencia de España. *Cuadernos de Información y Comunicación (CIC)*, n. 6, p. 177-220, e Dader, J. L. (2003). Ciberdemocracia y ciberparlamento. El uso de correo electrónico entre los parlamentarios españoles y ciudadanos comunes (1999-2001).

desta pesquisa foram comparados com os dados de uma nova pesquisa feita em 2001. O objetivo era comprovar a evolução produzida na oferta de contato e na acessibilidade eletrônica real dos parlamentares. Além do envio do e-mail pedindo informação em 2001, nesta oportunidade o autor encaminhou novo e-mail aos 132 parlamentares que tinham respondido, porém, desta vez, revelando sua identidade e explicando o motivo da pesquisa. O novo correio incluía um questionário com perguntas sobre circunstâncias, conteúdo, expectativas e problemas percebidos por eles nos “*cibercontatos*” com os cidadãos, sendo que somente 28 parlamentares responderam aos questionários.

Dos resultados da pesquisa devemos destacar o fato de que, em 1999, somente 46% dos parlamentares espanhóis disponibilizavam endereço eletrônico, e em 2001, o número de parlamentares cresceu para 75% do total. A porcentagem de parlamentares que responderam à mensagem simulada de um cidadão foi reduzida em todos os casos. Pouco mais de 6% do total dos parlamentares o fez em 1999 (porcentagens similares para ambas as câmaras) e somente um de cada cinco parlamentares em 2001 (23% Congresso e 20% Senado). Com relação à análise dos comentários, alguns parlamentares que responderam ao questionário afirmaram que o volume de correios eletrônicos pode chegar até 1.500 em época de campanha, enviados, em grande parte, por grupos de pressão. A quantidade de e-mails que recebem por parte de indivíduos particulares é imensamente menor, sendo que a maioria dos parlamentares afirmou ser bastante escasso o número das mensagens emitidas por cidadãos individuais. Dader explica as causas do volume reduzido de envio de e-mails da seguinte forma:

“[...] La débil demanda ciudadana parece lógico atribuirle a la falta de tradición y débil percepción de la ciudadanía de esta posibilidad. Un parlamentario en concreto decía que “recibo más escritos por correo normal que por correo electrónico y creo que ello es debido a que los interlocutores carecen o desconocen este sistema de comunicación”. Pero a la falta de costumbre o disponibilidad de equipamiento informático, habría quizá que añadir en el futuro el desinterés y la apatía ciudadana si los pocos que tímidamente fueran utilizando esta opción comprobaran que sus mensajes no son respondidos. Por ello puede resultar decisiva la carencia de asistentes para atender los mensajes recibidos (además del fomento entre los parlamentarios de una mayor predisposición a responder)” (Dader, 2003, p. 7).

Os parlamentares destacaram as seguintes vantagens na utilização do correio eletrônico:

“[...] un conocimiento de las opiniones y demandas de la gente sin intermediarios o manifestaciones colectivamente condicionadas; una mayor eficacia por facilidad y flexibilidad en las contestaciones del propio diputado, al recibir y responder mensajes desde cualquier lugar (tras disponer recientemente de recursos adicionales como ordenador portátil, acceso a tarifa plana fuera del Parlamento, reforzamiento de la Intranet parlamentaria, etc.); y la mayor transparencia que las web parlamentarias aportan para conocer y evaluar el trabajo de diputados y senadores. Algunos parlamentarios mencionan también la ampliación del ámbito geográfico de contactos, ya que están recibiendo muchos mensajes de personas del extranjero, sobre todo en cuestiones de inmigración. Finalmente, otros destacan el incremento de la autoestima individual de los parlamentarios, ya que perciben un rendimiento y una atención personal a su trabajo que puede contrarrestar la imagen de pasividad y presencia testimonial que la intervención restringida a unos cuantos líderes produce en las sesiones plenarias, junto con la cobertura periodística limitada a los políticos más célebres” (Dader, 2003, p. 7).

Dentre outras considerações importantes, o autor conclui que a comunicação por correio eletrônico entre parlamentares e cidadãos é apenas um passo tênue de aproximação entre eleitores e representantes. Pelo fato de ser uma intervenção de tipo individual, Dader a considera como um mecanismo modesto de democracia interpelativa, na medida em que os cidadãos se situam no marco da negociação individual e não no marco da deliberação.

Outras pesquisas recorrem a metodologias diferentes para abordar a questão da participação dos cidadãos no processo político através da internet e seus impactos nas atividades das elites parlamentares. A esse respeito, podemos mencionar a pesquisa pioneira de Cunha (2005), que analisa o uso da internet pelos vereadores dos grandes municípios brasileiros (29 municípios) com o intuito de averiguar os mecanismos que intermedeiam o relacionamento com o cidadão e com o poder executivo¹⁴.

Para tal fim, numa primeira etapa foram enviados questionários aos vereadores via correio eletrônico para investigar sobre o uso desta ferramenta. Numa segunda etapa, foram analisados 43 sítios¹⁵ de vereadores seguindo modelo da pesquisadora

¹⁴ Cunha. (2005). O texto de Cunha foi republicado numa recente coletânea organizada por Klaus Frey, Fábio Duarte e ela própria: Cunha et. al. (2009).

¹⁵ Num universo de 618 vereadores, Cunha conseguiu localizar somente 43 vereadores com websites.

norte-americana Pipa Norris¹⁶. Cunha classificou os itens encontrados em duas categorias: como mecanismos de interação ou como provedores de informação. Além disto, analisou a qualidade dos sítios de acordo com 56 critérios subdivididos nas seguintes dimensões: usabilidade, eficiência, funcionalidade e portabilidade, e conteúdo. Para analisar os recursos das NTICs nas Câmaras Municipais e sobre a interação entre vereadores e Poder Executivo, a autora aplicou questionários a gestores de informação das casas legislativas. Do total de vereadores pesquisados, 85% tinha caixa postal eletrônica¹⁷. Porém, segundo a autora, a utilização é muito restrita. Dos questionários enviados 88,68% do total de vereadores não responderam. Com relação à análise dos sítios dos vereadores, a autora destaca que, em geral, não há mecanismos de interação tais como enquetes ou consultas aos visitantes, e o que mais se privilegia é a apresentação de informação, que está, no entanto, muitas vezes desatualizada.

Silva (2005) e Marques (2007) trabalharam com a metodologia explicitada por Gomes (2005), visando apreender os diferentes “graus ou níveis de participação” política nos websites dos órgãos governamentais e legislativos brasileiros¹⁸. Silva analisa como os governos de 24 capitais brasileiras empregam a internet para se relacionar com os cidadãos e aperfeiçoar a participação da esfera civil nos assuntos públicos. Os resultados da pesquisa evidenciam que os portais analisados das capitais se encontram num grau elementar de democracia digital, com a oferta de prestação de serviços públicos voltados para o setor tributário. A participação política dos cidadãos nos portais é limitada, já que não há indícios de ferramentas que tornem possível a intervenção efetiva da sociedade civil nas decisões políticas: “[...] Apesar do discurso de modernização dos governos, presente em boa parte dos portais, há avanços pouco significativos. Sobretudo, não há níveis importantes de participação civil a ponto de promover alterações relevantes na cultura política hoje existente” (Silva, 2005, p. 465).

¹⁶ NORRIS Pipa. *Preaching to the Converted? Pluralism, Participation and Party Websites*. In PORRAS, J.I.; ARAYA, R.(ed) *e-democracia : Retos e Oportunidades para el Fortalecimiento de la Participación Ciudadana y la Democracia em la Sociedad de la Information*. Santiago: Editorial Universidad Bolivariana, 2003. 357 p.

¹⁷ A obtenção da lista de vereadores foi feita acessando-se os sítios das Câmaras Municipais, no início de 2004. Várias não disponibilizavam a lista de e-mails dos vereadores, que foram pedidas por e-mail e, finalmente, por telefone, mas nem todas foram obtidas (Cunha, 2005: p. 10).

¹⁸ O trabalho de Silva é um estudo sobre os portais governamentais das prefeituras das capitais brasileiras e não sobre os legislativos propriamente ditos, mas o mencionamos aqui em conjunto com o estudo de Marques para ilustrar alguns dos desdobramentos da estrutura analítica elaborada anteriormente por Wilson Gomes (Gomes, 2005).

Marques (2007) na pesquisa mencionada analisa os websites pessoais de três senadores brasileiros e três senadores norte-americanos com o intuito de averiguar tanto a quantidade quanto a qualidades das ferramentas oferecidas pela internet para possibilitar uma maior participação dos cidadãos. O autor empreendeu uma análise de conteúdo dos websites de três senadores brasileiros e estadunidenses a partir da aplicação de uma planilha com 70 itens divididos nos quatro primeiros graus de participação do modelo teórico elaborado por Gomes. Os resultados do trabalho revelaram que, na época, todos os 100 senadores norte-americanos possuíam um sítio pessoal e dos 81 senadores brasileiros, apenas 3 não contavam com website. A maior parte das ferramentas encontradas nos sítios dos parlamentares brasileiros correspondia à autopromoção do político, com informações elementares sobre biografia, fotos, notícias, dentre outros aspectos. Segundo Marques (2007), estas ferramentas oferecidas nos sítios pessoais não diferem em grande medida daquelas que os políticos oferecem por outros meios de comunicação. Comparando com os websites dos senadores norte-americanos, as ferramentas são oferecidas em maior profundidade e número. Segundo o autor, a cultura política parece explicar esta diferença das ferramentas oferecidas pelos parlamentares brasileiros e norte-americanos:

“[...] Os senadores americanos se encontram, aparentemente, mais próximos aos seus eleitores e cidadãos. Eles costumam usar os websites para fornecer informações sobre seus estados de origem, convidar os cidadãos a visitarem Washington, ou mesmo para tornar possível tarefas simples, como a requisição de cartas congratulatórias quando algum evento importante ocorre na vida do cidadão. Ao que tudo indica a internet, no lugar de estabelecer novos costumes, vem consolidando alguns dos antigos traços da relação entre representante e cidadão” (Marques, 2007, p. 10).

Os itens avaliados no quarto nível de participação revelaram-se escassos, especialmente aqueles que dizem respeito a ferramentas nas quais os cidadãos podem intervir no processo de decisão política. Nenhum dos sítios ofereceu espaços tais como bate-papo ou fóruns para dialogar com a esfera civil. Os agentes políticos examinados no artigo oferecem apenas oportunidades limitadas aos cidadãos de tomarem parte no processo de produção da decisão política através da internet. O autor conclui que a internet é aproveitada de maneira ineficiente para fortalecer a democracia nos sítios por ele analisados.

Deve-se sublinhar que uma importante inovação metodológica do estudo de Marques é aplicar ferramentas de análise de conteúdo aos websites analisados, e não apenas limitar-se à quantificação de e-mails e aplicação de *surveys* com baixa taxa de retorno para investigar em maior profundidade como os membros das elites parlamentares estão utilizando a web. Entretanto, uma importante limitação do estudo é a pequena quantidade de casos examinados, o que limita o alcance de suas inferências, assim como da análise comparativa empreendida entre os dois parlamentos.

Em outra pesquisa, Marques e Miola (2007) analisam os websites de cinco assembleias estaduais brasileiras (Bahia, Goiás, Pará, Rio Grande do Sul e São Paulo) e a Câmara dos Deputados, a fim de examinar os mecanismos de participação oferecidos aos cidadãos, utilizando como fundamentação teórica uma perspectiva deliberacionista da democracia. Uma participação adequada aos termos desta perspectiva considera três fatores:

[...] Primeiro, a busca por arranjos institucionais adequados para receberem as disposições e para processarem as razões da esfera civil erigidas em público; segundo, devem ser promovidas circunstâncias sociais favoráveis para que os cidadãos tenham condições mínimas de intervir no diálogo que caracteriza uma deliberação genuinamente pública; terceiro, uma vez que as condições externas (disponibilidade de mecanismos e um quadro socioeconômico favorável) estejam contempladas, a participação dos cidadãos deve ser internamente orientada de modo a satisfazer determinados princípios deliberativos, a saber, aqueles de reciprocidade, publicidade e *accountability* (Marques, 2007, p.5).

Tendo em conta estes fatores, os autores inferem que nos sítios devem ser apreciados os mecanismos que permitam aos cidadãos algum tipo de contribuição, especialmente através do intercâmbio de argumentos. As sondagens de opinião podem ser consideradas ferramentas de participação, porém, ao mesmo tempo, não significam um recurso deliberativo, na medida em que podem não estimular o intercâmbio de argumentos. Como exemplo de ferramentas deliberativas, os autores mencionam os fóruns, por serem mecanismos que proporcionam uma discussão mais qualificada e plural.

Os trabalhos de Marques (2007) e Silva (2005) inspirados nos “graus de participação dos cidadãos na internet” de Gomes, resgatam na sua metodologia aspectos presentes em três modelos de democracia (representativo, participativo e

deliberativo) que em determinado momento histórico disputaram a supremacia no campo da teoria democrática. Segundo Gomes (2007), uma perspectiva de democracia digital que comporte estes três modelos tende a ser mais razoável:

“A democracia liberal não é o adversário a ser batido, mas a base a partir da qual apresentamos e negociamos as demandas e exigências de aprofundamento da democracia contemporânea, inclusive no seu formato digital. Visibilidade, prestação de contas e participação eleitoral, portanto, são requisitos e remédios liberais que podem ganhar enorme reforço na configuração digital do Estado. Não vamos abrir mão deles. Sobre eles e a partir deles vamos descobrir e propor outros recursos digitais capazes de assegurar outras dimensões igualmente importantes para uma democracia digital. Uma, por exemplo, com ênfase na participação, na deliberação, na soberania popular. Neste caso, é mais razoável uma perspectiva cumulativa do que alternativa. (Gomes, 2007, p.25)

O interessante nessa perspectiva, a nosso ver, é que ela serve como forte estímulo a estudos mais empiricamente orientados, ampliando a possibilidade de comparar os resultados à luz de diferentes perspectivas teóricas, e estimulando o avanço dos estudos que tem como foco a relação entre internet e política a partir de uma perspectiva que articule uma reflexão teoricamente informada sobre as diferentes concepções de democracia e uma estratégia de pesquisa mais empiricamente orientada.

Entretanto, apesar destes avanços, um problema a ser observado nos estudos sobre o uso da web pelas elites parlamentares acima mencionados é a preocupação excessiva nas potencialidades das NTICs para ampliar os mecanismos de “participação” e “deliberação” política, com uma tendência a relegar para um segundo plano outros aspectos que também são importantes sob a ótica do sociólogo e do cientista político. Estes tendem a pesquisar outras dimensões que dizem respeito às múltiplas funções que podem desempenhar as instituições políticas, tais como as funções de representação, educação, delegação, legitimação, dentre outras, como veremos mais à frente.

Em suma, podemos destacar os seguintes aspectos das pesquisas anteriormente expostas: (i) o uso do correio eletrônico está se convertendo numa ferramenta cada vez mais utilizada pelos parlamentares, seja para a comunicação interna ou externa; (ii), a disponibilização de sítios pessoais, ainda não constitui um mecanismo utilizado por todos os legisladores, porém as pesquisas detectam uma forte tendência em direção a seu incremento; (iii) os espaços de participação e

interação com os eleitores são escassos, embora algumas experiências mais consistentes nesse sentido estejam surgindo recentemente.

No entanto, estas asseverações deveriam ser constatadas com estudos mais recentes, posto que as mudanças com relação à utilização da internet ocorrem num ritmo acelerado.

Isto posto, passamos a uma revisão dos estudos sobre a utilização da internet por parlamentos e parlamentares, empreendidos por autores mais vinculados à ciência política e não necessariamente orientados por uma perspectiva deliberacionista. Se as pesquisas empreendidas sob a perspectiva da comunicação política que tentamos revisar se preocupam, principalmente, com a questão da participação dos cidadãos, os trabalhos que pretendemos comentar a seguir tendem a ser mais abrangentes, na medida em que o foco está orientado não apenas para esta questão, mas sim com os impactos das NTICs sob múltiplos aspectos do funcionamento das instituições parlamentares e do comportamento das elites políticas que delas fazem parte.

1.1.c. Estudos sobre os atores parlamentares na web empreendidos sob a ótica da ciência política (“inside approach”).

Por fim, podemos mencionar um terceiro tipo de estudo que influenciou mais de perto a elaboração deste trabalho, ou seja, estudos empreendidos não a partir do viés da problemática da “comunicação política e deliberação”, mas a partir da ótica mais estrita do cientista político interessado nos múltiplos aspectos do funcionamento da democracia parlamentar, especialmente nos impactos da internet no processo decisório e nas *relações de representação política* entre parlamentares e a opinião pública de uma maneira geral¹⁹. Essa vertente de estudos, também caracterizada como “*inside approach*” por alguns analistas (Leston-Bandeira, 2007A), interessa-se em aprofundar a reflexão sobre os impactos da internet no funcionamento da instituição parlamentar em suas múltiplas dimensões e funções desempenhadas

¹⁹ Dentre estes estudos, podemos destacar os trabalhos de Cardoso et. al. (2003), Jackson & Lilleker (2004), Ward & Lusoli (2005), Allan (2006) Setala & Gronlund (2006) Ward e Vedel (2006), Lusoli, Ward & Gibson (2006), Roy (2007), Viegas D’Abreu (2007) Rijn (2007), dentre outros mencionados ao longo desta dissertação.

(representação, educação, resolução de conflitos, legislação, escrutínio e legitimação), bem como nos processos de representação política que vinculam os membros do parlamento aos cidadãos comuns, sem possuir necessariamente um viés participacionista ou deliberacionista. Isso não equivale a afirmar, evidentemente, que esta última dimensão não seja de fundamental importância para uma reflexão mais empiricamente orientada sobre os impactos da internet nos órgãos parlamentares e sobre as elites que os integram; entretanto, ela não deve deter o monopólio da atenção dos analistas políticos em detrimento de outras dimensões que também são relevantes para a compreensão dos impactos da internet nos sistemas políticos modernos, empreendidos sob a ótica da sociologia política.

Segundo relatório da União Interparlamentar²⁰ no ano de 2000, 101 países disponibilizavam sítios de seus parlamentos na web, representando 57% do número total dos parlamentos. Pelo que constatamos no site da instituição²¹, estes dados evoluíram notavelmente, na medida em que 188 países já possuem sítios de seus parlamentos na internet. A partir destes dados podemos corroborar as afirmações de outros autores segundo as quais a questão central que deve servir como ponto de partida para uma agenda de pesquisa sobre o assunto não é se os parlamentos e os parlamentares utilizam ou não a internet, mas sim *como* a estão utilizando e quais seus impactos efetivos sobre as atividades parlamentares (Leston-Bandeira, 2007)²². Já existe um relativamente amplo estoque de trabalhos na literatura internacional, e não tão amplo na literatura brasileira, que busca refletir sobre estes impactos.

Nesse sentido, podemos enumerar tanto estudos que se dedicam à análise do funcionamento da instituição parlamentar propriamente dita (especialmente Coleman et. al., 1999; Norris, 2001; Trechsel et. al., 2003; e Gibson, Lusoli & Ward, 2006; Braga, 2007; Leston-Bandeira & Ward, 2008), que também influenciaram na elaboração de nosso estudo, quanto um segundo grupo de estudos, mais numeroso e mais próximo dos objetivos desta dissertação, dedicado ao exame do uso da internet pelos parlamentares e às formas pelas quais a internet pode influenciar as múltiplas

²⁰ Organização internacional fundada em 1889. Tem como objetivo estabelecer uma rede de diálogo entre os parlamentos do mundo, com intuito da promoção da democracia, da paz e da cooperação entre seus membros. <http://www.ipu.org/>

²¹ Levantamento realizado em janeiro de 2009.

²² Cf. o artigo seminal a este respeito de Cristina Leston-Bandeira (Leston-Bandeira, 2007A).

dimensões das relações entre “representante” e “representado”²³. Embora alguns estudos analisem os mecanismos utilizados pelos parlamentares para o contato com os eleitores na web, também avaliam através de metodologias quantitativas e qualitativas, por um lado, a maneira que os parlamentos incorporaram a utilização da internet ao trabalho parlamentar e, por outro, as ferramentas que os sítios disponibilizam, a partir de questões que dizem respeito à transparência, *accountability* e publicização da gestão.

Cardoso, Cunha e Nascimento (2003), numa versão ampliada e bem mais desenvolvida do texto de Cardoso e Morgado (2001), avançam nas análises a partir da pesquisa empírica realizada anteriormente. Além de examinar em maior profundidade como os parlamentares se relacionam com os eleitores, procuram avançar na reflexão sobre as potencialidades das TICs na modificação da prática política dos parlamentares, enfatizando especialmente como os fatores institucionais interferem em tal uso, a partir de uma perspectiva de análise fortemente influenciada pela escola neo-institucionalista. Para isto, analisam as seguintes dimensões da organização do parlamento português que podem interferir no padrão observado de uso da internet pela casa legislativa portuguesa e pelos membros das elites políticas que o integram: (i) os fatores internos à instituição parlamentar: estrutura parlamentar, sistema eleitoral, sistema partidário e cultura política parlamentar; (ii) os fatores externos à instituição parlamentar: sistema dos *media*, sistema de regulação governativa, cultura política geral e difusão social das NTICs. A partir da análise destes fatores, os autores concluem que:

“[...] os fatores que influenciam o desenvolvimento de uma democracia digital em Portugal, são fruto de três dimensões: - Um *sistema dos media* onde predomina a televisão; - Um *sistema político parlamentar* que não promove o contato direto com eleitores, no qual os parlamentares restringidos pelas diretivas advindas das direções partidárias e dos grupos parlamentares, refletindo-se numa utilização individual mais restrita das novas tecnologias de informação e comunicação no campo político; - uma não motivação dos cidadãos para a participação política tende também a não encorajar o fim deste ciclo vicioso, de não apropriação política da internet no quadro parlamentar (Cardoso, Cunha e Nascimento; 2003; p. 136).

²³ Um balanço bibliográfico de toda essa literatura recente sobre o uso da internet pelos órgãos parlamentares em escala internacional pode ser encontrado em Braga (2007, 2009) e em Leston-Bandeira (2007A, 2009). No tocante ao uso da internet pelas elites parlamentares destacamos, entre a numerosa bibliografia, além dos anteriormente citados, os textos de: Zittel, 2003; Jackson, 2006; Norton, 2007; Lilleker & Jackson, 2009; Cunha e Seiceira, 2009; Zittel, 2009; Braghiroli, 2009 e Williamson, 2009.

Stephen Ward, Wainer Lusoli e Rachel Gibson, em artigos estratégicos para os fins deste trabalho (Ward & Lusoli, 2005; Lusoli, Ward & Gibson, 2006) também se interessaram por investigar os fatores que ajudam a explicar os padrões de atividade online dos parlamentares. Resumidamente, estes autores sustentam que o potencial da internet pode facilitar mudanças em três áreas ou dimensões das relações de representação política estabelecidas entre os membros do parlamento e sua *constituency*: (i) Relação dos parlamentares com sua base eleitoral: as NTICs podem ser usadas para melhorar a eficiência e profissionalismo do relacionamento dos parlamentares com sua base eleitoral, contribuindo para uma comunicação mais rápida, regular e mais econômica com seus eleitores; (ii) Relação dos parlamentares com os partidos: as NTICs podem ampliar o potencial para alterar o equilíbrio das relações entre os partidos e os representantes, possivelmente aumentando as tensões entre os parlamentares e seus partidos, na medida em que a adoção de websites, blogs e outros recursos independentes pelos parlamentares fornecem uma plataforma potencialmente maior para o individualismo, a ligação em rede e até mesmo dissidências. Devido à natureza imediata dos fluxos de comunicação da internet as cúpulas dirigentes dos diferentes partidos políticos poderão ter dificuldades para monitorar e controlar a comunicação e os fluxos de informação que se difundem pela base partidária, favorecendo uma postura mais independente por parte destes; (iii) Estratégias e agendas de campanhas: os parlamentares poderiam desenvolver com mais autonomia as suas próprias estratégias de campanhas online recolhendo opiniões ou incentivando o público a fornecer apoio, quer através de campanhas online ou assinando petições eletrônicas, o que favorecerá a inclusão de novos temas na agenda das campanhas eleitorais, para além do controle estrito do *staff* partidário.

Além disso, para os autores as possibilidades nestas áreas trazem três cenários diferentes para as NTICs motivar a representação política:

“(i) *Modernização*: as novas tecnologias serão utilizadas simplesmente para incrementar a eficiência administrativa dos serviços existentes e melhorar a imagem dos deputados e parlamentos em geral, o que envolve novas oportunidades para atividades participativas;

(ii) *Revitalização*: ao invés de simplesmente modernizar as práticas existentes, as NTICs podem ser utilizadas para proporcionar novas oportunidades de participação do público que, por sua vez, poderia contribuir para reiniciar o interesse público e a confiança e conectar os parlamentares com os eleitores. Embora isto possa envolver técnicas de democracia direta, o processo é mais centrado na deliberação;

(iii) *Erosão*: Alguns críticos têm argumentado que, se os parlamentares e as instituições representativas não conseguem dar respostas, as novas tecnologias podem ver um aumento da erosão de suas funções tradicionais (Ward & Lusoli, 2005, p. 61).²⁴

Segundo os autores, para poder compreender de maneira mais sistemática o comportamento online dos parlamentares resulta útil a construção de um quadro de análise mais abrangente que apreenda várias dimensões e níveis da atividade parlamentar. Para tal fim, testam a combinação de fatores pessoais dos parlamentares (habilidades e atitudes; características sócio-demográficas; posição parlamentar), base eleitoral (tamanho e características das regiões e perfil tecnológico do eleitorado), partido (cultura, recursos e incentivos) e fatores próprios do contexto do Parlamento (cultura e recursos formais).

Como base empírica, os autores analisaram 278 (42% do total dos legisladores) sítios pessoais de parlamentares do Reino Unido (*House of Commons*), tendo em conta ferramentas que dizem respeito à interação, representação, links e informação, além de entrevistas em profundidade com 35 parlamentares²⁵. A pesquisa revelou dados sumamente interessantes que, por motivos de espaço, não é possível reproduzir em sua totalidade. Dentre alguns achados importantes da pesquisa pioneira empreendida pelos autores, podemos destacar que o sexo não é uma variável de peso na probabilidade de um parlamentar ter um sítio pessoal enquanto que, inversamente, com relação à idade, há uma maior probabilidade de que deputados jovens tenham websites do que parlamentares mais velhos. Além disso, deputados

²⁴ Tradução livre da autora: “The possibilities in these areas highlight three divergent scenarios for ICT facilitated representative politics: Firstly, modernisation, where new media technologies are used simply to increase the administrative efficiency of existing services and to improve the image of MPs and parliaments generally. This involves limited participative opportunities but is focused around a more consumer style of democracy. Secondly, reinvigoration – rather than simply modernising existing practices, ICTs can be used to provide additional opportunities for public participation which in turn might help to re-engage public interest and trust and reconnect MPs with the electorate. Whilst this may involve direct democracy techniques, the process is more focused on deliberation and MPs, parties and the like can still play key mediating and agenda setting roles. Finally, some critics have argued that if MPs and representative institutions fail to respond to new technologies, then one may see an increasing erosion of their traditional functions as executives and political elites use electronic channels to strengthen a more direct relationship between themselves and their citizens thus bypassing elected legislatures and representatives. As government offers more consultation, polls and referendums online some might ask why citizens would bother with the middleman” (WARD & GIBSON, Op. cit. p. 61).

²⁵ Os autores esclarecem que a metodologia para a análise dos sítios pessoais foi desenvolvida por eles em outra pesquisa. R. Gibson and S. Ward, ‘A Methodology for Measuring the Function and Effectiveness of Party Websites’. In: *Social Science Computer Review*, 18/3 (2000), pp.301–19; Ward and Gibson, ‘Online and On-message? Candidate Websites in the 2001 General Election’.

que entraram no parlamento depois da eleição de 1997 e 2001 são muito mais suscetíveis de ter um sítio que parlamentares que entraram anteriormente. Parlamentares do Partido Liberal Democrata são mais propensos à criação de sítios pessoais, que parlamentares de outros partidos. Destaca-se da análise dos websites parlamentares, que praticamente todos os sítios incluem informações gerais, como biografia, notícias locais e nacionais. Das ferramentas de interação, um em cada três deputados possuía algum tipo de mecanismo de interação, e também um em cada três deputados oferecia link para doações, embora a maioria derivasse para o link do partido nacional, pelo que a doação não era feita diretamente no sítio do parlamentar. Parlamentares do Partido Liberal Democrata fornecem mais oportunidades para interação, seguido pelos trabalhistas e conservadores. Os autores concluem que em termos de atividade online dos parlamentares, o que pode ser mais percebido é um processo de modernização e não uma significativa tentativa de criar novas relações ou novas formas de prática democrática. No entanto, a prática da criação de sítios parlamentares está se tornando uma atividade mais comum.

Deve-se destacar aqui que, embora muito restritos ao contexto das democracias majoritárias anglo-saxãs, os estudos de Stephen Ward e seus colaboradores foram seminais para a definição de nossa própria metodologia de pesquisa, embora a metodologia usada nessa tese não seja uma mera aplicação ou transposição para o caso brasileiro das técnicas usadas por estes autores²⁶.

Outros estudos centram o foco de atenção nos sítios dos parlamentos. Alguns destes realizam levantamentos sobre as características dos sites e da evolução das ferramentas que são disponibilizadas.

Allan (2006) analisa o desenvolvimento das TICs no período de 1997-2005 no Parlamento do Reino Unido, em especial avalia algumas das restrições e pressões nesta instituição e seus impactos nos parlamentares para se adaptarem às novas tecnologias. Os autores destacam que a maioria das mudanças ocorridas pela introdução das NTICs no parlamento foi na área burocrática, que diz respeito ao trabalho do dia-a-dia dos parlamentares. Todos utilizam processos de trabalho que os habilitam a lidar com a correspondência mais rapidamente, e inclusive alguns,

²⁶ É importante enfatizar isso aqui porque estudos que monitoram o uso de websites pelos candidatos às eleições no Brasil derivam diretamente das contribuições metodológicas sugeridas por Stephen Ward e seus colaboradores. Cf. por exemplo, a dissertação de mestrado de Fernandez, Rogério Garcia sobre as eleições brasileiras (2005).

sistemas de gestão para permitir o acompanhamento dos seus contatos com os eleitores, embora esta tecnologia ainda seja bastante jovem no contexto político. O correio eletrônico é maciçamente utilizado para comunicação interna. Para os autores, a pressão para que mudanças aconteçam com relação às TICs não pode vir de dentro do Parlamento que, como a maioria das instituições maduras, é inerentemente conservadora e sim da esfera civil e grupos de pressão.

Roy (2007) analisa o site do senado francês, e destaca a maneira da instituição lidar com diferentes públicos, na medida em que foram desenvolvidos quatro sites dedicados a públicos específicos: (i) www.senat.fr: um site generalista para todos os cidadãos, com um local especializado para os profissionais sobre o trabalho legislativo online; (ii) www.junior.senat.fr: um site para um público mais jovem que inclui a cidadania através de jogos. Criado em 1999, este foi o primeiro site francês para crianças sobre cidadania. O site está focado em crianças de 8 a 13 anos de idade, mas também inclui material útil para pais e professores; (iii) www.carrefourlocal.senat.fr: criada em 1999, este site pretende ser um ponto de encontro para as instituições públicas locais, (iv) www.expatries.senat.fr: foi criado em setembro de 2004, e se constitui num site para cidadãos franceses que vivem no estrangeiro. Em termos de transparência, o site principal do senado (www.senat.fr) oferece uma vasta gama de ferramentas de informação ao vivo, com explicações e ajuda contextual. Em termos de interatividade, com exceção de alguns fóruns, um blog "institucional" e algumas consultas online, de tempos a tempos, o sítio não oferece qualquer contato direto entre os senadores e os cidadãos. Não há petições, enquetes, ou notícias postadas online dos senadores nas páginas da biografia. Segundo a autora, criar uma ligação direta através da internet entre os cidadãos e os senadores poderia ser uma tarefa difícil, uma vez que os senadores não são eleitos diretamente pelos cidadãos e têm, portanto, menos contato direto com seus eleitores.

Rijn (2007) analisa o site da Câmara dos Representantes de Holanda e descreve o processo de modernização do sítio. Dentre os apontamentos do autor, podemos mencionar que o site mostra tópicos e informações factuais sobre o processo político na Câmara, porém, não há informações sobre partidos políticos, declarações de cada um dos deputados ou informação do governo. Existem, no entanto, um grande número de links para os sites dos parlamentares, os partidos políticos e para o governo. O Departamento de Comunicação do parlamento, através

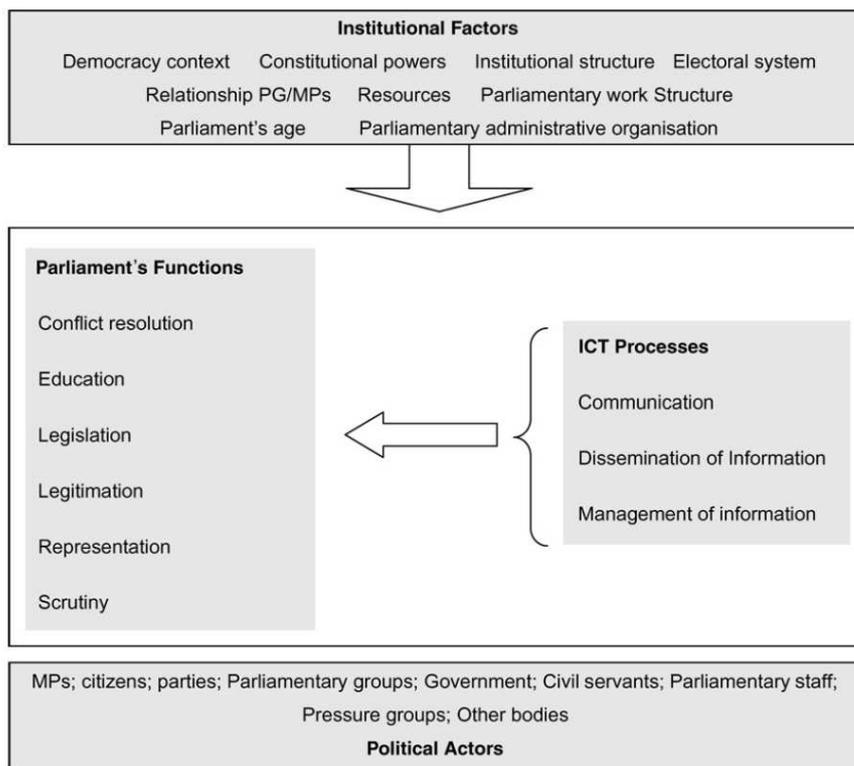
de uma equipe de editores, organiza a informação do site e um orçamento fixo é reservado para a manutenção e desenvolvimento do sítio. A criação do site foi um projeto do programa de parlamento eletrônico da instituição. Este programa se destina a apoiar um grande número de projetos, e tem como objetivo integrar os sistemas de informação e serviços, a fim de melhorar a qualidade do trabalho parlamentar e com isso, melhorar a qualidade e a quantidade das informações fornecidas aos cidadãos.

Pesquisas como as de Roy (2007), Rijn (2007), Allan (2006) são interessantes para o conhecimento das ferramentas que estão sendo aproveitadas nos sítios legislativos e pelas elites parlamentares; entretanto, são trabalhos descritivos que não dizem muito acerca do impacto das NTICs nas instituições e, especialmente, não nos fornecem informações e indicadores metodológicos sobre como o uso da internet está impactando as atividades dos deputados e senadores.

A este respeito devemos destacar as contribuições de Cristina Leston-Bandeira (Leston-Bandeira, 2007A, 2007B; Ward & Leston-Bandeira, 2008) cujos trabalhos constituem um avanço no sentido antes mencionado, na medida em que propõem um modelo de análise para estudar o impacto da internet nos parlamentos a partir de uma perspectiva do analista especializado em estudos legislativos (denominado pela autora de “inside approach”). A perspectiva que propõe a autora privilegia os seguintes focos de análise: (i) a multiplicidade de funções desempenhadas pelos parlamentos (resolução de conflitos, educação, legislação, legitimação, representação e fiscalização); (ii) os fatores institucionais específicos de cada parlamento (poderes constitucionais, o contexto do trabalho parlamentar, estrutura institucional, sistema eleitoral, relação entre parlamentares e bancadas, recursos, a estrutura dos despachos parlamentares, e a organização administrativa do parlamento); (iii) e as potencialidades oferecidas aos parlamentos pela internet (possibilidade de comunicação, divulgação e gestão da informação).

Leston-Bandeira afirma ainda que as pesquisas sobre o impacto da internet no parlamento estão ainda na sua infância e, por isso, são necessários ainda muitos estudos nessa área (especialmente de cunho comparativo) para apreender os impactos das NTICs nos processos decisórios e de representação política. O modelo de análise proposto pela autora para analisar os impactos das NTICs sobre as instituições parlamentares (e, portanto, sobre os atores que dela fazem parte) pode ser simbolizado através da seguinte figura:

Figure 1. The Impact of the Internet and Other ICT on Parliament



Fonte: Leston-Bandeira, 2007

Dentre os autores que compartilham a preocupação em desenvolver um “inside approach” sobre os impactos das NTICs nos órgãos parlamentares, podemos destacar Thomas Zittel que, em vários de seus estudos (Zittel, 2003, 2004, 2008, 2009), da mesma maneira que Leston-Bandeira, sustenta a necessidade de estudar o contexto “offline” dos parlamentos, sendo especialmente os sistemas eleitorais e a cultura política fatores que influenciam o uso da rede pelos parlamentares. Em seu estudo comparado do uso da internet pelas casas parlamentares dos EUA (House of Representatives), Alemanha (Bundestag) e Suécia (Riksdagen), destaca as influências do contexto institucional no uso da internet pelos parlamentares, e chega a várias conclusões relevantes, tais como a da existência de diferentes padrões de alocação de recursos para o uso da web nos diferentes países. No parlamento sueco, por exemplo, todos os recursos são atribuídos para os partidos, e na barganha pela obtenção de recursos acaba ocasionando a falta de investimento no uso das NTICs pelos deputados. As escolhas dos parlamentares alemães são, em grande medida, mediadas pelos incentivos eleitorais. Os parlamentares com boas perspectivas de

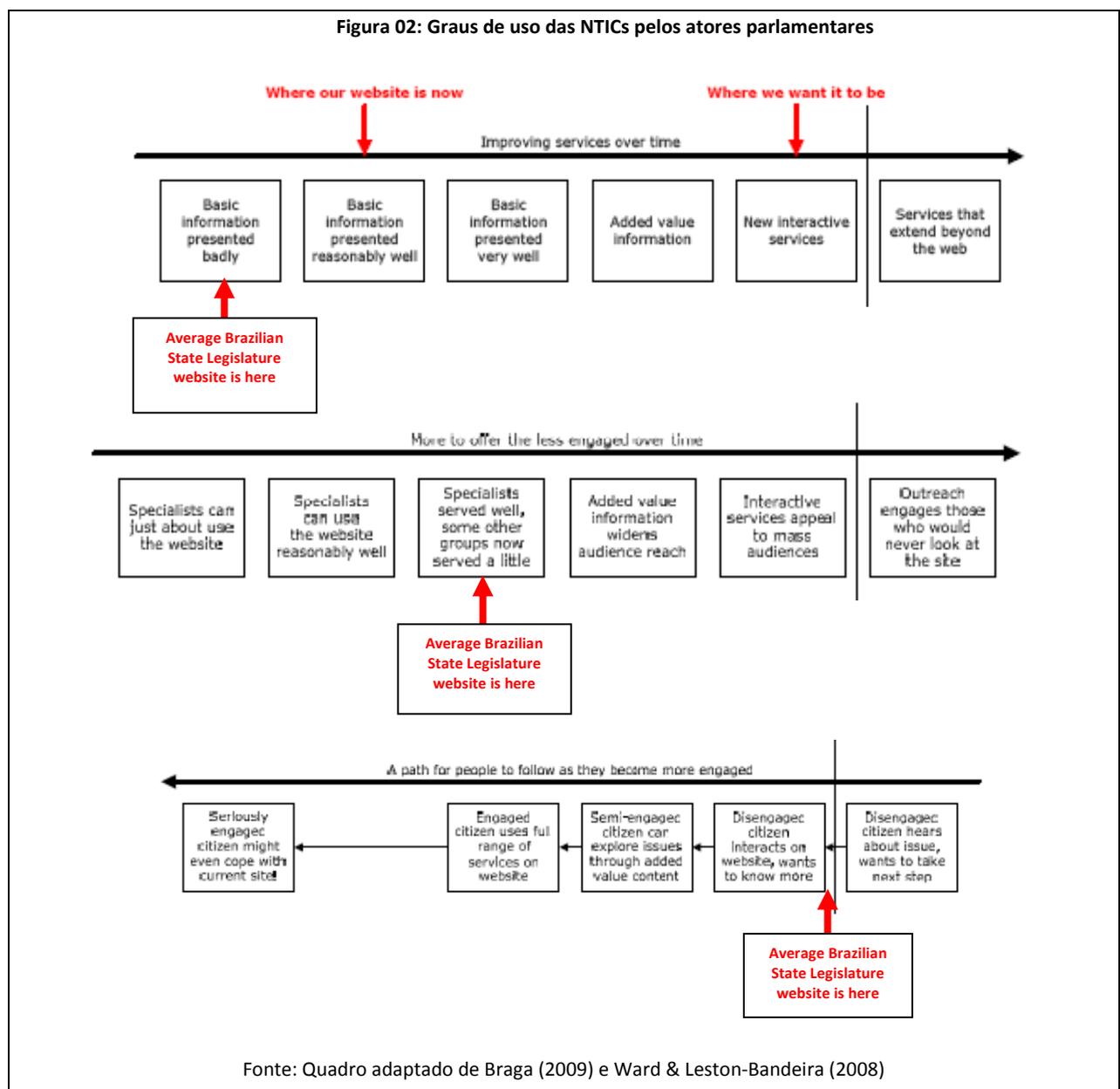
ganhar nas eleições seguintes a seu mandato são mais propensos a utilizar websites pessoais. Por outro lado, o autor afirma que há uma correlação entre a utilização das NTICs e a mudança institucional dos parlamentos. Os parlamentos europeus que integram sistemas parlamentares são muito mais resistentes a mudanças do que a Câmara dos Estados Unidos que está situada num sistema presidencial.

Este padrão pode ser explicado pelo fato de que sistemas parlamentares não fornecem muitos incentivos aos representantes de focar os seus constituintes e para estruturar o representante em um processo participativo. Isto é devido ao fato de que os parlamentos em democracias parlamentares possuem o poder de destituir o governo. Esta função impõe uma rígida disciplina sobre maiorias parlamentares e empurra representantes individuais a concentrar-se em negociações internas. Contrariamente a isto, os parlamentos presidenciais não possuem esta função e, portanto, os representantes deixam muito mais espaço para estabelecer uma relação mais estreita com seus constituintes e de tomar posições políticas na esfera pública (Zittel, 2003, p. 19, 20).

Em suma: a partir do balanço destes estudos sobre o uso das NTICs pelos órgãos parlamentares e pelos representantes, podemos refletir sobre três questões interessantes a respeito dos impactos da internet nas democracias representativas: (i) a internet pode ser um fator potencial de aumento da transparência da gestão dos parlamentos e do trabalho dos parlamentares. Segundo Setälä e Gronlund (2006) as NTICs têm certas características que não estão presentes em outros meios de comunicação que podem alterar os fluxos de comunicação e informação entre os vários atores participantes dos sistemas políticos no sentido de tornar mais transparentes as informações sobre os diversos atores que nele interagem; (ii) os recursos disponibilizados pela internet podem ser um importante instrumento não só de conhecimento das elites dirigentes pelos pesquisadores e pelo público especializado, mas também de controle e monitoramento de tais elites políticas pelos cidadãos; (iii) o uso das ferramentas da internet abre possibilidades de interação não somente com os cidadãos, mas também com grupos de pressão, com outros órgãos governamentais e entre parlamentares.

Na próxima seção pretendemos avançar um pouco mais na discussão sobre “democracia digital”, os modelos de democracia e os graus de representação política. Por vezes, os estudos que tratam da relação internet e política tendem a trabalhar com a ideia de modelos democráticos excludentes (“liberal”, “comunitário”, “deliberacionista”, “participacionista” etc.). Em contraposição a esta postura,

sustentamos que há diferentes possibilidades de articulação entre as várias dimensões do funcionamento das instituições democráticas dentro dos quadros das próprias democracias representativas ou parlamentares contemporâneas, sem necessariamente dar lugar ao surgimento de novos modelos democráticos qualitativamente distintos do modelo democrático parlamentar. Esta ideia (que estará subjacente à reflexão empreendida na presente dissertação) pode ser simbolizada pela figura abaixo, que busca integrar os vários elementos relacionados ao aprofundamento das democracias parlamentares nos sistemas capitalistas contemporâneos com base nos impactos das NTICs:



Resulta necessário agora aprofundar um pouco mais esta reflexão para, por um lado, complementar o enquadramento teórico adotado e, por outro, para fazer a mediação entre a teoria e as variáveis a serem analisadas nos websites. Este é um dos grandes desafios de qualquer trabalho empiricamente orientado e é o que se pretende discutir no próximo item.

1.2. Modelos de democracia e graus de representação política.

A partir desse balanço da literatura sobre a temática procuraremos definir uma metodologia de pesquisa que, na medida do possível, contemple alguns dos principais problemas que fazem parte da agenda de pesquisa da literatura internacional e nacional sobre a temática, tanto a empreendida sob a ótica da comunicação política, quanto àquelas mais próximas da sociologia e da ciência política (estas tendendo a incorporar outras questões relacionadas aos aspectos sociais e institucionais que condicionam o uso da internet pelos parlamentos e pelas elites parlamentares).

Antes, porém, convém apresentar brevemente alguns parâmetros teóricos sobre as relações entre internet, democracia e os processos de representação política, a fim de melhor explicitar o contexto analítico a partir do qual apresentaremos nossa metodologia de pesquisa.

Inicialmente, devemos reiterar que, além destas visões distintas sobre as potencialidades políticas das NTICs, é possível ainda localizar diferentes retóricas que disputam o modelo de democracia no ciberespaço. Como aponta Gomes (2005; 2007), a expressão “democracia digital” e outras que lhe são próximas ou correspondentes, é cada vez mais extensivamente empregada por pesquisadores, políticos e militantes sociais e, enfim, pelo discurso público, no entanto, sem explicitar realmente o que significa “democracia digital” ou o que entendem pela expressão “democracia”. A questão levantada pelo autor é que todo o desenho de dispositivos, aplicativos, ferramentas para um portal ou um site político, pressupõe, antes de tudo, um conceito de democracia digital, e que, por sua vez, por trás dela há sempre um modelo de democracia. Portanto, quem trabalha com questões da chamada democracia digital precisa levar em conta seriamente os balizamentos teóricos do que

se entende por democracia para, a partir daí, analisar as variadas ferramentas que se encontram disponíveis na web, como adverte:

“Acredito que, numa agenda consequente, distinguir entre a ideia de democracia e os modelos e ênfases em que tal ideia se materializa, nos permitirá alcançar um patamar um pouco mais elevado na fundamentação da ideia de democracia digital” (GOMES, 2007, p.26).

É importante destacar que os estudos sobre a relação entre democracia e participação/deliberação possuem diferentes ênfases²⁷. Os modelos apontados seguem uma escala que vai crescendo em intensidade desde graus mais moderados de reivindicações até formas mais radicais de defesa da participação popular. Para Held (1987), por exemplo, os modelos de democracia podem ser divididos em dois grandes tipos: a democracia direta ou participativa (um sistema de tomada de decisões sobre assuntos públicos no qual os cidadãos estão diretamente envolvidos) e a democracia liberal ou representativa (um sistema de governo que envolve funcionários eleitos que tomam para si a tarefa de “representar” os interesses e/ou pontos de vista dos cidadãos dentro do quadro de referência do “governo da lei”). As discussões mais atuais trazem pelo menos outros três modelos de democracia: o modelo liberal-individualista; o modelo comunitarista, e o modelo deliberacionista (Gomes, 2007).

No que se refere à discussão sobre internet e participação política civil, Bragatto (2007) resume num quadro-síntese os principais recursos disponibilizados pelas NTICs para a concretização dos três principais modelos de “democracia eletrônica”: o modelo “liberal”, “participativo” e o modelo “deliberativo”, conforme mostrado no quadro a seguir:

²⁷ A bibliografia sobre este tema é bastante vasta. Entretanto, por questões de espaço, não nos será possível entrar extensivamente nesse debate aqui.

Quadro 1: Modelos de Democracia Eletrônica

Modelo Liberal	Modelo Participativo	Modelo Deliberacionista
Existência de informações acerca dos negócios públicos	Existência de informações acerca dos negócios públicos	Existência de informações acerca dos negócios públicos
Prestação de contas dos governantes	Prestação de contas dos governantes	Prestação de contas dos governantes
Ferramentas de controle e acesso aos responsáveis e às ações governamentais	Ferramentas de controle e acesso aos responsáveis e às ações governamentais	Ferramentas de controle e acesso aos responsáveis e às ações governamentais
Prestação de serviços	Prestação de serviços	Prestação de serviços
Transparência governamental	Transparência governamental	Transparência governamental
	Existência de informações explicativas sobre o processo de tomada de decisão	Existência de informações explicativas sobre o processo de tomada de decisão
	Espaços para colher as contribuições dos cidadãos	Espaços para colher as contribuições dos cidadãos
	Espaços para interferir diretamente na tomada de decisões	Espaços de discutibilidade e deliberação pública

Fonte: Bragatto (2007, p.11)

Além da ideia de “modelos de democracia” que podem concretizar em graus variados os potenciais de participação política dos cidadãos nos assuntos públicos, a moderna teoria da democracia e da representação política formulou duas proposições de grande importância para a definição de nosso enfoque e do viés de análise a ser adotado na presente dissertação²⁸:

(i) Em primeiro lugar, as ideias desenvolvidas especialmente por Adam Przeworski, Susan Stolkes e Bernard Manin (Przeworski, Stolkes e Manin, 1999), segundo as quais as eleições são mecanismos bastante tênues de criação de vínculos de representação entre as elites dirigentes/governantes e os cidadãos comuns de quem as primeiras afirmam ser os legítimos “representantes”. Sendo assim, é de fundamental importância que as modernas democracias que se autoimputam

²⁸ Para autores que trabalham com ideias de “modelos de democracia” que concretizam com variados graus de intensidade dos princípios do ideal democrático cf., além dos textos de Wilson Gomes já citados (Gomes, 2005, 2007), os trabalhos clássicos de Machperson (2001), David Held (Held, 2005), Arendt Lijphart (Lijphart, 2003).

“representativas” desenvolvam instrumentos e mecanismos institucionais não só para assegurar que a relação de representação entre governantes e governados se mantenha ao longo do exercício do mandato, mas que se ampliem os *graus ou níveis de representatividade* vigentes num dado sistema político democrático²⁹.

(ii) Em segundo lugar, podemos destacar as contribuições efetuadas por Luiz Felipe Miguel em seus textos, segundo as quais é necessário agregar outras “dimensões” à ideia de representação política além da mera escolha dos governantes em pleito eleitorais (Miguel, 2000, 2003) e que uma reflexão sobre os sistemas de mídia e o emprego das NTICs é de fundamental importância para a compreensão do funcionamento de qualquer sistema político democrático. Sendo assim, para o autor é importante agregar outras “dimensões” ao fenômeno da representação política, correspondentes às várias facetas do exercício do poder político nas sociedades modernas (tomar decisões, controlar a agenda política, capacidade de determinação autônoma das preferências): são elas a eleição de representantes, a escolha dos atores encarregados de formar a agenda pública e os agentes capazes de determinar a formulação de preferências daqueles indivíduos que se encontram na base menos favorecida da escala de estratificação social.

Nesse sentido, as considerações de L. Felipe Miguel nos remetem a uma concepção mais ampliada da representação política, que abranja não apenas os mecanismos institucionais de escolha dos mandatários e de geração de *accountability* derivados da realização de pleitos eleitorais, mas também à distribuição dos recursos e à escolha dos atores autorizados a comandar o processo de formulação de agenda e de formação de preferências que ocorrem no *processo decisório entendido no sentido amplo do termo*, tanto ao nível do sistema político global, como ao nível dos vários subsistemas que os integram.

Ou, nas palavras do próprio autor:

²⁹ Convém sublinhar que os autores não abordam diretamente o problema de como as NTICs podem agregar representatividade e “accountability” ao sistema, preferindo deter-se nos variados mecanismos institucionais que concorrem para tal fim (Op. Cit., Passim). Entretanto, a partir das considerações anteriores podemos postular ser essa mídia um forte mecanismo de aumento e intensificação dos *graus de representatividade* vigentes num dado sistema político e de estreitamento dos vínculos entre elites dirigentes e cidadãos comuns. Cf. também a esse respeito o texto de Jairo Marconi Nicolau (Nicolau, 2002).

Entender os meios de comunicação como uma esfera de representação política é entendê-los como espaço privilegiado de disseminação das diferentes perspectivas e projetos dos grupos em conflito na sociedade. Isso significa que o bom funcionamento das instituições representativas exige que sejam apresentadas as vozes dos vários agrupamentos políticos, permitindo que o cidadão, em sua condição de consumidor de informação, tenha acesso a valores, argumentos e fatos que instruem as correntes políticas em competição e possa formar, de modo abalizado, sua própria opinião política. É o que se pode chamar de "pluralismo político" da mídia (Miguel, 2003, p. 133).

Esta discussão nos permite justificar melhor a abordagem adotada no presente estudo e abordar algumas questões relacionadas aos impactos da internet nos processos decisórios e de representação política, não necessariamente relacionados a uma perspectiva deliberacionista de democracia, focada no estudo das potências da web para criar um "espaço deliberativo habermasiano". Com efeito, a partir dessas reflexões sobre representação política podemos abordar várias questões relacionadas aos impactos da internet nos processos decisórios. Como se pode fortalecer a relação entre representantes e representados a partir dos impactos da internet?

No decorrer do nosso texto, expusemos diversas pesquisas que enfatizam o potencial da internet como um meio eficaz, tanto de informação acerca do trabalho dos parlamentares, quanto de interação entre estes e os cidadãos. Estas funções podem ser levadas a cabo durante todo o período do mandato do político e se relacionam com os papéis que os parlamentares desempenham nas casas legislativas. Vários autores (Jackson, 2006; Norton, 2007; Lilleker e Jackson, 2009) mais próximos à corrente de estudos caracterizados como "inside approach" identificam vários modelos de representação política que estruturam as relações entre as elites parlamentares e os cidadãos comuns. Segundo estes autores, cada um desses modelos envolve diferentes usos da internet de acordo com o papel que cumprem.

Norton (2007), por exemplo, identifica quatro modelos de representação política no Parlamento britânico: (i) o modelo tradicional, que se caracteriza por rejeitar o uso das NTICs como um meio de reforçar os modos ou relações de representação. Este modelo pode ser testado através do número de parlamentares com e-mails e websites. Embora o uso dessas ferramentas esteja generalizado entre os parlamentares, não são todos os que as utilizam. Isso pode ser consequência da falta de conhecimento sobre a tecnologia, falta de funcionários especializados ou por desinteresse pessoal. Deve-se mencionar ainda que aqueles que utilizam e-mail e

website não são plenamente conscientes dos potenciais da internet. Neste modelo os cidadãos são vistos como excluídos, já que não têm formas de contato; (ii) o modelo partidário, que se caracteriza por enfatizar a posição dominante do partido e que pode ser observado principalmente através do uso que os deputados fazem de seus websites. Neste modelo, a internet é usada para assegurar que as mensagens do partido sejam transmitidas eletronicamente. A comunicação entre os parlamentares e os cidadãos espelha a comunicação tradicional, na qual se reforça a posição do partido ou esta não é desafiada e os cidadãos são essencialmente passivos, sendo receptores de material disponibilizado pela internet. A comunicação é primária, embora não exclusivamente de uma só via (monodirecional); (iii) o modelo representativo se caracteriza pelo emprego da internet como uma ferramenta de disseminação das posturas dos parlamentares sobre diversos temas, possibilitando a estes atuar como entidades independentes ou menos dependentes do partido. O modelo representativo pode ser testado principalmente através do uso que os deputados fazem de seus websites. A internet não é empregada para reforçar os meios de comunicação existentes, mas para criar novos desafios que possibilitarão ao parlamentar ignorar o partido. Neste modelo os cidadãos são vistos essencialmente como reativos, tendo alguns engajamentos com os parlamentares; (iv) por fim, podemos detectar o “modelo de tribuna” (delegativo) que enfatiza o uso das NTICs para recolher as posturas dos eleitores de uma maneira que os modos de comunicação tradicionais não permitem. Nesse modelo, a internet oferece a oportunidade de estruturar formas de interação mais diretas entre os parlamentares e os eleitores. Em tal ambiente interativo, os parlamentares têm a facilidade de responder e explicar suas ações e comentários, e o cidadão é visto como ativo.

A literatura tende a destacar a importância desse papel nas democracias contemporâneas. Segundo Jackson (2006), os estudos sugerem que as demandas dos eleitores direcionadas aos parlamentares se incrementaram significativamente desde 1960. O autor identifica dois componentes do modelo constitucional³⁰: no primeiro, os parlamentares buscam encontrar soluções às queixas dos eleitores; no segundo, os parlamentares se comportam como promotores locais que buscam promover interesses locais coletivos. Qual a importância desses modelos para os objetivos de nossa pesquisa? A metodologia empregada para a análise dos websites

³⁰ O autor denomina o modelo de tribuna como “constitucional”.

parlamentares parte da ideia de graus de representação política; para isso adaptamos algumas ideias dos modelos expostos à análise de nossos objetos de estudo.

De um modo geral, a partir das considerações anteriores, podemos encontrar nos websites dos parlamentos e nos websites parlamentares diversos mecanismos que dizem respeito a dimensões-chaves das democracias representativas: transparência da informação pública, *accountability*, comunicação, participação e interação. A partir do diálogo com a literatura construímos a metodologia aplicada na presente pesquisa. Tivemos como intuito quantificar essas dimensões das democracias a fim da obtenção de dados que nos auxiliem nas análises do uso da internet pelas elites estudadas. A proposta metodológica consistiu em construir um modelo abrangente de análise de uso da internet pelas elites parlamentares sul-americanas sob a ótica dos estudos que priorizam as variáveis mais relacionadas ao funcionamento dos órgãos parlamentares e ao fortalecimento e estreitamento das relações de representação (“inside approach”).

A partir do diálogo com a literatura que foi exposta neste capítulo, elaboramos nossa proposta metodológica visando a esboçar³¹ e aplicar um modelo de análise de uso da internet pelos parlamentares das casas legislativas estudadas. É justamente a partir do diálogo com autores como Williamson (2009), Norton (2007), Jackson (2006) e Lilleker e Jackson (2009), que elaboramos nossa metodologia de análise. Entretanto, sublinhe-se que, como incorporamos outras dimensões em nosso estudo além daquelas contidas na literatura, a proposta metodológica não é uma mera reprodução ou uma tentativa de aplicação dos modelos teórico-metodológicos operacionalizados pelos autores acima mencionados.

Levando em conta esta última consideração, a perspectiva presente neste trabalho parte de alguns pressupostos fundamentais que permeiam nossas análises: (i) há possibilidades distintas de mecanismos de informação, comunicação, *accountability*, participação e interação dentro dos quadros das democracias representativas ou parlamentares, mas sem dar lugar a uma forma de democracia radicalmente nova (democracia “participativa”, “liberal” ou “deliberativa”), ou a modelos mutuamente excludentes de democracia (“comunitária”; “direta”, etc.); (ii) O que há são diferentes possibilidades de articulação entre essas várias dimensões do

³¹ “Esboçar”, porque este trabalho é apenas uma primeira tentativa de aplicação desse modelo, que está sujeito a futuros ajustes e alterações.

funcionamento das instituições democráticas, dentro dos quadros das democracias representativas contemporâneas; e, ainda, (iii) o que é válido para as instituições de uma maneira geral, pode ser válido para os parlamentares individualmente considerados que ocupam cargos eletivos. Com isso afirmamos que eles podem articular entre si, com diferentes graus de intensidades, estes elementos de democracia.

Isto posto, passamos agora a esclarecer a metodologia que utilizamos na presente dissertação, elaborada a partir do diálogo com a bibliografia e com os autores anteriormente citados.

1.3. Metodologia de pesquisa: um modelo abrangente de análise do uso da internet pelas elites parlamentares empreendida sob a ótica do cientista político (“inside approach”).

A partir da ideia de modelos complementares e não excludentes de democracia e de *graus ou níveis de intensidade das relações de representação* podemos desenvolver uma metodologia de pesquisa que concretize aproximadamente tais ideias.

Assim sendo, a primeira dimensão de nossa metodologia foi examinar os websites das casas legislativas a fim de verificar em que medida encontram-se presentes informações sobre perfil, trajetória e comportamento de tais elites que possibilitem uma apreensão desse nível mais elementar da relação de representação política que é o da criação de mecanismos de *accountability* e transparência sobre a ação política das elites parlamentares por parte das próprias casas legislativas onde estão hospedadas. A metodologia consistiu em construir uma planilha a partir das informações contidas nos websites das casas legislativas³² sobre: perfil social e

³² Estes websites das casas legislativas examinadas são os seguintes: Argentina: <http://www.senado.gov.ar/>, <http://www.diputados.gov.ar/>; Brasil: www.camara.gov.br/, www.senado.gov.br/; Paraguai <http://www.diputados.gov.py/>, <http://www.senado.gov.py/>; Chile: <http://www.camara.cl/>, <http://www.senado.cl/>; Uruguai: <http://www.parlamento.gub.uy/>; Venezuela: <http://www.asambleanacional.gob.ve/>

biográfico dos parlamentares (cor da pele, idade, gênero, nível educacional, profissão e classe social, dentre outras); trajetória política (*path dependence*) e sobre o comportamento político-parlamentar (proposições apresentadas e aprovadas, votação nominal, presença em plenário, disponibilidade de websites, etc.). Construimos as variáveis pesquisadas a partir da consulta à bibliografia especializada sobre recrutamento político no Brasil. A partir das informações disponíveis na web sobre cada uma destas dimensões, procuramos construir um indicador quantitativo mensurando as informações constantes sobre estas dimensões nos websites legislativos.

Nesse sentido, um momento importante da elaboração de tal indicador foi o diálogo com a relativamente ampla literatura produzida nos últimos anos sobre o “recrutamento” dos vários segmentos das elites parlamentares sul-americanas³³.

O segundo aspecto ou dimensão de nossa metodologia foi o estudo e a análise de conteúdo dos websites legislativos dos membros das elites parlamentares dos países estudados³⁴. Nesse sentido, definimos uma estratégia de análise de conteúdo dos websites parlamentares que apreendesse os diferentes níveis ou graus de representação política que podem ser potencialmente concretizados através do uso destes recursos entre este segmento das elites dirigentes e os diferentes segmentos da opinião pública e do eleitorado. Simplificadamente, tais níveis ou graus de representação política que podem ser apreendidos através da *content analysis* dos websites legislativos são os seguintes: (i) facilidade e receptividade do contato através das páginas iniciais dos websites; (ii) *accountability*; (iii) informação e comunicação; (iv) interação e participação políticas.

Articulamos essa metodologia de análise de conteúdo dos websites parlamentares (doravante referidos como WP) com uma tipologia dos websites definida a partir de dois critérios: a *forma* dos websites e seu *conteúdo*. Como detalharemos mais à frente (no capítulo 3) outros aspectos desta metodologia, convém não reproduzi-la inteiramente aqui para não ficarmos repetitivos. Resumidamente, ela consiste no estabelecimento de uma classificação dos websites a

³³ Dentre estes estudos mais recentes sobre as elites políticas e parlamentares sul-americanas, podemos mencionar os trabalhos de Rodrigues, 2006; Marengo, 2000, 2006; Marengo e Serna, 2007; e Messenberg, 2007.

³⁴ Para simplificar a exposição, estes parlamentares serão doravante referidos como “usuários de websites” ou “digitalmente incluídos”.

partir da inspeção visual e apreensão global do conteúdo dos mesmos, cuja função é servir de base de apoio para o derradeiro momento ou dimensão de nossa análise.

Por fim, temos a terceira dimensão da aplicação de nossa metodologia que é a análise qualitativa de conteúdo dos WP examinados com vistas a caracterizar as experiências mais avançadas de representação e interação políticas que atualmente estão se desenvolvendo nestes sites. Procuraremos destacar, em especial, em nossa análise, aqueles parlamentares que concretizam plenamente os potenciais das NTICs para ampliar e aprofundar a democracia e para estreitar os vínculos de representação política com a opinião pública. A estes parlamentares que concretizam plenamente tais potencialidades denominaremos como “Parlamentares Web 2.0”, e o último capítulo da dissertação é dedicado justamente ao exame mais aprofundado de algumas destas experiências de vanguarda.

Sendo assim, podemos resumir, como segue abaixo, os principais pontos de nosso raciocínio (objetivos, plano lógico e hipóteses básicas): o objetivo deste trabalho é empreender uma avaliação do uso da internet pelas elites parlamentares dos países da América do Sul (Argentina, Brasil, Chile, Paraguai, Uruguai e Venezuela) nos vários níveis em que se dá esse uso. A partir das ideias de modos de concretização da democracia e de “graus de representação” expostas anteriormente, buscaremos nos próximos capítulos avaliar as várias dimensões da utilização das Novas Tecnologias de Informação e Comunicação (NTICs) pelas elites parlamentares sul-americanas. Inicialmente, efetuamos um exame do grau de informação sobre o perfil social, a trajetória política e o comportamento parlamentar de tais elites nas casas legislativas examinadas, e elaboramos um indicador para avaliar o “grau de *accountability*” sobre os deputados e senadores apresentados em cada casa legislativa. Em seguida, faremos uma avaliação das modalidades de representação política difundidas através dos websites dos parlamentares “digitalmente incluídos”, e chegamos à conclusão de que os mesmos são empregados pelo parlamentar médio sul-americano para divulgar informações “top down” sobre sua atividade parlamentar, ao invés de divulgar políticas de cunho particularistas, ou dinamizar os instrumentos de participação e interação políticas disponíveis aos cidadãos e potenciais eleitores. Por fim, após a caracterização de um pequeno universo de parlamentares que empregam tais ferramentas de forma mais intensa (que designaremos como “representantes Web 2.0”), faremos um breve estudo de caso de algumas experiências de uso destes

recursos nos websites parlamentares. Nossas hipóteses básicas são as seguintes: (i) o grau de informações sobre o perfil social, trajetória política e comportamento parlamentar vigente nas diferentes casas legislativas é bastante desigual; (ii) o tipo predominante de website parlamentar nos países latino-americanos analisados é aquele que caracterizamos como “outdoor virtual” com foco na atividade parlamentar, em detrimento de políticas personalistas e/ou no estímulo à criação de mecanismos de interação e participação políticas; (iii) apenas uma pequena percentagem de deputados e senadores podem ser caracterizados como “representantes Web 2.0” e utilizam alguns recursos destas novas mídias que nos permitem antever padrões mais avançados de representação política passíveis de serem concretizados a partir dos recursos disponibilizados por tais tecnologias. Todos estes resultados apontam para uma conclusão mais geral segundo a qual as NTICs dão ensejo a diferentes *graus de representação política* e níveis de representatividade que vinculam as elites parlamentares observadas com os cidadãos de quem se declaram supostamente “representantes”.

Isto posto, podemos passar à operacionalização mais sistemática de alguns aspectos ou dimensões da metodologia apresentada acima.

2. As elites parlamentares sul-americanas e as NTICs: perfil sociopolítico e uso da web por deputados e senadores do Brasil, Argentina, Chile, Paraguai, Uruguai e Venezuela.

Introdução³⁵:

O objetivo deste capítulo é apresentar os resultados da primeira dimensão de nossa pesquisa sobre o uso da internet pelas elites parlamentares que ocupam as casas legislativas nacionais no Brasil, Argentina, Uruguai, Venezuela, Paraguai e Chile na atual legislatura. Como dissemos, buscaremos analisar as informações constantes nos sites das casas legislativas sul-americanas sobre várias dimensões do perfil e do comportamento político das elites neles presentes.

A partir deste objetivo de ordem geral, desenvolvemos os seguintes objetivos específicos: a) Elaborar um indicador quantitativo para mensurar o grau de disponibilidade das informações necessárias à caracterização dos perfis sociopolíticos dos parlamentares nas casas legislativas, desenvolvendo metodologia aplicada em outros estudos (Braga & Nicolás, 2008); b) Efetuar uma primeira análise exploratória dos websites pessoais dos parlamentares sul-americanos a partir de uma versão adaptada do modelo desenvolvido por Andy Williamson para a análise dos MPs ingleses (Williamson, 2009).

³⁵ Este capítulo é uma versão modificada do paper que apresentamos no XXI Congresso da IPSA intitulado: The parliament and the Internet: sociopolitical profile and use of the internet by the parliamentary elites of Argentina, Brazil, Paraguay, Uruguay, Venezuela and Chile. In: XXI IPSA World Congress of Political Science, 2009, Santiago. Anais do XXI IPSA World Congress of Political Science, 2009.

A partir da aplicação dessa metodologia chegamos a duas conclusões gerais: (i) a disponibilidade de informações sobre perfil socioeconômico e comportamento político é bastante desigual entre as diferentes casas legislativas, destacando-se os portais das Câmaras dos Deputados e do Senado do Brasil e do Chile como aqueles que obtiveram o melhor índice de desempenho em detrimento dos demais países; (ii) a pouca quantidade de mecanismos de participação e de interação política nos websites das casas legislativas, em comparação com outras dimensões de sua atividade política.

A este respeito podemos verificar que, embora já exista um corpo razoável de estudos sobre o recrutamento e o perfil sociopolítico dos políticos sul-americanos de uma maneira geral, e das elites parlamentares brasileiras em particular³⁶, poucos destes estudos buscam avaliar o uso que tais atores fazem da web para interagir e se comunicar com o eleitor. Por outro lado, embora, conforme vimos no capítulo anterior, já haja uma relativamente ampla literatura dedicada a estudar de maneira mais sistemática a relação entre internet e elites parlamentares, geralmente estes estudos relegam a um segundo plano as questões relacionadas aos perfis sociais e às características do “recrutamento” de tais elites, centrando seu foco de atenção nos problemas da comunicação, interação ou dos “graus de participação” do eleitor *vis-à-vis* seu “representante”.

Neste capítulo procuraremos empreender uma análise nesse sentido, na medida em que buscaremos efetuar um mapeamento dos recursos disponíveis nos websites dos órgãos parlamentares dos países citados para a caracterização dos perfis dos parlamentares utilizando apenas as informações disponíveis na internet. Com isso, procuraremos eliminar algumas barreiras metodológicas existentes entre duas áreas de pesquisa geralmente separadas nos estudos sobre as relações entre internet e elites políticas, especialmente as elites parlamentares: (i) por um lado, os estudos sociológicos sobre recrutamento, perfil e comportamento político de tais elites; (ii) por outro, os estudos sobre comunicação política e como tais elites dirigentes interagem e se comunicam com a opinião pública e com os cidadãos de uma maneira geral através dos recursos da mídia.

³⁶ Dentre estes estudos mais recentes sobre as elites políticas e parlamentares sul-americanas, podemos destacar os trabalhos de Martins, 2000, 2006; e Marengo, 2000, 2006.

Sublinhe-se desde logo que tal postura compatibiliza-se com algumas das premissas teórico-metodológicas mais gerais que orientam este trabalho: conforme observado por alguns autores cujas contribuições constituem o pano de fundo mais geral do presente texto (Norris, 2001; Ward & Lusoli, 2005), e conforme observado em outros trabalhos (Beetham, 2006; Braga, 2007), as ferramentas utilizadas pela internet, desde que adequadamente utilizadas, podem ser um importante instrumento não só de conhecimento das elites dirigentes pelos pesquisadores e pelo público especializado, mas também de controle e monitoramento de tais elites políticas e da esfera pública de uma maneira geral pelos cidadãos, estreitando os vínculos de representação política entre ambos. Assim, dentro da perspectiva de análise anteriormente exposta, é importante que se incorporem estas dimensões na análise do uso da internet pelas elites parlamentares.

Para cumprir estes objetivos, organizaremos nossa exposição da seguinte forma: (1) inicialmente, definiremos o universo empírico pesquisado e o contexto institucional “offline” dos diferentes países analisados, bem como esclareceremos alguns aspectos do método que utilizaremos para compor os indicadores visando a mensuração do uso da web pelos atores observados; (2) em seguida, avaliaremos as informações contidas nos websites das assembleias examinadas sobre o “perfil social” dos parlamentares, tanto de seus “atributos inatos”, quanto de seus atributos “adquiridos”, sobre a trajetória política pregressa dos deputados e senadores, ou seja, sobre sua atuação ou “socialização” política antes de assumirem os mandatos nas casas legislativas na legislatura em tela, e sobre aqueles itens que julgamos mais relacionadas ao “comportamento político” dos parlamentares, tanto aqueles que podem ser acessados diretamente pelo cidadão-internauta através dos perfis individuais dos mesmos disponíveis nos sites das casas de representantes, quanto aquelas que estão acessíveis exclusivamente através dos websites parlamentares; (3) por fim, na parte final do capítulo, analisaremos o uso que os deputados e senadores fazem da internet, cotejando os resultados de nossa pesquisa com os de outros estudos produzidos em outros países sobre a temática, a fim de dar início a uma reflexão mais sistemática sobre o uso dos websites pelos parlamentares sul-americanos.

Sublinhe-se por fim que, conforme explicitamos anteriormente, como corolário das análises efetuadas em cada item buscaremos elaborar um indicador quantitativo

das informações disponíveis sobre as elites parlamentares em cada casa legislativa, que pode ser tomado também, indiretamente, como um “índice de transparência” de cada casa legislativa no tocante à disponibilização de informações sobre as elites parlamentares que nelas atuam. Tal indicador possibilitará uma apreensão mais concisa dos potenciais de *accountability* existente sobre cada um destes atores nos websites destes órgãos parlamentares.

2.1. O universo empírico de pesquisa e a metodologia empregada: as elites parlamentares da América do Sul e a internet.

Algumas características do universo empírico de nossa pesquisa estão sintetizadas na tabela a seguir. Coletamos dados sobre e analisamos ao todo 1501 parlamentares de seis países e 11 casas legislativas, procurando examinar o uso que os mesmos fazem da internet e alguns atributos de seu perfil social e trajetória política anterior. Conforme afirmamos acima, dados os objetivos desta dissertação, utilizamos aqui exclusivamente as fontes disponíveis nos websites das casas legislativas para coletar as informações analisadas neste texto, já que nosso objetivo básico não é elaborar um perfil das elites parlamentares examinadas, mas avaliar e mensurar, numa primeira aproximação, o uso que tais atores fazem da internet bem como as informações nela disponíveis para o estudo destas elites.

A distribuição agregada dos parlamentares por partidos políticos no período da pesquisa e consolidação dos dados é dada pela tabela abaixo.

Tabela 1: Distribuição partidária dos deputados e senadores (agregado — maio/junho de 2009)

	ArCD	ArSN	BrCD	BrSN	ChCD	ChSN	PgCD	PgSN	UrCD	UrSN	VeCD	Total
Partidos políticos	%	%	%	%	%	%	%	%	%	%	%	%
1 Justicialista	47,7	54,2										10,7
2 Unión Cívica Radical	9,8	11,1										2,2
3 PMDB			18,5	25,9								7,7
4 DEM			10,9	19,8								4,8
5 PP			7,8	1,2								2,7
6 PR			8,4	3,7								3,1
7 PSDB			11,3	16,0								4,7
8 PT			15,4	14,8								6,1
9 P.D.C.					13,3	13,2						1,4
10 P.P.D.					16,7	5,3						1,5
11 P.S.					11,7	18,4						1,4
12 R.N.					16,7	18,4						1,8
13 U.D.I.					27,5	23,7						2,8
14 ANR							37,5	33,3				3,0
15 PLRA							36,3	31,1				2,9
16 PUNACE							18,8	20,0				1,6
17 Frente Amplio									52,5	54,8		4,6
18 Partido Colorado									10,1	9,7		0,9
19 Partido Nacional									36,4	35,5		3,1
20 PSUV											85,5	9,5
21 Outros	42,6	34,7	27,7	18,5	14,2	21,1	7,5	15,6	1,0	0,0	14,5	23,5
Total%	100,0											
Total/N	256	72	513	81	120	38	80	45	99	31	166	1501

Fonte: NPDIP/Núcleo de Pesquisa Democracia, Instituições Políticas e Novas Tecnologias

Nossa metodologia consistiu em dois passos básicos: (1) em primeiro lugar, examinamos os websites dos órgãos legislativos dos países indicados e as informações individuais neles contidas sobre cada parlamentar, a fim de verificar se havia nestes websites ou portais informações sobre o perfil social (atributos inatos e adquiridos)³⁷ das elites parlamentares nele representadas, sobre a socialização ou trajetória política prévia e sobre variáveis que pudessem avaliar seu “comportamento político”, dentro e fora dos órgãos parlamentares; (2) a segunda dimensão de nossa metodologia consistiu numa análise de conteúdo dos websites dos deputados e senadores mencionados, utilizando algumas categorias básicas empregadas em outros estudos empreendidos recentemente em democracias parlamentares mais institucionalizadas. Como nosso objetivo neste capítulo é basicamente empreender uma análise exploratória com vistas a caracterizar os websites com maior potencial de uso da web para uma análise comparativa em maior nível de profundidade a ser empreendida nos próximos capítulos, utilizaremos basicamente uma versão adaptada do modelo elaborado por Andy Williamson em seu estudo sobre o parlamento britânico. Esse ponto será melhor esclarecido mais à frente: por ora, esclareçamos apenas que a escolha do modelo de Williamson deveu-se ao fato deste possuir um

³⁷ Para a distinção entre atributos inatos e adquiridos, cf. Keller (1967).

pequeno número de variáveis, o que facilita a análise de um grande número de casos como faremos a seguir.

Pela tabela acima podemos verificar que há características bastante diversas entre os diferentes sistemas políticos e partidários dos vários países, variando desde um presidencialismo centralizado com um sistema partidário dominado por um partido com mais de 80% da representação parlamentar, como é o caso da Venezuela, até sistemas partidários mais fragmentados, como é o caso da Argentina e do Brasil, passando por sistemas partidários menos fragmentados e mais sedimentados nos órgãos parlamentares, como é o caso do Chile, Paraguai e Uruguai. Ao todo foram computados ao longo do período da pesquisa 105 partidos políticos representados nos 11 órgãos parlamentares examinados, sendo que os partidos mais relevantes encontram-se mencionados na tabela acima.

Como é enfatizado por estudos recentes (Zittel, 2003, Leston-Bandeira, 2007A), um importante fator a ser levado em conta para um entendimento mais abrangente do uso das NTICs pelos atores integrantes dos diferentes sistemas políticos são as características institucionais que estruturam o funcionamento de tais sistemas.

Observamos que o arcabouço institucional dos seis países – Argentina, Brasil, Chile, Paraguai, Uruguai e Venezuela – analisados na presente dissertação apresentam similitudes em vários aspectos, porém, possuem diferenças substantivas que merecem ser destacadas.

O trajeto percorrido pelos países após o fim dos regimes autoritários revela traços compartilhados³⁸. Nenhum país escapou de introduzir modificações importantes em seus sistemas eleitorais, seja para os cargos executivos ou legislativos, inclusive algum deles introduzindo reformas radicais. Uma realidade que, de maneira geral, pode-se constatar é a de que o número efetivo de partidos aumentou nestes países e, por consequência, os legislativos encontram-se mais fragmentados e os governos passaram a recorrer a gabinetes de coalizão. Estes traços têm modificado as relações entre os poderes, assim como afetado o comportamento dos atores relevantes no processo decisório.

³⁸ Excetuando a Venezuela, todos estes países passaram por ditaduras militares entre as décadas de 1960 e 1980 e por bem-sucedidas (embora um tanto quanto conturbadas) transições para a democracia após a crise destes regimes.

Todos os países sob análise possuem sistemas de governo presidencialistas. Uma das visões interpretativas que dominaram nos fins da década de 1980 e início dos anos 1990 partia do suposto que os presidencialismos na América do Sul teriam pouca possibilidade de consolidar-se, devido às suas características institucionais específicas, particularmente por combinar um chefe do Executivo com fortes poderes de agenda com sistemas partidários com elevados índices de fragmentação³⁹.

Algumas características institucionais do universo empírico de nossa pesquisa estão sintetizadas no quadro abaixo:

Quadro 2: Características institucionais dos países sul-americanos

Países	Sistema de governo	Divisão Política	Tipo de Cameralismo	Sistema Eleitoral		Número de membros		Tipo de Lista	
				Câmara dos deputados	Senado	Câmara dos deputados	Senado	Câmara dos deputados	Senado
Argentina	Presidencialismo	Federalismo	Bicameralismo	Representação proporcional	Majoritário com correção proporcional	256	72	Fechada	Segunda lista recebe a terceira cadeira
Brasil	Presidencialismo	Federalismo	Bicameralismo	Representação proporcional	Majoritário	513	81	Aberta	Votação preferencial
Chile	Presidencialismo	Unitarismo	Bicameralismo	Majoritário com correção proporcional	Majoritário	120	47	Majoritária	Majoritária
Paraguai	Presidencialismo	Unitarismo	Bicameralismo	Representação proporcional	Representação proporcional	80	45	Fechada	Fechada
Uruguai	Presidencialismo	Unitarismo	Bicameralismo	Representação proporcional	Representação proporcional	99	31	Fechada	Fechada
Venezuela	Presidencialismo	Federalismo	Unicameralismo	Misto de correção. 60 % dos distritos uninominais	NP*	166	NP	Fechada	NP

Fonte: Anastasia et al. (2004). Elaboração da autora

* Não possui.

Três países onde os parlamentares da nossa pesquisa atuam são federações: Argentina, Brasil e Venezuela. Os restantes, Chile, Paraguai e Uruguai são unitários. Os países federativos são normalmente bicamerais, adotando a Câmara Alta (Senado) como foro de representação das unidades territoriais. A Venezuela até 1999 se

³⁹ Os principais propugnadores dessa tese no início da década de 1990 foram o cientista político espanhol Juan Linz e o politólogo norte-americano Scott Mainwaring. Cf. Linz (2001) e Mainwaring (2002). Não obstante estes prognósticos negativos, tais regimes se estabilizaram por tempo suficiente para sofrer o impacto das NTICs ao longo do século XXI, com a realização de eleições regulares e alternância de poder entre correntes distintas. Cf. a respeito disso o trabalho organizado por Fátima Anastasia e Fabiano Santos (Anastasia & Santos, 2004).

constituía num país que poderia ser incluído na regra anterior, porém, a partir da Constituição desse ano passou a contar com apenas uma Câmara, composta de 166 membros, a Assembleia Nacional.

Em relação aos sistemas eleitorais dos seis países analisados, todos sofreram modificações no desenho da engenharia institucional a partir dos anos 1990: até então todos adotavam o sistema de representação proporcional. Argentina e Brasil adotam o sistema proporcional para a Câmara dos Deputados e o sistema majoritário para o Senado. Paraguai e Uruguai utilizam o sistema proporcional em ambas as câmaras. Chile utiliza o sistema majoritário. Venezuela possui um sistema eleitoral misto. Segundo Anastasia et al. (2004), Chile e Venezuela possuem os sistemas eleitorais menos proporcionais. O desenho dos sistemas eleitorais tende a afetar a composição dos legislativos. Sistemas mais desproporcionais criam “maiorias fabricadas” que reduzem, de modo artificial, o número de partidos efetivos, já que as distorções sempre favorecem os partidos maiores (Oliveira, 2006, p. 311).

Com relação ao tipo de lista, todos os países, com exceção do Brasil e do Chile, possuem lista fechada. Este tipo de lista partidária para a escolha dos candidatos nas eleições favorece a centralização partidária. Na maioria destes casos, os líderes partidários controlam as listas e, por exemplo, no caso da Argentina os primeiros colocados na lista são os favorecidos e os que serão eleitos. No entanto, nos casos de Brasil e Chile que adotam lista aberta e majoritária, os líderes controlam as listas, mas não possuem a prerrogativa de ordená-las. O Brasil utiliza a lista aberta: os partidos apresentam uma lista de candidatos sem definir a ordem de preferência sendo que cada eleitor dá seu voto para um candidato ou partido e as cadeiras obtidas pelo partido são ocupadas pelos candidatos mais votados (Nicolau, 2002: p. 223). Outra característica importante dos sistemas eleitorais do Brasil e do Chile é o fato de serem fortemente personalizados e “centrados no candidato”, ao contrário dos demais países, onde os partidos são mais fortes da arena eleitoral. Deve-se sublinhar que tal fator de ordem institucional pode ser um importante elemento condicionante dos padrões de uso da web pelos deputados e senadores destes países observados a seguir.

A partir dos dados do universo de pesquisa definido na tabela 1 construímos uma planilha com todos os parlamentares atuantes nas casas legislativas, bem como com as frequências das variáveis pesquisadas nos sites legislativos dos diversos

órgãos parlamentares. Apenas a título de exemplo, enumeramos abaixo o percentual de algumas das principais variáveis “brutas” que usamos para construir as planilhas, bem como derivar as informações e os gráficos apresentados a seguir. A frequência das informações encontradas sobre os deputados e senadores examinados encontra-se resumida na tabela abaixo:

Tabela 2: Informações disponíveis na web sobre as elites parlamentares da América do Sul (maio de 2009)

I) PERFIL SOCIAL												
	ArCD	ArSN	BrCD	BrSN	ChCD	ChSN	PgCD	PgSN	UrCD	UrSN	VeCD	Total
Tem foto?	99,6	100,0	99,6	97,5	100,0	100,0	100,0	100,0	91,9	96,8	88,6	97,8
Informa chefe de família:	0,8	4,2	97,9	1,2	0,0	5,3	2,5	2,2	0,0	0,0	0,0	34,2
Informa data de nascimento?	15,6	54,2	99,2	63,0	98,3	76,3	26,3	42,2	45,5	41,9	14,5	60,5
Informa estado civil?	16,0	45,8	0,0	1,2	90,0	65,8	25,0	46,7	35,4	19,4	0,0	19,3
Informa local de nascimento	11,3	50,0	0,2	100,0	0,0	31,6	28,8	33,3	36,4	32,3	12,7	17,6
IS/Infor. Satifs. sb escolaridade?	24,2	66,7	83,2	81,5	86,7	81,6	35,0	48,9	44,4	29,0	51,2	61,7
IS sb instituição que fez CS	19,1	59,7	78,9	0,0	78,3	73,7	21,3	35,6	25,3	9,7	0,6	45,4
IS sb ano que se formou?	13,3	33,3	67,6	0,0	19,2	18,4	10,0	8,9	7,1	9,7	0,6	30,5
IS sb atividade profissional?	23,8	72,2	85,2	82,7	98,3	84,2	75,0	42,2	46,5	25,8	53,6	65,9
II) TRAJETORIA POLITICA												
IS sb entrada na política	26,2	73,6	82,1	77,8	100,0	84,2	30,0	51,1	53,5	48,4	57,8	64,4
IS sb período de entrada	24,2	69,4	96,9	0,0	76,7	63,2	23,8	44,4	49,5	45,2	0,0	55,1
IS sb local de entrada	16,0	51,4	82,3	0,0	3,3	13,2	10,0	13,3	29,3	22,6	0,0	37,2
IS sobre primeiro mandato	27,3	79,2	96,5	0,0	97,5	76,3	22,5	44,4	48,5	41,9	0,0	57,8
Dest. p/mandatos legislativos	14,8	54,2	100,0	0,0	100,0	100,0	100,0	100,0	48,5	41,9	0,6	62,3
IS sobre mandato legislativo	25,0	70,8	95,1	82,7	100,0	78,9	15,0	48,9	48,5	41,9	54,2	67,0
Destaque p/cargo executivo	15,6	59,7	45,2	0,0	21,7	34,2	13,8	31,1	40,4	38,7	0,0	28,7
IS cargo administrativo	18,8	66,7	66,1	0,0	21,7	44,7	12,5	31,1	42,4	38,7	0,0	37,0
Destaque p/filiação	3,5	2,8	86,9	0,0	1,7	5,3	0,0	6,7	2,0	9,7	0,0	31,2
IS sobre capital social	8,6	20,8	49,5	0,0	3,3	7,9	7,5	20,0	36,4	22,6	0,0	23,7
IS sobre atividade intelectual	10,5	27,8	21,2	0,0	0,0	21,1	5,0	6,7	0,0	0,0	0,0	11,4
III) COMPORTAMENTO POLÍTICO												
Tem email?	100,0	100,0	100,0	97,5	100,0	100,0	100,0	100,0	96,0	100,0	89,8	98,5
Informa gabinete?	0,0	0,0	100,0	100,0	0,0	0,0	100,0	97,8	1,0	0,0	0,0	47,9
Informa website?	3,5	1,4	15,6	100,0	35,0	65,8	0,0	0,0	57,6	58,1	0,6	20,9
Informa fone?	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	91,9	32,3	0,6	87,1
Link para discursos	100,0	0,0	99,4	100,0	0,0	0,0	100,0	0,0	100,0	100,0	0,6	70,5
Link p/votação nominal	100,0	0,0	78,2	100,0	100,0	0,0	0,0	0,0	100,0	100,0	0,0	65,8
Presença em plenário	100,0	0,0	100,0	0,0	100,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	59,2
Presença nas comissões	0,0	0,0	100,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	34,2
Link para projetos	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	0,6	86,5
Link para outras propos.	0,0	100,0	97,3	100,0	100,0	0,0	0,0	100,0	0,0	0,0	0,0	54,4
Serviço de clipping	0,0	0,0	0,0	100,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	5,5
Link p/requerimento	0,0	0,0	72,9	100,0	100,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	38,3
Destaque p/cargo ocupado	100,0	100,0	96,7	100,0	99,2	0,0	100,0	100,0	100,0	100,0	99,4	96,2
Link para verba indenizatória	0,0	0,0	0,0	0,0	100,0	100,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	10,5
Inf. Sobre viagens	100,0	0,0	0,0	0,0	100,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	25,0
Link para patrimônio	0,0	0,0	0,0	0,0	100,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	8,0
Total%	100,0											
Total/N	256	72	513	81	120	38	80	45	99	31	166	1501

Fonte: NPDIP

Pela tabela acima, podemos observar que a quase totalidade dos parlamentares examinados disponibiliza e-mail para contato com a opinião pública e os cidadãos de uma maneira geral: dos 1501 parlamentares pesquisados, 98,5% disponibilizam e-mails nas casas legislativas para o contato com os cidadãos, evidenciando que já se tornou um procedimento generalizado a disponibilização de correio eletrônico dos deputados e senadores. Entretanto, como veremos mais à frente, o mesmo não pode ser dito em relação aos recursos dos websites (institucionais ou pessoais) por parte dos parlamentares, pois uma porcentagem bastante inferior dos parlamentares destes países sul-americanos disponibiliza websites para divulgar suas atividades para a opinião pública⁴⁰.

Por outro lado, no tocante a informações sobre algumas dimensões do *perfil social* dos deputados e senadores, a distribuição das porcentagens é bastante heterogênea. Assim, enquanto alguns websites legislativos disponibilizam informações sobre data de nascimento, fotografia e informações satisfatórias sobre a escolaridade de quase todos os eleitos, em outros websites praticamente inexistem informações sobre estes itens.

Apenas a título de exemplo, como pode ser observado pelos dados contidos na tabela acima, as casas legislativas examinadas disponibilizam fotografias sobre quase a totalidade de seus integrantes, o que pode servir como uma fonte eficaz para a caracterização de variáveis importantes, tais como cor da pele. Por sua vez, o percentual mais baixo foi obtido pela Assembleia Nacional Venezuelana, com 88,6% de seus parlamentares disponibilizando foto na internet durante o período da pesquisa.

Já as informações sobre outras dimensões do perfil social dos parlamentares, tais como data de nascimento, escolaridade e, especialmente, atividades profissionais, estão disponíveis de maneira bem mais reduzida. Com efeito, a partir da consulta aos websites das casas legislativas dos países analisados, é possível obter informações sobre a data de nascimento de apenas 60,5% de seus parlamentares, sendo que os maiores e menores percentuais são obtidos,

⁴⁰ Não se deve confundir os websites institucionais com as páginas de perfis dos parlamentares contidas nas casas legislativas, pois aqueles se constituem domínios próprios dos parlamentares hospedados nas casas legislativas, enquanto as páginas de perfis oferecem apenas as informações-padrão e dados biográficos sobre os membros do parlamento. Sublinhe-se que apenas estas fontes utilizadas durante a coleta de dados para a construção das planilhas constituem a base de dados da presente pesquisa. A partir do próximo capítulo, procederemos a uma avaliação mais sistemática dos websites dos deputados e senadores dos países mencionados.

respectivamente, pela Câmara dos Deputados brasileira (99,2%) e pelas assembleias da Argentina (14,5%) e venezuelana (14,5%), com percentuais bastante inferiores de seus parlamentares disponibilizando informações sobre a data de nascimento. Quase o mesmo padrão é seguido pelas demais variáveis de perfil social, tais como escolaridade e exercícios de atividades profissionais.

Passemos agora a uma análise comparativa mais detalhada das informações disponíveis nos websites das casas legislativas mencionadas sobre as três dimensões do perfil e do comportamento político das elites parlamentares que integram estas casas.

2.2. Análise dos websites dos órgãos legislativos.

No tocante à análise dos websites legislativos, procuraremos utilizar como parâmetro para a avaliação das informações disponíveis sobre as elites parlamentares uma ficha para acompanhamento da atuação parlamentar elaborado por nosso grupo de pesquisa para o programa *Vigilantes da democracia*, dentro das atividades do convênio entre a UFPR (Universidade Federal do Paraná) e a FIEP (Federação das Indústrias do Estado do Paraná) inserida em anexo⁴¹. Assim procedemos porque, a nosso ver, essa dimensão mais “informacional” do uso da web pelos atores políticos tem sido frequentemente negligenciada nos estudos sobre o uso da internet por parte dos vários segmentos das elites políticas os quais tendem a se concentrar mais nos mecanismos de “participação e interação” política disponibilizados pela internet, subestimando frequentemente essa dimensão informacional, também relevante para uma maior transparência da atuação das elites parlamentares e agregação de *accountability* nas relações de representação.

2.2.1. Perfil social e biográfico dos parlamentares.

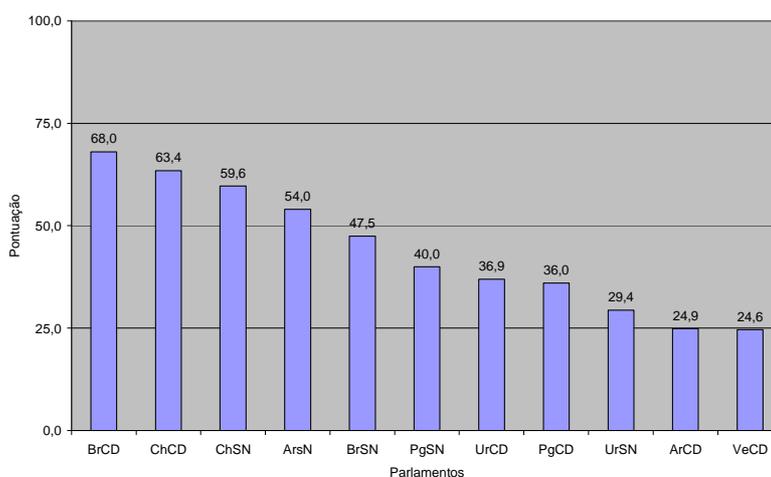
⁴¹ O link para acesso ao programa é: <http://www.vigilantesdademocracia.org.br/> A ficha completa está no *Anexo I* da presente dissertação. Quando as informações contidas nos portais das casas legislativas fossem consideradas confiáveis e satisfatórias para o preenchimento dos itens contidos na ficha, computamo-las como “informações satisfatórias” (IS) sobre determinado item ou variável.

A primeira dimensão de nossa análise consiste no grau de presença nos websites nos órgãos legislativos de informações que nos permitam identificar os “atributos inatos” e “adquiridos” dos deputados e senadores. Como variáveis importantes para a identificação dos “atributos inatos” das elites parlamentares (ou seja, aqueles atributos que independem dos processos de socialização e de adaptação diferenciais dos quais foram objetos e agentes os próprios deputados a partir da data de seu nascimento), destacamos as seguintes: nome e profissão dos pais ou chefes de família; data de nascimento; cor da pele e local de nascimento. Como “atributos adquiridos” pelos parlamentares a partir de sua socialização na infância podemos mencionar: religião, escolaridade, estado civil e atividades profissionais.

Todas estas são informações relevantes para o conhecimento de *quem decide*, ou seja, as características dos atores que tomam as decisões nos órgãos parlamentares, assim como apreender a dimensão mais “societal” da atividade política destes atores, dimensão esta frequentemente negligenciada nos estudos empreendidos sob a influência da escola neo-institucionalista.

As médias dos índices de desempenho das informações sobre o perfil social dos deputados são dadas pelo gráfico abaixo. Foram desconsideradas em nossa pontuação aquelas variáveis cuja frequência observada fosse próxima de zero.

Gráfico 1) Informações sobre o perfil social nos websites das casas legislativas (atributos inatos e adquiridos)



Fonte: Elaboração da autora

Podemos observar uma distribuição bastante desigual do grau de transparência das informações sobre os perfis parlamentares contidas nas várias casas legislativas. Enquanto alguns parlamentos apresentaram graus satisfatórios de disponibilidade de informações sobre dimensões tais como data de nascimento, fotografia do parlamentar, grau de escolaridade e sobre as atividades profissionais exercidas pelos deputados e senadores que dela fazem parte, tal como a Câmara dos Deputados brasileira e chilena, por exemplo, o destaque negativo ficou com as casas legislativas da Argentina (Câmara dos Deputados) e a Assembleia Nacional da Venezuela, com percentuais bastante inferiores de informações sobre o perfil social de seus deputados.

Pelo gráfico, podemos observar que apenas quatro casas legislativas apresentam um grau de transparência satisfatório (i. e. acima da média) no tocante à disponibilização de informações sobre suas elites parlamentares (Br/CD; Ch/CD; Ch/SF; Ar/SN). As demais casas legislativas apresentam informações insatisfatórias sobre o “perfil social” dos deputados. Não por acaso, o site que apresentou melhor desempenho foi justamente aquele que adotou formulários-padrão para a apresentação de informações básicas sobre seus deputados, como foi o caso da Câmara dos Deputados brasileira, que adota uma forma razoavelmente sistemática de apresentação dos dados dos parlamentares. Devido a isso, as informações básicas sobre os atributos inatos e adquiridos dos parlamentares são facilmente acessíveis a qualquer cidadão-internauta.

2.2.2. Trajetória política dos deputados e senadores sul-americanos.

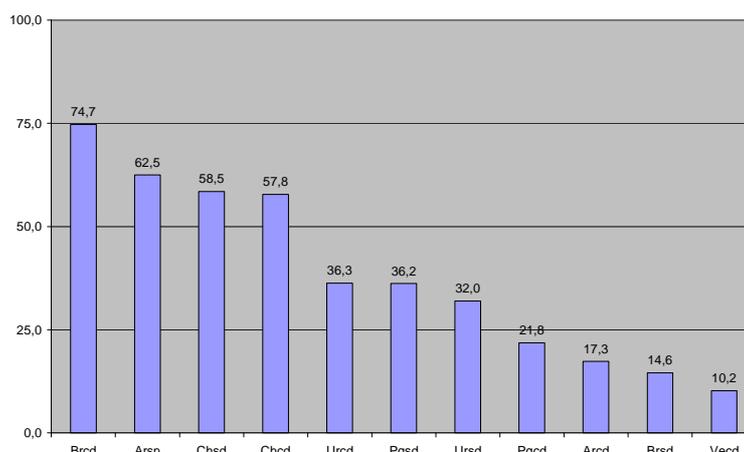
Nesse segundo item do trabalho procuraremos avaliar o grau de presença de informações sobre a trajetória ou socialização política progressiva dos deputados e senadores. Nos estudos sobre recrutamento, via de regra a categoria de “socialização política” é empregada para designar itens relacionados à atividade política dos parlamentares antes do exercício do mandato parlamentar (Marenco, 2000, 2007).

Na dimensão “trajetória política” dos parlamentares incluímos itens tais como: “informações satisfatórias” (IS) sobre via de entrada na política; informações

satisfatórias sobre período de entrada na política; local de entrada na política; qual o primeiro mandato parlamentar exercido; destaques para mandatos legislativos anteriormente exercidos; IS sobre cargos administrativos anteriormente ocupados; informações sobre vínculos com associações ou “capital social”, e outras variáveis relevantes empregadas em estudos sobre recrutamento e perfil sociopolítico das elites parlamentares.

Como no item anterior, derivamos como corolário do trabalho de coleta de dados um índice que consiste no percentual de informações contidas sobre os parlamentares nos sites legislativos. Optamos por não inserir nenhum fator de ponderação em nosso índice, objetivando simplificar o processo de análise de dados. O desempenho de cada assembleia em relação às informações mais ou menos satisfatórias sobre a trajetória política de seus parlamentares é dado pelo gráfico abaixo:

Gráfico 2) Informações sobre a trajetória política nos websites



Fonte: Elaboração da autora

Também no tocante a este item os dados obtidos a partir dos websites das casas legislativas nos permitem apreender algumas diferenças entre os vários países. Assim, temos uma grande assimetria de informações quanto a este quesito, coexistindo websites parlamentares que apresentam um elevado grau de informações sobre a trajetória política anterior de seus representantes, como é o caso da Câmara dos Deputados e do Senado argentinos, ao lado de órgãos parlamentares extremamente frugais na disponibilização de tais informações, como é o caso da Assembleia Nacional venezuelana e do Senado brasileiro.

Também aqui as informações sobre a trajetória política e cargos anteriormente ocupados pelos parlamentares são bastante reduzidas e assimétricas, sendo na maior parte das vezes apresentada de forma incompleta, fragmentada e não sistemática. Isso se deve ao fato dos parlamentares enfatizarem, em seus perfis disponíveis nas assembleias, as realizações e obras efetuadas no exercício de mandatos anteriores, especialmente naqueles órgãos que não adotam formulários-padrão que obriguem os deputados a fornecer informações sistemáticas sobre sua trajetória política anterior. Outrossim, foram justamente os parlamentos que disponibilizam em seus sites formulários-padrão com informações sobre a trajetória política que, mais uma vez, obtiveram maior pontuação no tocante à transparência e disponibilização de informações sobre os parlamentares que dele fazem parte, como foi o caso mais uma vez da Câmara dos Deputados brasileira e do Senado argentino⁴².

2.2.3. Comportamento político e uso da Web por parlamentares da América do Sul.

Por fim, um outro nível de análise a ser trabalhado a partir das informações contidas nos websites das casas legislativas sul-americanas é o comportamento político dos deputados e senadores, que abrange variáveis como: disponibilização de e-mail; endereço do gabinete; informações constantes nos perfis sobre se possui ou não website pessoal ou institucional; telefone para contato; acesso rápido para diversos tipos de proposições sugeridas, tais como projetos de lei, requerimentos, emendas ao orçamento, discursos, votação nominal, presença em plenário, dentre outras informações que, embora aparentemente de interesse estrito aos especialistas ou daqueles diretamente envolvidos no trabalho legislativo, são de fundamental importância para agregar transparência e *accountability* aos trabalhos parlamentares (Norris, 2001, Beentham, 2006, 2008).

Neste ponto da exposição podemos colocar a indagação: qual o sentido de analisar a composição social dos diferentes segmentos das elites parlamentares? Tal estudo, a nosso ver, seria destituído de importância caso eventuais diferenças (de

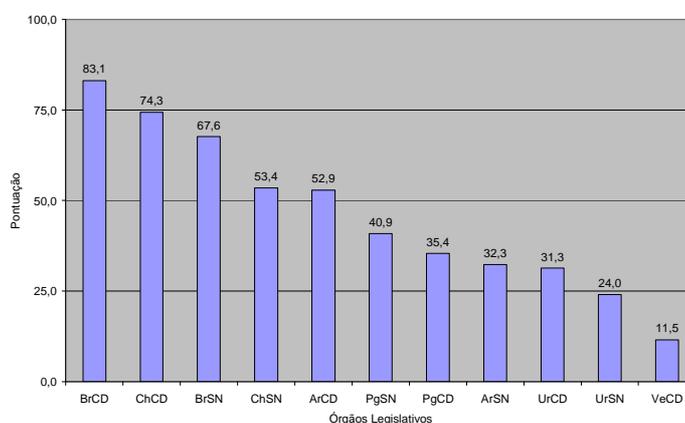
⁴² Segundo informações disponibilizadas por funcionário do Comitê Gestor da Câmara dos Deputados, no início de cada mandato são aplicados questionários aos novos deputados empossados que servem de base para a confecção dos perfis que são disponibilizados no Portal da Câmara dos Deputados ao longo das legislaturas.

renda, status/classe social, patrimônio, nível educacional, perfil ideológico e trajetórias políticas, assim como eventuais processos de “ressocialização” devido às carreiras nas instâncias partidárias) não interferissem de alguma forma nas múltiplas dimensões do comportamento político dos parlamentares, gerando diferenças significativas nas diversas estratégias e padrões de comportamento observados dos mesmos nas várias esferas onde se dá sua atividade política e social.

Sendo assim, também é de fundamental importância para o aprofundamento da democracia e para a agregação de *accountability* aos sistemas políticos que tais informações estejam disponíveis online, pois isso permite aos cidadãos ter acesso a informações não apenas sobre *quem decide*, mas também sobre *o que se decide*, ou seja, como os membros do parlamento estão se comportando durante o processo deliberativo sobre políticas governamentais e assuntos de interesse público.

Destas variáveis sobre comportamento político dos parlamentares constantes da base de dados por nós elaborada podemos derivar o gráfico abaixo, que ilustra o grau de disponibilidade de informações relevantes para o estudo do comportamento político dos parlamentares nas casas legislativas, tanto através da visita aos perfis parlamentares dos próprios deputados, quanto através da visita aos websites das casas legislativas. Para simplificar a exposição, unificamos no gráfico abaixo tanto as informações que podem ser acessadas diretamente a partir dos websites quanto informações que podem ser acessadas indiretamente, a partir dos portais das casas legislativas, e desconsideramos aquelas variáveis para as quais os percentuais fossem nulos ou próximos de zero para todas as casas legislativas analisadas.

Gráfico 3) Informações sobre o comportamento político dos parlamentares nos websites das casas legislativas



Fonte: Elaboração da autora

Os dados acima indicam o grau de informação disponível sobre o comportamento dos parlamentares a partir de seus perfis contidos nos sites legislativos. Apenas cinco assembleias atingiram níveis razoáveis de transparência, indicando que muitas informações básicas e elementares sobre a atuação dos deputados e senadores não estão à disposição da opinião pública e do cidadão-internauta para acesso rápido e eficiente na maioria destas casas legislativas. Mais uma vez, os destaques negativos no tocante à clareza e transparência de informações sobre o comportamento dos parlamentares foram os portais da Assembleia Nacional da Venezuela e da Câmara e do Senado dos países do Cone Sul, ficando os parlamentos do Brasil e do Chile com maior índice de desempenho.

É bom que se esclareça que muitas dessas informações que não podem ser acessíveis diretamente através dos perfis dos deputados, podem sê-lo através dos websites das casas parlamentares, embora esta última modalidade de acesso denote uma preocupação menor com a transparência da gestão de tais órgãos do que com a disponibilização simples e fácil do acesso direto. Destaquem-se a esse respeito os websites das Câmaras dos Deputados chilena e brasileira, legislativos que receberam maiores índice de desempenho, revelando assim um elevado grau de preocupação com a transparência de seu processo decisório e de disponibilização para a opinião pública de informações que possibilitam ao eleitor averiguar e monitorar as várias dimensões do comportamento dos seus representantes através da internet e dos websites legislativos.

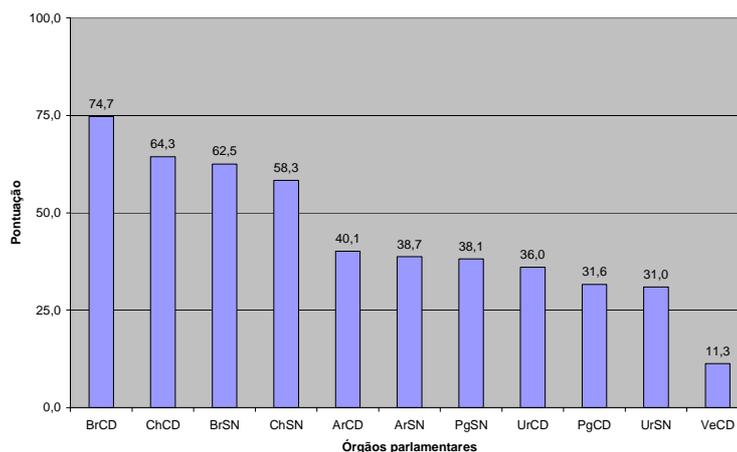
2.3. Conclusão: índice de transparência dos parlamentares.

Podemos agora encerrar essa análise da primeira dimensão do uso da internet pelas elites parlamentares dos países examinados, analisando os dados conjuntamente e abordando alguns problemas teórico-metodológicos relacionados à mensuração das informações contidas nos websites legislativos sobre tais elites parlamentares. Essa preocupação com a “mensuração” das informações se corporifica na composição de um indicador sintetizando os dados anteriormente apresentados. A composição desse indicador será feita através da agregação dos

percentuais de informação contidos sobre as elites parlamentares sul-americanas em suas casas legislativas. Assim, podemos elaborar um gráfico consolidando as informações existentes sobre o grau de informatização da ação dos parlamentares constantes nas casas legislativas dos websites parlamentares dos países mencionados, bem como tecer algumas considerações sobre o potencial de tais recursos para a dinamização da comunicação e da interação dos eleitos com seus representantes bem como para o controle e monitoramento mais eficaz destes por aqueles, estreitando os vínculos de representação entre ambos.

Em relação ao primeiro ponto, o “grau de transparência” dos legislativos examinados nos é informado pelo gráfico abaixo, que resume o tipo de informação existente sobre os parlamentares e cerca de 50 variáveis de perfil, trajetória e comportamento que empregamos para analisar os sites.

Gráfico 4) Índice de transparência dos websites legislativos sul-americanos (maio/junho de 2009)



Fonte: Elaboração da autora

Pelo gráfico podemos observar a existência dos seguintes grupos diferenciados de sites legislativos, de acordo com o grau de transparência contido nestes sites sobre suas elites parlamentares: (1) parlamentos com grau satisfatório de informatização (tais como BrCD, ChCD, BrSN, ChSN), que apresentam um grau relativamente elevado de transparência sobre suas elites parlamentares; (2) casas legislativas com grau insatisfatório de transparência, tais como os demais órgãos parlamentares da Argentina, Paraguai, Uruguai; (3) websites com graus deficientes de transparência, como é o caso da Venezuela.

Sublinhe-se mais uma vez que, nessa análise abstraímos os aspectos qualitativos da organização das informações e dos recursos de mídia nessas casas legislativas. Deve ser mencionado, contudo, que algumas destas apresentam acesso bastante difícil e complicado a estes dados.

Deve ser destacado mais uma vez que uma característica que singulariza o website da Câmara dos Deputados brasileira em comparação com os demais países examinados é a existência de um formulário contendo as informações padronizadas sobre os parlamentares, o que facilita sobremaneira a consulta do pesquisador a tais informações, bem como a interação do cidadão-internauta com seu parlamentar.

Por fim, podemos encerrar este item esclarecendo que as considerações acima foram uma tentativa inicial de efetuar um primeiro mapeamento da maneira pela qual as elites parlamentares examinadas estão utilizando a internet e do tipo de informação que pode ser encontrada nessas fontes. Observamos que, salvo em um ou outro website parlamentar isolado, ainda resta muito caminho a percorrer para que a internet se constitua numa fonte sistemática para o estudo das elites políticas, de natureza análoga à das demais, para não dizer de comunicação e interação entre representantes e opinião pública. Sendo assim, é indispensável que os analistas políticos e pesquisadores sobre as elites em geral e as elites parlamentares em particular desenvolvam instrumentos para avaliar e monitorar a quantidade e a qualidade das informações disponíveis em tais websites, para que estes divulguem informações sistemáticas e transparentes sobre os políticos, e não se convertam apenas em uma espécie de *outdoor virtual* dos deputados e senadores que agregue pouco valor às pesquisas sobre as elites e sistemas políticos e deixe de ser um instrumento de maior controle do cidadão-internauta sobre estas próprias elites.

2.4. Análise exploratória dos websites dos parlamentares.

Podemos encerrar este capítulo com uma análise preliminar do uso dos websites pelos 1051 parlamentares pesquisados, a fim de apresentar algumas evidências preliminares do uso da web por tais atores, que retomaremos com maior grau de profundidade nos próximos capítulos. Como vimos no capítulo anterior, já há

uma relativamente ampla bibliografia sobre o uso da internet em geral, e dos websites em particular, pelos membros das elites parlamentares de países de democracia mais institucionalizada e estável.

Neste capítulo não entraremos em todas as questões levantadas por estes trabalhos, especialmente acerca dos potenciais dos websites legislativos de “reconectarem” os membros dos parlamentos com a opinião pública de uma maneira geral, para usar a expressão clássica do artigo de Ward & Lusoli (2005).

Procuraremos tão somente apresentar alguns resultados preliminares de nossa pesquisa, procurando contrastá-los, na medida do possível, com os obtidos por pesquisas mais sistemáticas ocorridas em países de democracia mais institucionalizada, visando a melhor delimitar o universo empírico de pesquisa que analisaremos em maior grau de profundidade nos capítulos seguintes.

A este respeito, devemos destacar o estudo de Andy Williamson produzido para a Microsoft em convênio com a Hansard Society (Williamson, 2009) sobre os deputados da Câmara dos Comuns inglesa, que busca fornecer dados e dialogar com outras metodologias para a análise do uso da internet pelos MPs (Membros do Parlamento) ingleses. O estudo consiste basicamente num *survey* aplicado a 168 deputados (aproximadamente 26% do total de 630 parlamentares da Câmara dos Comuns) e numa tentativa de mapeamento das representações dos deputados sobre a internet a partir do emprego da metodologia dos grupos focais.

Nesse sentido, o autor busca mapear o uso das ferramentas da internet pelos parlamentares da Câmara Baixa britânica a partir de 10 variáveis agrupadas num gradiente de ferramentas e de recursos “mais passivos” e “menos interativos” até os “mais participativos” e “mais interativos”. O grau de intensidade dos diferentes tipos de instrumentos possíveis de serem utilizados via web pode ser esquematizado pelo seguinte quadro (Williamson, 2009: p. 5).

Quadro 3: Graus de participação nos WPs

Table 1: Dynamic nature of web-based media.

Party website	More passive
Personal website	
Email newsletter	
Web-based campaigning	↑
Web-based discussion forum	
Email (for correspondence)	
Texting to mobile phones	↓
Blog	More participatory
Social networking	
Instant messaging	

Para facilitar o cotejo almejado nesta dissertação com outros estudos mais recentes, procuramos em nossa pesquisa empreender uma análise de conteúdo dos websites dos parlamentares sul-americanos adaptando as categorias utilizadas no estudo de Williamson para a análise dos 1051 deputados e senadores sul-americanos⁴³. Abaixo apresentaremos algumas evidências sobre o uso de websites pelos deputados e senadores dos países examinados.

**Tabela 3: Uso da web pelos parlamentares sul-americanos
(maio-junho/2009)**

	ArCD	ArSN	BrCD	BrSN	ChCD	ChSN	PgCD	PgSN	UrCD	UrSN	VeCD	Total
1) TEM EMAIL?												
Não	0,0	0,0	0,0	1,2	0,0	0,0	0,0	0,0	4,0	0,0	12,0	1,7
Sim	100,0	100,0	100,0	98,8	100,0	100,0	100,0	100,0	96,0	100,0	88,0	98,3
2) TEM WEBSITE?												
Não	80,9	79,2	37,8	4,9	54,2	10,5	98,8	100,0	43,4	41,9	99,4	58,4
Sim	19,1	20,8	62,2	95,1	45,8	89,5	1,3	0,0	56,6	58,1	0,6	41,6
3) TIPO DE WEBSITE												
Sem website	80,5	79,2	37,8	3,7	54,2	10,5	98,8	100,0	42,4	41,9	99,4	58,2
Website pessoal	15,6	19,4	56,7	24,7	40,8	39,5	0,0	0,0	56,6	58,1	0,6	33,6
Website institucional	0,4	0,0	2,7	71,6	2,5	44,7	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	6,2
Blog	3,5	1,4	2,7	0,0	2,5	5,3	1,3	0,0	1,0	0,0	0,0	2,1
4) CARACTERÍSTICA PREDOMINANTE DE WEBSITE												
Sem ou fora do ar	83,6	80,6	42,5	7,4	60,8	15,8	98,8	100,0	44,4	48,4	99,4	61,4
Outdoor pessoal	6,3	2,8	13,6	21,0	17,5	26,3	1,3	0,0	26,3	41,9	0,0	11,7
Outdoor partidário	0,8	0,0	0,4	2,5	0,0	5,3	0,0	0,0	0,0	0,0	0,6	0,6
Atividade parlamentar	8,2	15,3	40,4	58,0	15,8	36,8	0,0	0,0	27,3	9,7	0,0	23,3
Comunicação e participação	0,0	0,0	1,2	7,4	1,7	7,9	0,0	0,0	1,0	0,0	0,0	1,2
Web 2.0	1,2	1,4	1,9	3,7	4,2	7,9	0,0	0,0	1,0	0,0	0,0	1,7
Total%	100,0											
Total/N	256	72	513	81	120	38	80	45	99	31	166	1501

Fonte: NPDIP

Pelos dados apresentados na tabela acima podemos verificar que é bastante desigual o uso das ferramentas da web por parte de cada órgão legislativo sul-americano.

No tocante à disponibilização de email, assim como no parlamento de outros países do mundo (Dader, 2003, Williamson, 2009), ela já se tornou generalizada em

⁴³ Nossas diferenças em relação à metodologia empregada por Williamson são as seguintes: (i) substituímos o item “web-based campaign” por qualquer material de campanha que pudesse ser encontrado nos websites dos deputados; (ii) substituímos “texting for mobile phones” por formulário para contato por email, a fim de diferenciar esse item menos interativo de contato do que a disponibilização pura e simples de email pelos deputados; (iii) agregamos uma variável “Link para partido regional” a fim de avaliar o vínculo dos parlamentares com seus partidos regionais.

todos os órgãos parlamentares estudados. Mesmo na Assembleia Nacional da República Bolivariana da Venezuela, que possui o menor índice de transparência segundo os critérios anteriormente mencionados, cerca de 146 (88,0%) dos seus 166 parlamentares disponibiliza e-mail para contato com o eleitor e com o cidadão-internauta⁴⁴.

Em relação às outras dimensões do uso da internet pelos deputados e senadores sul-americanos, no entanto, a distribuição de frequência é bastante heterogênea, variando de 95,1% de seus integrantes com websites, para o caso do Senado Federal brasileiro, até os casos dos parlamentos do Paraguai e Venezuela, com praticamente nenhum de seus parlamentares possuindo websites pessoais, além de seus perfis puros e simples hospedados nos órgãos parlamentares e já examinados no item anterior.

Entretanto, a mera posse ou não de um website nos informa muito pouco sobre a forma como as elites parlamentares destes países efetivamente estão usando a internet para promover suas atividades, embora seja um passo prévio importante para uma melhor delimitação de nosso objeto de estudo. Para aprofundarmos esta reflexão, e antes da análise de conteúdo dos websites que faremos a seguir, devemos introduzir outras variáveis para um mapeamento mais adequado deste tipo de uso.

Inicialmente, verificamos que, quanto ao tipo de website, as posições relativas dos vários órgãos parlamentares se alteram ligeiramente. Assim, podemos verificar que, no caso do Senado Federal brasileiro, a imensa maioria de seus 81 senadores (71,6%) possui websites institucionais, ou seja, hospedados nos domínios da instituição e que geralmente possui um formato-padrão, previamente fixado pela instituição. Por outro lado, UrCD, UrSN, BrCD, ChSN, ChCD possuem o maior percentual de websites pessoais, que geralmente possibilitam um maior grau de autonomia aos parlamentares no tocante às definições de webdesign e de seu conteúdo. Por fim, no tocante ao uso de blogs como a principal ferramenta de comunicação, apenas 31 dos 1501 parlamentares pesquisados (2,1%) usam blogs

⁴⁴ Evidentemente, um problema de natureza absolutamente distinta é saber se os parlamentares efetivamente usam estes emails para interagir e se comunicar com a opinião pública. Embora estudos anteriores mostrem que é bastante baixa a taxa de resposta e de interação por e-mail por parte dos deputados (Braga & Nicolas, 2008b) há indícios de que um número crescente de parlamentares já considera recursos tais como e-mails, *newsletters*, etc., como uma importante ferramenta de interação com o eleitor, inclusive influenciando a própria formulação de proposições legislativas tais como projetos de lei, requerimentos, emendas e indicações.

como a principal ferramenta de comunicação, sendo que a maior taxa de parlamentares predominantemente “blogueiros” é observada no Senado Chileno.

Em relação à *característica predominante* do website parlamentar, utilizamos uma tipologia com cinco itens básicos: a) “Outdoor pessoal” (i. e., quando o site do parlamentar é focado predominantemente na personalidade e nas realizações pessoais do candidato, assim com na “conexão eleitoral” por ele estabelecida com o eleitor); b) “outdoor partidário” (mesmo tipo que o anterior, com poucos recursos de comunicação e interação, mas com maior ênfase nas políticas e no rótulo partidário); c) ênfase nas atividades parlamentares (caso em que as ferramentas da web são usadas predominantemente para divulgar as atividades parlamentares do candidato); d) comunicação e interação (ocorre quando os websites dos parlamentares apresentam mais recursos para se comunicar e interagir com o eleitor, tais como *newsletter*, boletins informativos, vídeos e outros recursos de comunicação); e) e, por fim e mais importante, “Parlamentares Web 2.0”, que são websites nos quais estão presentes ferramentas de participação e interação mais avançadas que permitem uma maior participação dos cidadãos no processo deliberativo referente à ação política dos parlamentares e maior acesso à informação mediante plataformas multimídia⁴⁵.

Com efeito, pelos dados da tabela podemos destacar o seguinte: a) em primeiro lugar, dentre os websites que estiveram no ar durante o período da pesquisa, a maioria deles ou tem foco na atividade parlamentar e legislativa dos deputados e senadores ou são “outdoors virtuais” focados na personalidade dos parlamentares; b) em segundo lugar, há uma acentuada associação entre *tipo de website* e *característica predominante* do uso dos websites. Assim, parlamentares que usam websites institucionais tendem a estar mais focados na atividade parlamentar, enquanto usuários de websites pessoais tendem a utilizar seus websites como “outdoors virtuais”; c) por fim, deve ser destacado que somente uma percentagem ínfima (2,9%) dos 1501 parlamentares examinados ingressou na era da “Comunicação e Participação” ou na era da “Web 2.0”, sendo que o maior percentual

⁴⁵ Definimos “Parlamentares Web 2.0” como aqueles parlamentares que usam seus websites pessoais para a formação de redes e para a articulação de várias mídias e ferramentas de interação, mais colaborativas e participativas. Para facilitar a visualização de nossa tipologia, agregamos a este texto um segundo “Anexo” contendo exemplos dos websites que usamos em nossa tipologia: um website de parlamentar web 2.0 e outro que podemos qualificar como “outdoor virtual” personalizado.

encontra-se no Senado Chileno, com cerca de 8% de seus senadores podendo ser incluídos nesta rubrica, um percentual que consideramos ser bastante elevado tendo em vista o atual contexto sul-americano⁴⁶.

Devemos enfatizar estes dados porque eles nos advertem contra qualquer avaliação excessivamente eufórica do uso da internet pelos parlamentares sul-americanos no estágio atual de desenvolvimento político das democracias deste continente. Não só o uso da internet é relativamente raro, como ele ainda é usado de forma bastante convencional, claramente subutilizados seus potenciais interacionistas, colaboracionistas e participativos.

Isso ficará ainda mais claro na breve análise de conteúdo que empreenderemos abaixo dos websites dos parlamentares que estiveram no ar durante o período da pesquisa. Sublinhe-se que excluiremos a PrCD, PrSN e VeCD de nossa análise tendo em vista os índices irrelevantes de uso da web pelos parlamentares destes países, não por acaso mais próximos do modelo de “democracia delegativa”, para usar a classificação de Guillermo O’Donnell (O’Donnell, 1991).

Tabela 4: Graus de participação nos websites das elites parlamentares sul-americanas (maio/2009)

	<i>ArCD</i>	<i>ArSN</i>	<i>BrCD</i>	<i>BrSN</i>	<i>ChCD</i>	<i>ChSN</i>	<i>UrCD</i>	<i>UrSN</i>	<i>total</i>	<i>total</i>
	%	%	%	%	%	%	%	%	N	%
Link para partidos nacionais	37,0	35,7	55,7	56,8	61,7	68,8	7,4	6,7	286	49,2
Newsletter	10,9	14,3	58,4	44,6	6,4	3,1	1,9	0,0	219	37,7
Link para partido regional	6,5	7,1	17,4	12,2	4,3	0,0	5,6	0,0	70	12,0
Material de campanha	0,0	0,0	7,7	4,1	0,0	0,0	3,7	0,0	28	4,8
Fórum de discussão	2,2	0,0	6,0	4,1	0,0	3,1	1,9	0,0	24	4,1
Blogs	30,4	14,3	17,1	13,5	31,9	31,3	5,6	0,0	106	18,2
Email no Site	54,3	64,3	45,0	62,2	59,6	65,6	75,9	86,7	317	54,6
Formulário p/contato	45,7	35,7	79,9	64,9	61,7	87,5	40,7	6,7	392	67,5
Evidências de network	15,2	7,1	11,7	4,1	36,2	21,9	5,6	0,0	73	12,6
Instant message	0,0	0,0	1,7	2,7	0,0	0,0	0,0	0,0	7	1,2
Total/N	46	14	298	74	47	32	54	15	581	581
Total	100,0									

Fonte: NPDIP

Com dissemos, na análise de conteúdo que fizemos dos 581 websites dos parlamentares examinados que estavam no ar no período da pesquisa, buscamos

⁴⁶ Sublinhe-se que a última atualização da pesquisa foi feita entre os meses de maio e junho de 2009 e reflete a situação vigente naquele momento.

aplicar uma versão adaptada do *survey* aplicado por Williamson aos MPs britânicos, a fim de melhor cotejar os resultados de nossa pesquisa com estudos recentes empreendidos em outros países.

Os principais dados que merecem destaque na tabela acima são os seguintes:

- ChCD e ChSN são os parlamentos que possuem maior percentual de links para partidos em suas páginas iniciais, revelando uma atuação mais focada nos partidos, o que pode ser interpretado como um sintoma de vínculos mais estreitos com os partidos na atividade parlamentar por parte destes representantes;
- Apenas 37,7% dos parlamentares que possuem website recorrem à *newsletter* para divulgar suas atividades, sendo que os maiores percentuais encontram-se em BrCD (58,4%) e BrSN (44,6%). Surpreendentemente, os parlamentares chilenos possuem um baixo grau de uso deste recurso em seus websites, sendo que tal fato pode provavelmente ser atribuído a um percentual mais elevado de outros mecanismos de interatividade em seus websites, ou mesmo a uma maior eficiência de seus websites na divulgação dos trabalhos parlamentares;
- Os recursos mais utilizados pelos parlamentares são e-mail e formulário para contato com os cidadãos-internautas. Entretanto, o percentual de e-mails disponibilizados nos websites é bastante inferior aos disponíveis nas casas legislativas, onde, como vimos, já são disponibilizados emails da quase totalidade das elites parlamentares;
- São bastante baixos os percentuais de websites parlamentares que possuem links para partidos regionais, disponibilizam materiais de campanha ou utilizam fóruns de discussão sobre questões específicas, este último um recurso em constante expansão nos parlamentos sul-americanos;
- Entretanto, o mesmo não pode ser dito do recurso a blogs, pois observamos um percentual relativamente elevado de 106 parlamentares (18,2% daqueles com websites no ar no momento da pesquisa) que usam blogs, sendo que o maior percentual de parlamentares “blogueiros” pode ser encontrado em ChSN e ChCD. Deve-se sublinhar, no entanto, que o percentual de blogs

atualizados é ligeiramente inferior, com apenas 73 (12,6%) de parlamentares atualizando o blog durante todo o período de feitura da pesquisa;

- Por fim, recursos mais próximos à “Web 2.0”, tais como tentativas de construir redes a partir dos websites ou o recurso a mensagens instantâneas tais como *Twitter* ou *feeds* ainda são pouco utilizados pelos parlamentares conectados à web, sendo que mais uma vez os maiores percentuais observam-se no ChCD (36,2%) e ChSN (21,9%).

2.5 Conclusões.

Podemos encerrar este capítulo enunciando de maneira sistemática algumas conclusões gerais e inferências dos dados anteriormente apresentados.

- De uma maneira geral, ainda são bastante insatisfatórios e reduzidos os *graus de transparência* dos websites legislativos dos países sul-americanos pesquisados sobre várias dimensões do recrutamento e do comportamento de suas elites parlamentares. Apenas os websites de BrCD, ChCD, BrSD e ChSD podem ser considerados como tendo desempenho satisfatório a este respeito, e mesmo assim muito pode ser feito para melhorar a disponibilização de tais informações aos cidadãos-internautas;
- No tocante ao *uso de websites* pelos membros das elites parlamentares sul-americanas, verificamos que ele é ainda irrisório em países mais próximos ao modelo das “democracias delegativas”, com órgãos parlamentares fracamente institucionalizados, tais com PrCD, PrSN, e VeCD, e que pudemos simultaneamente observar um esforço de institucionalização e aprofundamento das democracias parlamentares sul-americanas através dos recursos propiciados pela internet e pelos websites parlamentares;
- Em relação à *característica predominante* dos websites das elites parlamentares sul-americanas, observamos que a maior parte deles é

integrada por “outdoor pessoal personalizado” e “foco na atividade parlamentar” (especialmente daqueles parlamentares que usam websites institucionais), com poucas experiências mais avançadas de “comunicação e interação” com a *constituency* e apenas uns poucos parlamentares de vanguarda podendo ser classificados como “políticos web 2.0”;

- Em relação aos *graus de participação* nos websites dos 581 parlamentares online também observamos um amplo campo de variação. Os dados nos advertem contra qualquer avaliação excessivamente eufórica ou otimista dos impactos da web sobre as democracias parlamentares examinadas na medida em que, apesar dos avanços observados, a imensa maioria dos parlamentares usuários de websites limita-se a usar recursos convencionais de divulgação de informações pela internet. Ainda existem poucos mecanismos de interação e participação com os cidadãos-internautas e é virtualmente inexistente o recurso à constituição de redes e plataformas de interação multimídia a partir dos sites dos MPs.

Para finalizar, observemos que tais conclusões apontam para a necessidade de desenvolver instrumentos mais completos de avaliação do uso da web por tais elites parlamentares. É o que procuraremos fazer nos próximos capítulos, quando aplicaremos um modelo de análise dos websites parlamentares baseado na ideia de níveis ou graus de representação política. Dada a impossibilidade de analisar conjuntamente os 581 websites levantados, nos dedicaremos no próximo capítulo a uma análise em maior grau de profundidade daquelas casas legislativas cujos parlamentares revelaram um maior potencial de uso dos recursos da web, ou seja, as Câmaras dos Deputados e o Senado do Brasil e do Chile.

3. Representantes “Web. 2.0”? Comparando os casos dos Legislativos do Brasil e do Chile

Introdução.

Uma vez delimitado o campo dos deputados e senadores usuários e não usuários de websites pessoais e definidas as casas legislativas cujos parlamentares revelam maior intensidade do uso da web, resta-nos aprofundar um pouco mais a caracterização do uso da internet por estes representantes. Como estes parlamentares estão usando a internet para se comunicar e interagir com o eleitor? Quais recursos estão sendo empregados em seus websites? Tais recursos representam efetivamente inovações na comunicação política dos membros do parlamento com a opinião pública? Em que medida e com qual grau de intensidade estes dispositivos estão sendo utilizados pelos parlamentares para interagir e se comunicar com os cidadãos, de uma maneira geral, e com potenciais eleitores, em particular, estreitando assim os vínculos de representação política entre eles?

Para efetuar uma tentativa inicial de resposta a estas indagações, optamos por realizar uma análise comparativa de quatro órgãos parlamentares que, a partir da análise exploratória empreendida no capítulo anterior, revelaram maior potencial de uso da web segundo os dois critérios anteriormente delimitados (índice de transparência e *accountability* das casas legislativas, e “graus de representatividade” nos websites pessoais).

Tendo em vista estas premissas, o objetivo da análise aqui empreendida é duplo: a) em primeiro lugar, aplicar algumas estratégias de investigação derivadas da ideia de graus ou níveis de representação política para verificar até que ponto os deputados e senadores destes países utilizam os recursos da web; b) em segundo lugar, verificar até que ponto, durante o período pesquisado, os membros das elites

parlamentares destes países avançaram no uso dos recursos “Web 2.0” para intensificar a interação com os cidadãos e com o eleitor, e para construir redes e relações sociais mais complexas a partir dos respectivos websites. Como corolário dessa análise, chegaremos à definição de alguns “cases” exemplares que serão objeto de uma análise qualitativa no próximo capítulo.

Para cumprir estas metas e procurar responder a estas indagações, trabalharemos num duplo registro metodológico: a) em primeiro lugar, procuraremos empreender um estudo dos recursos que constam nos websites dos deputados e senadores “digitalmente incluídos” dos países mencionados procurando empregar uma versão adaptada da metodologia utilizada por Jackson e Lilleker em suas análises dos MPs ingleses (Lilleker & Jackson, 2009); b) em segundo lugar, efetuaremos uma análise de conteúdo dos websites examinados a partir da ideia de “graus de representação” anteriormente exposta, o que nos possibilitará avaliar a intensidade da disponibilidade de recursos que possibilitem uma maior interação das elites parlamentares com os cidadãos, estreitando os vínculos de representação entre ambos por intermédio da internet.

Como esclarecemos anteriormente, optamos nessa dissertação por utilizar um número menor de variáveis nas análises de conteúdo dos websites a fim de aumentar a amplitude de nosso estudo e de molde a abranger toda a população observada, pois nosso objetivo mais geral, além de caracterizar os diferentes tipos e graus de representação concebidos a partir do uso da internet pelos deputados e senadores, era o de quantificar e “isolar” aqueles parlamentares que veiculassem experiências mais “avançadas” de interação e participação política a partir de seus websites (os “parlamentares Web 2.0”).

Antes, porém, convém delimitar e caracterizar melhor o universo dos parlamentares usuários e não usuários de websites pessoais nos quatro órgãos legislativos que serão objeto de nossa análise. Esse universo é representado na tabela abaixo.

**Tabela 05: Uso de websites pelos parlamentares do Brasil e do Chile
(junho de 2009)**

	Br/Dep		Br/Sem		Ch/Dep		Ch/Sen		Total	
	N	%	N	%	N	%	N	%	N	%
A) tem website										
Sem website	217	42,3	6	7,4	71	59,2	7	18,4	301	40,0
Com website	296	57,7	75	92,6	49	40,8	31	81,6	451	60,0
Total	513	100,0	81	100,0	120	100,0	38	100,0	752	100,0
B) tipo de website										
Sem website	216	42,1	6	7,4	71	59,2	7	18,4	300	39,9
Website pessoal	266	51,9	21	25,9	44	36,7	13	34,2	344	45,7
Website institucional	15	2,9	54	66,7	1	0,8	17	44,7	87	11,6
Blog	16	3,1	0	0,0	4	3,3	1	2,6	21	2,8
Total	513	100,0	81	100,0	120	100,0	38	100,0	752	100,0
C) tem email										
Sim	513	100,0	81	100,0	120	100,0	38	100,0	752	100,0
Total	513	100,0	81	100,0	120	100,0	38	100,0	752	100,0

Fonte: NPDIP

Consolidando os dados apresentados no capítulo anterior, podemos perceber inicialmente que a utilização de e-mail, assim como no parlamento de outros países do mundo (Dader, 2003; Norton, 2007; Williamson, 2009), já se tornou generalizada em todos os órgãos parlamentares sul-americanos estudados. Efetivamente, todos os parlamentares possuem uma conta de e-mail (100%) e isto sugere a vontade generalizada de oferecer um canal mínimo de comunicação com os eleitores, resultante, em grande parte, das políticas dos gestores de informação destas casas legislativas de, em resposta à pressão difusa por maior transparência dos órgãos parlamentares que ocorre em todos os países do mundo, em disponibilizar tais contatos em seus portais ⁴⁷.

No tocante ao uso dos websites, observa-se que dos 752 parlamentares presentes nos legislativos destes países, 451 utilizaram websites no período

⁴⁷ Deve-se sublinhar aqui que, nesse caso, as fontes para a obtenção dos e-mails dos parlamentares foram tanto os sites dos órgãos legislativos como os websites pessoais e institucionais dos representantes eleitos. Evidentemente, um problema de natureza absolutamente distinta é o de saber se os parlamentares efetivamente usam estes emails para interagir e se comunicar com a opinião pública. Embora estudos anteriores mostrem que é bastante baixa a taxa de resposta e de interação por email por parte dos deputados (Braga et al., 2006, 2008) há indícios de que um número crescente de parlamentares já considera recursos tais como emails, *newsletters*, etc., como uma importante ferramenta de interação com o eleitor, inclusive influenciando a própria formulação de proposições legislativas tais como projetos de lei, requerimentos e indicações.

pesquisado⁴⁸. Verificamos que, quanto ao tipo de website, a maior parcela utilizava website pessoal (45,7%), que geralmente possibilita um maior grau de autonomia aos parlamentares no tocante às definições de webdesign e de seu conteúdo. Em seguida, temos um percentual menor de websites institucionais (11,6%), ou seja, hospedados nos domínios da instituição e que geralmente possuem um formato-padrão, previamente fixado por esta. Finalmente, uma minoria utilizava predominantemente blogs (2,8%) para divulgar suas atividades. O maior percentual de parlamentares com website é o Senado brasileiro (92,6%), seguido do Senado chileno (81,6%), fato que provavelmente reflete os maiores recursos possuídos pelos senadores e/ou disponibilizados por estas instituições para que os mesmos construam websites.

Delimitado nosso campo de pesquisa, passemos agora a analisar em detalhe os parlamentares usuários de websites dos órgãos legislativos. Como dissemos, num primeiro momento buscaremos verificar como se expressam, nos websites dos deputados, as várias funções e tipos de representação indicados por Lilleker & Jackson em seu estudo dos websites dos MPs ingleses; em seguida, procuraremos trabalhar com a ideia de “graus de representação” com o fim de caracterizar melhor algumas das mais aprofundadas experiências de interação democrática que ocorreram nos WPs sul-americanos durante o período pesquisado.

3.1. Mecanismos de “delegação”, “confiança”, “fidelidade ao partido” e “serviço ao eleitor” nos websites parlamentares do Brasil e do Chile.

Nesta primeira parte do capítulo efetuaremos uma breve análise exploratória do conteúdo dos websites parlamentares a partir de uma versão adaptada do modelo empregado por Lilleker & Jackson (2009) para análise dos MPs do Reino Unido. Estes autores partem de uma série de modelos de representação política em que os parlamentares podem se inserir, sendo que cada um desses modelos envolve diferentes usos da internet de acordo com o papel que estes cumprem.

⁴⁸ Aqueles deputados e senadores cujos sites estiveram fora do ar durante o período, ou apresentaram problemas de acessibilidade, foram computados como não usuários de websites. Outro ponto observado é que há algumas pequenas diferenças de percentual das tabelas constantes nesse capítulo em relação ao capítulo anterior, devido ao pequeno intervalo de tempo que transcorreu entre as coletas de dados para as duas análises (uma, mais exploratória; outra, mais intensiva), feitas entre os meses de maio e junho de 2009.

No se que refere à utilização dos meios digitais, Lilleker e Jackson (2009) criticam inicialmente as expectativas de vários autores segundo as quais haveria evidências tangíveis de que a internet poderia ser responsável pela criação, num horizonte próximo, de qualquer variante de “democracia participativa” ou mesmo “direta” que tornaria obsoleto o papel dos órgãos parlamentares:

“A number of early optimists suggested that Information Communication Technologies (ICTs) could create participatory democracy, potentially making the role of Parliament and individual MPs obsolete (Toffler 1980, Naisbett 1991, Rheingold, 1993), but this has not been the reality. Rather, the Internet has gradually enhanced the ability to communicate with a range of audiences using a variety of methods, and so may have the capacity for enhancing representative democracy” (Lilleker & Jackson, 2009, p. 1).

Em seu estudo sobre os websites dos parlamentares do Reino Unido os autores identificam quatro principais funções que os parlamentares podem desempenhar através do uso da internet, correspondentes às quatro funções de representação definidas pelos estudiosos do assunto (Norton, 1991)⁴⁹: (i) “delegação” (*delegate*), que está ligada às ações empreendidas pelos parlamentares para identificar os pontos de vista de seus eleitores ou uma seção específica deles. Os políticos atuam segundo as demandas orientadas por um específico setor da sociedade em torno de políticas de maior impacto alocativo, mas não necessariamente de abrangência nacional; (ii) “confiança” (*trustee*): o conceito de *trustee* relaciona-se às ações vinculadas aos melhores interesses da nação, ou seja, às formas eleitas pela sociedade como as mais apropriadas. Os parlamentares neste modelo são orientados a legislar focados nas questões nacionais; (iii) “fidelidade ao partido” (*partisan*): são as formas de atuação vinculadas a uma conduta de partido, onde a participação das lideranças partidárias é mais efetiva. Destacam-se ações que buscam promover a imagem e políticas do partido, tanto a nível local quanto nacional; (iv) “serviços ao eleitor” (*constituency service*): que são aquelas ações e *policies* orientadas pelas demandas e interesses de cunho mais particularista dos eleitores do distrito e da base eleitoral

⁴⁹ “Literature identifies four main roles that MPs play: delegate; trustee; partisan; and constituency service each of which can be significant or minor within the MP’s overall workload balance” (Lilleker & Jackson, 2009).

potencial. Nesse modelo, o contato mais direto com os eleitores é priorizado, em detrimento de outras dimensões mais abrangentes da relação de representação.

A partir do diálogo com estes modelos e através da consulta aos mapas dos diferentes websites, construímos uma planilha com uma série de itens agrupados nas seguintes categorias: a) delegação e confiança; b) grau de partidarização; c) atendimento aos eleitores. Para simplificar a análise agregamos as variáveis referentes às duas primeiras funções, dada a pouca frequência das variáveis operacionalizadas e, também, o caráter ainda exploratório e embrionário da presente investigação.

Passamos agora à análise das dimensões relevantes presentes nos websites dos parlamentares da Câmara dos Deputados e Senado brasileiros e chilenos.

3.1.a. “Delegação e Confiança”

A primeira dimensão da análise trata dos mecanismos presentes nos websites dos parlamentares que permitem identificar os pontos de vista do eleitorado. Segundo Norton (2007), os parlamentares que visam este tipo de ação em seus websites provavelmente procuram incrementar o apoio popular através da estratégia de permitir aos cidadãos uma percepção de maior participação no processo político e na ação dos representantes, contornando os obstáculos institucionais ou aqueles interpostos pelas organizações partidárias para um contato mais direto e informal entre ambos.

A partir da análise de algumas das características dos websites procuramos analisar as formas de delegação e confiança neles expressas, procurando especificamente averiguar como os parlamentares identificam os pontos de vista de seu eleitorado. Se os deputados fazem uso dessa função teremos sites com fóruns de discussão, questionários, *surveys*, enquetes, etc., ou seja, o parlamentar tem a preocupação de ter acesso à posição de seus eleitores para assim responder seus anseios de forma adequada. Como afirmam Lilleker e Jackson (2009):

“However, the Internet opens up a practical means for MPs to identify what their constituents think, and respond accordingly. If MPs are using the Internet as *delegates* we would expect to find them asking online constituents their views through questionnaires, discussion fora and email, and then voting in line with the consensus (LILLEKER & JACKSON, 2009: p. 3).

A tabela a seguir oferece as informações contidas nos websites examinados sobre os itens “delegação e confiança”.

Tabela 6: “Delegação e confiança” nos WPs por casa legislativa (junho de 2009)

	Br/Dep		Br/Sem		Ch/Dep		Ch/Sen		Total	
	N	%	N	%	N	%	N	%	N	%
Releases e notícias atualizadas sobre o político	273	92,2	52	69,3	43	87,8	30	96,8	398	88,2
Link de estímulo a contato direto com o eleitor	255	86,1	65	86,7	43	87,8	29	93,5	392	86,9
Link direto para discursos, entrevistas e outros pronunciamentos políticos	245	82,8	75	100,0	28	57,1	28	90,3	376	83,4
Notícias ou fotos de reuniões e comícios promovidos pelo político	211	71,3	29	38,7	33	67,3	15	48,4	288	63,9
Relatórios da atuação do político	148	50,0	32	42,7	28	57,1	21	67,7	229	50,8
Instrumentos para identificar o que os eleitores pensam sobre determinadas questões	100	33,8	13	17,3	14	28,6	5	16,1	132	29,3
Áreas de acesso para eleitores manifestarem seus pontos de vista	61	20,6	12	16,0	4	8,2	2	6,5	79	17,5
Resultados de pesquisas eleitorais ou de opinião	30	10,1	5	6,7	3	6,1	3	9,7	41	9,1
Fóruns de discussão sobre determinados temas e questões	5	1,7	2	2,7	0	0,0	0	0,0	7	1,6
Surveys endereçados aos internautas	3	1,0	0	0,0	0	0,0	0	0,0	3	0,7
Subtotal (percentual não ponderado)		45,0		38,0		40,0		42,9		43,1
Total	296	100,0	75	100,0	49	100,0	31	100,0	451	100,0

Fonte: NPDIP

Nota-se pela tabela que os parlamentares das casas legislativas estudadas utilizam com intensidade em seus websites link de estímulo a contato direto com o eleitor (tais como emails, formulários para contato, etc., indicados nos websites), com destaque para os senadores chilenos (93,5%). Também é alto o percentual de parlamentares em todos os órgãos legislativos que disponibilizam releases e notícias atualizadas (88,2%) e links diretos para discursos, entrevistas e depoimentos. Esses dados confirmam nossa percepção anterior de que os WPs estão fortemente focados na criação de mecanismos de *accountability* sobre a atividade parlamentar. Por outro lado, os mecanismos de coleta de opinião dos cidadãos, registro de fóruns de discussão sobre determinados temas e questões de interesse direto do eleitor (0,7%) e “surveys” endereçados aos internautas (1,6%) são quase inexistentes. Isto indica que os parlamentares não privilegiavam ferramentas que permitiriam ao eleitor opinar livremente sobre determinadas questões de maneira mais aberta, preferindo

mecanismos “top down” de comunicação onde as manifestações do eleitor e dos cidadãos não ficam devidamente registradas no site. A internet oferece também a possibilidade de procurar as opiniões dos eleitores sobre políticas públicas. No entanto, a partir dos dados pesquisados há pouca evidência que os parlamentares que foram objeto de análise usem a internet com esta finalidade. Em contraste, a preocupação dos políticos se direciona principalmente no sentido de oferecer informação sobre discursos, notícias ou sobre sua atuação, preferindo mecanismos mais verticalizados e tradicionais de comunicação.

3.1.b. “Grau de partidarização”.

A dimensão “grau de partidarização” trata de mecanismos que os políticos disponibilizam em seus websites com a finalidade de promover a legenda ou o rótulo programático do partido político, através de mensagens ou imagens que vinculem o político à agremiação partidária a qual pertence. O grau de partidarização (tabela 7) pode ser avaliado quando um website promove de todas as formas possíveis a imagem do partido, seja efetivando as políticas da agremiação no conteúdo da página virtual, provendo a imagem e as figuras mais importantes do partido, trazendo links de contato com as páginas virtuais do diretório nacional e estadual do partido, ou seja, a presença de informações e de recursos que explicitem e reforcem os vínculos entre o político e o agrupamento político-partidário a que o mesmo pertence. Segundo Lilleker e Jackson (2009):

(...) presence is designed primarily to promote a *partisan* model, it would seek to promote their party’s image, policy and activity at both a national and local level, whilst also eschewing any move towards acting as a delegate as voting decisions are more likely to be dominated by the party line (Lilleker & Jackson, 2009).

As informações constantes nos websites sobre a dimensão “partidária” dos websites dos parlamentares brasileiros e chilenos estão resumidas na tabela abaixo.

Tabela 7: “Grau de partidarização” nos WPs por casa legislativa (junho de 2009)

	Br/Dep		Br/Sem		Ch/Dep		Ch/Sen		Total	
	N	%	N	%	N	%	N	%	N	%
Há destaque para a legenda do partido?	195	65,9	61	81,3	15	30,6	9	29,0	280	62,1
Usa o link para promover redes com o partido ou com website do partido?	187	63,2	49	65,3	12	24,5	14	45,2	262	58,1
Há menção a propostas a serem defendidas no parlamento?	109	36,8	15	20,0	13	26,5	6	19,4	143	31,7
Promoção/estímulo à atuação da plataforma eleitoral do partido	79	26,7	4	5,3	1	2,0	3	9,7	87	19,3
Promoção das políticas dos partidos políticos	77	26,0	5	6,7	2	4,1	3	9,7	87	19,3
A legenda do partido é maior que a foto do político?	34	11,5	1	1,3	8	16,3	0	0,0	43	9,5
Links para filiação ao partido político	31	10,5	0	0,0	1	2,0	0	0,0	32	7,1
Há material explicativo sobre o que faz um político no parlamento?	5	1,7	0	0,0	3	6,1	1	3,2	9	2,0
Links para contribuição financeira ao partido ou político	3	1,0	0	0,0	0	0,0	0	0,0	3	0,7
Subtotal (percentual não ponderado)		27,8		20,4		13,7		13,2		24,1
Total	296	100,0	75	100,0	49	100,0	31	100,0	451	100,0

Fonte: NPDIP

Pela tabela, percebe-se que mais da metade dos parlamentares pesquisados (62,1%) disponibiliza em seus websites algum tipo de ênfase para o partido político, com destaque para os senadores brasileiros (81,3%), um percentual que inclusive consideramos bastante elevado tendo em vista nossas expectativas iniciais de pesquisa. No entanto, se contrastarmos este dado com o tamanho da legenda, verifica-se que apenas 9,5% dos parlamentares colocam em seus sítios um destaque maior para o partido. No tocante ao uso de links para promover website do partido, observa-se que os deputados e senadores brasileiros utilizam em maior intensidade este tipo de mecanismos (63,2% e 65,3%, respectivamente). A disponibilização de link sobre contribuição financeira é quase inexistente nos websites dos parlamentares de ambos os países (0,7%). Isto denota o pouco interesse efetivo de criar vínculos de identificação dos eleitores com o partido do parlamentar. De forma geral, os parlamentares analisados não têm uma conduta de promoção do ambiente partidário, e isto pode ser percebido pelos baixos percentuais do subtotal da tabela (24,1%).

3.1.c. “Atendimento aos eleitores”.

A quarta função do modelo criado por Lilleker e Jackson (Lilleker & Jackson, 2009) é a de *constituency service* (atendimento ou serviços aos eleitores). Ela se

caracteriza pela atuação dos deputados em tentar solucionar os problemas do eleitorado de forma individual, demonstrando para a população que seu papel é de atuação direta. Geralmente, quando a conduta da *constituency service* é aplicada, os políticos tentam descobrir quais as queixas e anseios mais recorrentes entre os eleitores a partir de demandas de cunho particularista, e a partir de tais demandas tentam solucionar ou atuar em prol dessas reivindicações. A conduta orientada por esse modelo prioriza o contato com o eleitor de forma individual e a construção do voto pessoal é desvinculada, muitas vezes, das posições partidárias.

A dimensão “atendimento aos eleitores” se caracteriza pela atuação de parlamentares que priorizam a solução dos problemas do eleitorado de forma individual, demonstrando para a população que seu papel é de atuação direta. Os políticos que seguem este tipo de conduta tentam descobrir os problemas mais recorrentes entre os eleitores para propor soluções condizentes com estes.

A tabela a seguir oferece as informações contidas nos websites examinados sobre o item “atendimento aos eleitores”.

**Tabela 08: “Atendimento aos eleitores” nos WPs por casa legislativa
(junho de 2009)**

	Br/Dep		Br/Sem		Ch/Dep		Ch/Sen		Total	
	N	%	N	%	N	%	N	%	N	%
O nome do político é maior do que a legenda do partido e de outros símbolos, se sobrepondo a eles?	240	81,1	71	94,7	41	83,7	24	77,4	376	83,4
Destaque para biografia pessoal do político?	191	64,5	32	42,7	30	61,2	27	87,1	280	62,1
Destaque para fotos ou notícias de visitas a bairros ou base eleitoral?	139	47,0	4	5,3	24	49,0	17	54,8	184	40,8
Fotos da atuação do político nos bairros?	100	33,8	0	0,0	28	57,1	16	51,6	144	31,9
Destaque para políticas endereçadas à base eleitoral, eleitores ou "distrito" eleitoral?	106	35,8	0	0,0	30	61,2	1	3,2	137	30,4
Destaque fotos ou menção ao político, à liderança política majoritária (prefeito, governador ou presidente)?	102	34,5	11	14,7	7	14,3	3	9,7	123	27,3
Indícios de predomínio de propostas particularistas sobre propostas do partido ou à atividade legislativa de uma maneira geral?	92	31,1	2	2,7	22	44,9	0	0,0	116	25,7
Ênfase na capacidade do candidato de transferir recursos ou obras, agindo como "despachante de luxo"?	69	23,3	0	0,0	13	26,5	0	0,0	82	18,2
Propostas específicas para bairros?	24	8,1	0	0,0	22	44,9	0	0,0	46	10,2
Subtotal (percentual não ponderado)		39,9		17,8		49,2		31,5		36,7
Total	296	100,0	75	100,0	49	100,0	31	100,0	451	100,0

Fonte: NPDIP

Pela tabela nota-se que a figura individual do parlamentar se sobrepõe à figura do partido (83,4%), com destaque para os senadores brasileiros (94,7%). A conduta dos parlamentares orientada por esse modelo prioriza o contato com o eleitor de forma individual e a construção do voto pessoal, e isto tende a enfraquecer o vínculo

partidário. Nota-se que os deputados chilenos apresentaram um uso intensivo de itens nesta dimensão (49,2%) se comparado com os parlamentares das outras casas legislativas, com destaque para políticas endereçadas à base eleitoral (61,2%) e fotos da atuação do político nos bairros (57,1%). Esse fenômeno, assim como outros detectados a partir dessa análise, demanda estudos posteriores mais aprofundados, de cunho mais qualitativo inclusive.

Concluindo a análise das funções de representação em termos gerais, o que podemos inferir a partir dos dados é que o conjunto dos parlamentares analisados não apresentou um tipo de representação política personalizada predominante em seus websites. Com efeito, pelos dados observou-se que a presença de itens que indicasse uma forte personalização da atuação parlamentar, com ênfase na transferência concentrada de recursos para uma determinada base eleitoral, revelou-se inferior à nossa expectativa inicial de pesquisa. A dimensão de “graus de partidarização” foi a que revelou um uso menos intensivo pelos parlamentares se comparada com as outras dimensões, especialmente com os itens referentes à relação de “delegação e confiança”.

Passemos agora à outra tentativa de análise de conteúdo dos websites, na qual tivemos como objetivo analisar os graus de representação política e os espaços de interação e a participação nos websites dos deputados e senadores do Brasil e do Chile.

3.2. Análise de conteúdo dos websites: mecanismos Web 2.0 e “falas cidadãos”.

Por fim, nesta segunda parte de nosso estudo analisaremos em que medida o uso da internet incentiva inovações em termos de comunicação política pelos deputados e senadores da Câmara dos Deputados e do Senado brasileiros e chilenos. A ideia básica subjacente é a de graus ou níveis de representação, com uma escala variando desde um ponto mínimo de baixo grau de representação (com os websites apresentando apenas alguns mecanismos ou recursos de acessibilidade), até um ponto máximo de alto grau de representação (com os websites apresentando recursos mais sofisticados de interação e participação dos cidadãos-internautas). Sendo assim,

busca-se analisar os mecanismos de veiculação de “falas cidadãos” e recursos “Web 2.0” nos websites dos deputados e senadores destes países. Entendemos por esses mecanismos de “falas cidadãos”, dispositivos tais como envio de comentários, enquetes, chat, fórum, dentre outros, que permitem as “falas” do público em geral e não especificamente da militância partidária (Blanchard, 2006). E por mecanismos “Web 2.0”, mecanismos da internet que se caracterizam por serem mais dinâmicos, colaborativos e participativos. As seguintes questões nortearam nossa análise: estes mecanismos representam inovações na comunicação política nos websites legislativos? Em que medida estes dispositivos estão sendo utilizados pelos parlamentares para interagir e se comunicar com os cidadãos?

Embora nosso objetivo principal seja analisar a veiculação das “falas cidadãos” e os mecanismos “Web 2.0” nos websites dos parlamentares, o rendimento analítico desse objetivo de ordem geral complementa-se com a necessidade de mapear outras dimensões que consideramos relevantes na atuação política dos candidatos em seus websites. Tais dimensões dizem respeito às atividades políticas dos parlamentares que nos permitam apreender as múltiplas dimensões das relações de representatividade estabelecidas por estes com os cidadãos comuns. Esse procedimento nos permitirá também tecer algumas considerações sobre os “graus de representação” expressos nos WPs, os quais são expressos concretamente na frequência das variáveis que vinculam o parlamentar à opinião pública em seus sites.

Procuraremos cumprir esse objetivo através da elaboração e preenchimento de uma planilha específica com cerca de 50 itens agrupados nas seguintes dimensões: a) navegabilidade/acessibilidade; b) informação e comunicação; c) participação e interação. Com base na bibliografia pesquisada e através da consulta aos mapas dos sites de diferentes websites, listamos uma série de elementos presentes e que consideramos relevantes para os fins e enquadramentos teóricos de nosso estudo⁵⁰.

Abaixo seguem as principais categorias mapeadas nos websites dos parlamentares da Câmara dos Deputados e do Senado brasileiros e chilenos:

⁵⁰ As dimensões que foram objeto de análise foram discutidas e elaboradas no Núcleo de Pesquisa Democracia, Instituições Políticas e Novas Tecnologias sob coordenação do Prof. Sérgio Soares Braga (DECISO/UFPR) e já foram aplicadas de forma um pouco distinta em estudos anteriores (BRAGA, 2007; BRAGA & NICOLÁS, 2008). Frise-se, ainda, que a análise que efetuaremos nesse capítulo é exploratória, e que optamos por trabalhar com um menor número de variáveis a fim de ampliar a quantidade de atores examinados.

- a. Navegabilidade/acessibilidade:** são recursos na página inicial dos websites parlamentares que estimulam o primeiro contato do internauta com o site, ou seja, mecanismos de navegação oferecidos aos visitantes. Abrange basicamente a disponibilização de recursos básicos de navegação ao público interessado em navegar em tais sítios.
- b. *Accountability*, informação e comunicação:** são informações acerca dos parlamentares, que permitem ao internauta ter um conhecimento sobre estes. Essas informações podem ser disponibilizadas através de arquivos sonoros, vídeos e imagens. Incluímos nesta dimensão informações básicas sobre a biografia, trajetória política, legenda partidária e endereço do comitê do político, assim como informações mais substantivas sobre a campanha, desde material promocional até os programas ou propostas do mandato.
- c. Participação e interação:** dispositivos que possibilitam veicular as “falas cidadãos”, isto é, a participação dos internautas através de diversas ferramentas, e que incentivam a comunicação entre o candidato e os eleitores. Incluímos chats, fóruns, comunidades, enquetes de opinião, dentre outros itens. E mecanismos da “Web 2.0”, tais como as redes sociais de Orkut e Twitter.

Apresentamos agora a análise das dimensões relevantes presentes nos websites dos deputados e senadores da Câmara dos Deputados e do Senado brasileiros e chilenos.

3.2.a. Navegabilidade/acessibilidade

A primeira dimensão da análise trata dos mecanismos de “Navegabilidade/acessibilidade” disponíveis ao público. Representa uma espécie de “porta de entrada” dos sites, onde ocorre o primeiro contato do internauta com os parlamentares na web. Neste tópico, avaliamos as informações que constavam nas páginas iniciais dos websites e que buscavam facilitar e tornar mais atrativa a navegação do cidadão-internauta, tornando mais acessível seu contato com o candidato. Dentre as ferramentas pesquisadas, podemos mencionar: existência de mecanismos de busca nos sites, a existência de mapa do site e link para

aumento/diminuição de letras, dentre outros recursos capazes de propiciar um contato mais amistoso do cidadão-internauta com as páginas iniciais dos WPs.

A tabela abaixo fornece as porcentagens das informações contidas nos websites examinados sobre o item navegabilidade/acessibilidade.

Tabela 09: Itens de navegabilidade nos websites dos parlamentares do Brasil e do Chile (junho de 2009)

	Br/Dep		Br/Sen		Ch/Dep		Ch/Sen		Total	
	N	%	N	%	N	%	N	%	N	%
Link para página inicial	254	85,8	63	84,0	47	95,9	27	87,1	391	86,7
Email do político	165	55,7	45	60,0	28	57,1	24	77,4	262	58,1
Mecanismos de busca	173	58,4	28	37,3	14	28,6	7	22,6	222	49,2
Cadastro para <i>newsletter</i>	180	60,8	37	49,3	3	6,1	2	6,5	222	49,2
Crédito para gestores	111	37,5	5	6,7	13	26,5	4	12,9	133	29,5
Contato com gestores	60	20,3	6	8,0	4	8,2	7	22,6	77	17,1
Estatísticas de visitação na página inicial	25	8,4	3	4,0	8	16,3	9	29,0	45	10,0
Aumento/diminuição de letras	14	4,7	5	6,7	1	2,0	0	0,0	20	4,4
Link específico para mapa do site	10	3,4	1	1,3	2	4,1	2	6,5	15	3,3
Acessibilidade para deficientes	4	1,4	0	0,0	0	0,0	0	0,0	4	0,9
Página em outro idioma	1	0,3	0	0,0	0	0,0	0	0,0	1	0,2
Subtotal (Índice)		30,6		23,4		22,3		24,0		28,1
Total	296	100,0	75	100,0	49	100,0	31	100,0	451	100,0

Fonte: NPDIP

Pela tabela acima nota-se que, das variáveis analisadas, o link para página inicial foi o item mais utilizado (86,7%) pelos parlamentares. Numa análise mais detalhada percebe-se que os parlamentares chilenos (95,9% dos deputados e 87,1% dos senadores) foram os que mais disponibilizam este tipo de mecanismo, facilitando a navegação dos internautas. Outra das dimensões que merece destaque na tabela acima é o cadastro para *newsletter*. Observa-se que 60% dos deputados brasileiros disponibilizam este tipo de mecanismo. Em contraste com o baixo uso por parte dos parlamentares chilenos (6,1% dos deputados e 6,5% dos senadores). A utilização de *newsletters* por parlamentares no Reino Unido tem sido explorada por Jackson (2006), em artigo que analisa o conteúdo das *newsletters* de sete parlamentares durante um ano. O autor conclui que os parlamentares usam este mecanismo para fornecer informações de qualidade sobre questões locais de possível interesse para seu eleitorado. O cadastro na página inicial destes boletins resulta de importância para facilitar o acesso deste mecanismo pelos cidadãos. Não obstante, outras variáveis que poderiam facilitar a navegabilidade do cidadão-internauta, propiciando recursos

básicos para uma navegação mais ativa foram quase inexistentes (acessibilidade para deficientes e página em outro idioma). Também o item “Mapa do Site”, bastante usado em websites parlamentares, é pouco utilizado pelos deputados e senadores individualmente considerados. A dimensão de navegabilidade apresentou índices relativamente baixos, não superando 35% de uso pelos parlamentares de cada casa legislativa.

3.2.b. *Accountability*, informação e comunicação.

A dimensão “*accountability*, informação e comunicação” abrange itens utilizados pelos parlamentares para dar a conhecer tanto sua biografia, trajetória e atuação políticas, etc., quanto recursos destinados a potencializar as funções de comunicação estabelecidas pelos parlamentares com os internautas de uma maneira geral, através do emprego de recursos de mídia que não permitem possibilidades de interação (vídeos, imagens, arquivos de rádio).

A presença dos diferentes itens na dimensão “prestação de contas, informação e comunicação” nos websites dos parlamentares nós é informada pela tabela abaixo.

Tabela 10: “Informação e comunicação” nos websites dos parlamentares do Brasil e do Chile (junho de 2009)

	Br/Dep		Br/Sen		Ch/Dep		Ch/Sen		Total	
	N	%	N	%	N	%	N	%	N	%
Notícias atualizadas diariamente na página inicial	217	73,3	46	61,3	43	87,8	31	100,0	337	74,7
Endereço do comitê do político	135	45,6	27	36,0	30	61,2	0	0,0	192	42,6
Biografia/história de vida	271	91,6	71	94,7	38	77,6	27	87,1	407	90,2
Informa profissão?	243	82,1	56	74,7	36	73,5	26	83,9	361	80,0
Informa patrimônio?	0	0,0	1	1,3	0	0,0	2	6,5	3	0,7
Link para atividade parlamentar do político	206	69,6	74	98,7	32	65,3	24	77,4	336	74,5
Formulário para contato sem email/fale conosco?	214	72,3	25	33,3	35	71,4	27	87,1	301	66,7
Links para vídeos no YouTube ou análogo na página inicial	148	50,0	29	38,7	31	63,3	21	67,7	229	50,8
Vídeos da propaganda eleitoral na página inicial	12	4,1	1	1,3	3	6,1	0	0,0	16	3,5
Arquivo sonoro do político na página Inicial?	90	30,4	39	52,0	11	22,4	8	25,8	148	32,8
Carta compromisso do político com seus objetivos e atuação	41	13,9	0	0,0	2	4,1	0	0,0	43	9,5
Plano estratégico do governo/mandato	35	11,8	0	0,0	0	0,0	1	3,2	36	8,0
Disponibiliza artigos ou links para discursos do político?	213	72,0	66	88,0	17	34,7	23	74,2	319	70,7
Link para movimentos sociais ou associações	93	31,4	13	17,3	17	34,7	4	12,9	127	28,2
Subtotal (índice)		46,3		42,7		43,0		44,7		45,2
Total	296	100,0	75	100,0	49	100,0	31	100,0	451	100,0

Fonte: NPDIP

Incluimos nesta dimensão aqueles itens que permitem ao cidadão-internauta construir uma opinião sobre o político, assim como ferramentas utilizadas pelos parlamentares para divulgar suas atividades e informações sobre o mandato, ou seja, informações que propiciam a construção não somente da imagem do político, mas também a formação de uma opinião ancorada em manifestações e posturas deste.

Pela tabela acima, nota-se que quase a totalidade dos parlamentares oferecia links sobre biografia/história de vida (90%) embora tais informações, via de regra, sejam incompletas e, como era de se esperar, autoelogiosas aos próprios parlamentares. Uma das dimensões que propiciam um canal de comunicação com os eleitores considerada de relevância é o formulário de contato/fale conosco, que permite aos eleitores enviarem aos parlamentares sugestões, dúvidas, perguntas, dentre outras questões. Verifica-se que o uso deste item dificulta a interatividade, e o registro das mensagens enviadas por parte dos remetentes ainda é bastante frequente entre os parlamentares, com exceção dos senadores brasileiros (33,3%). A disponibilização de vídeos com discursos, entrevistas, depoimentos e declarações foram disponibilizados em maior intensidade pelos senadores e deputados chilenos (63,3% e 67,7% respectivamente). Em alguns casos constatou-se que os parlamentares possuíam link para canal “YouTube”, uma espécie de página pessoal com a relação dos vídeos em que eles apareciam. Visualiza-se pela tabela que alguns itens analisados nesta dimensão foram oferecidos em baixa intensidade pelos parlamentares: patrimônio do político (0,7%), vídeo de propaganda eleitoral (3,5%), plano estratégico do mandato (8,0%) e carta compromisso do político com seus objetivos e atuação (9,0%). Estes itens seriam de muita utilidade para os cidadãos avaliarem o trabalho do parlamentar, e em alguma medida são informações que podem ser consideradas como de prestação de contas do mandato parlamentar. A utilização tão baixa pelos políticos enfraquece o vínculo de representação política, que poderia ver-se fortalecido com a veiculação destas informações.

De uma maneira geral, a dimensão de “informação e comunicação” apresentou índices maiores, se comparados com a dimensão anterior, reforçando a percepção de que os WPs, embora personalizados e pouco partidarizados, servem primordialmente como veículos de prestação de contas e divulgação de informações “top down” da atuação parlamentar dos políticos.

3.2.c. Participação e interação.

A análise desta segunda dimensão é o foco desta parte da análise de conteúdos dos websites dos deputados e senadores sul-americanos. Incluímos na dimensão “participação e interação” itens que dizem respeito a mecanismos oferecidos pelos candidatos que disponibilizem a veiculação das “falas cidadãs”, a saber, dispositivos que permitem aos internautas a possibilidade de colocar suas opiniões ou manifestar suas inquietudes aos parlamentares, assim como mecanismos da “Web 2.0” que incentivam a construção e adesão a redes sociais (Orkut e Twitter, etc.).

A seguir, a tabela com os percentuais encontradas nos websites dos candidatos sobre a dimensão “participação e interação”.

Tabela 11: Participação e interação nos WPs do Brasil e do Chile (junho de 2009)

	Br/Dep		Br/Sen		Ch/Dep		Ch/Sen		Total	
	N	%	N	%	N	%	N	%	N	%
Enquete sobre temas polêmicos na página inicial	101	34,1	13	17,3	14	28,6	3	9,7	131	29,0
Resultados da enquete	99	33,4	13	17,3	13	26,5	3	9,7	128	28,4
Acervo de resultados das enquetes realizadas	39	13,2	3	4,0	8	16,3	1	3,2	51	11,3
Possibilidade de comentar notícias postadas	38	12,8	2	2,7	22	44,9	7	22,6	69	15,3
Possibilidade de dar sugestões a atuação do político	64	21,6	10	13,3	4	8,2	8	25,8	86	19,1
Possibilidade de visualizar outras mensagens do blog	60	20,3	8	10,7	11	22,4	8	25,8	87	19,3
Tentativas de construir redes sociais via site	73	24,7	13	17,3	14	28,6	9	29,0	109	24,2
Twitter	56	18,9	11	14,7	8	16,3	5	16,1	80	17,7
Possibilidade de postar mensagens nos blogs	52	17,6	8	10,7	13	26,5	8	25,8	81	18,0
Link para comunidades virtuais (Orkut, etc.) na página inicial	50	16,9	9	12,0	7	14,3	9	29,0	75	16,6
Tem comunidade virtual Orkut?	57	19,3	9	12,0	0	0,0	1	3,2	67	14,9
Fórum sobre temas específicos	7	2,4	2	2,7	0	0,0	0	0,0	9	2,0
Salas de bate-papo/chats com político	2	0,7	1	1,3	0	0,0	0	0,0	3	0,7
Acervo dos chats realizados	0	0,0	1	1,3	0	0,0	0	0,0	1	0,2
Feeds para atualização de links	37	12,5	5	6,7	16	32,7	10	32,3	68	15,1
Possibilidade de postar mensagens sem mediação	5	1,7	3	4,0	1	2,0	0	0,0	9	2,0
Fóruns para postagem de mensagens	12	4,1	4	5,3	1	2,0	0	0,0	17	3,8
Acervo dos fóruns realizados	6	2,0	2	2,7	1	2,0	0	0,0	9	2,0
Enquete sobre os temas dos fóruns	2	0,7	0	0,0	0	0,0	0	0,0	2	0,4
Subtotal (percentual não ponderado)		13,5		8,2		14,3		12,2		12,6
	296	100	75	100	49	100	31	100	451	100

Fonte: NPDIP

Percebe-se pela tabela acima que a dimensão de participação e interação foi utilizada em maior intensidade pelos deputados do que pelos senadores. No entanto, merecem destaque alguns mecanismos incipientes nos websites que foram incluídos nesta dimensão. Os websites ofereciam, em termos gerais, enquetes sobre temas polêmicos na página inicial (29,0%), e se analisarmos em detalhe por casa legislativa, outro mecanismo que vale a pena mencionar é a possibilidade de comentar notícias postadas. Os senadores chilenos utilizaram este item em maior intensidade (44,9%).

Contudo, visualiza-se que outras variáveis que permitiriam uma participação mais ativa pelos políticos foram utilizadas de forma bastante incipiente, tais como salas de bate-papo e chat (0,7%). Por outro lado, um percentual significativo de parlamentares já utiliza o Twitter, um recurso cuja utilização cresceu consideravelmente a partir de então, como pudemos verificar por uma nova sondagem exploratória efetuada no mês de agosto de 2009.

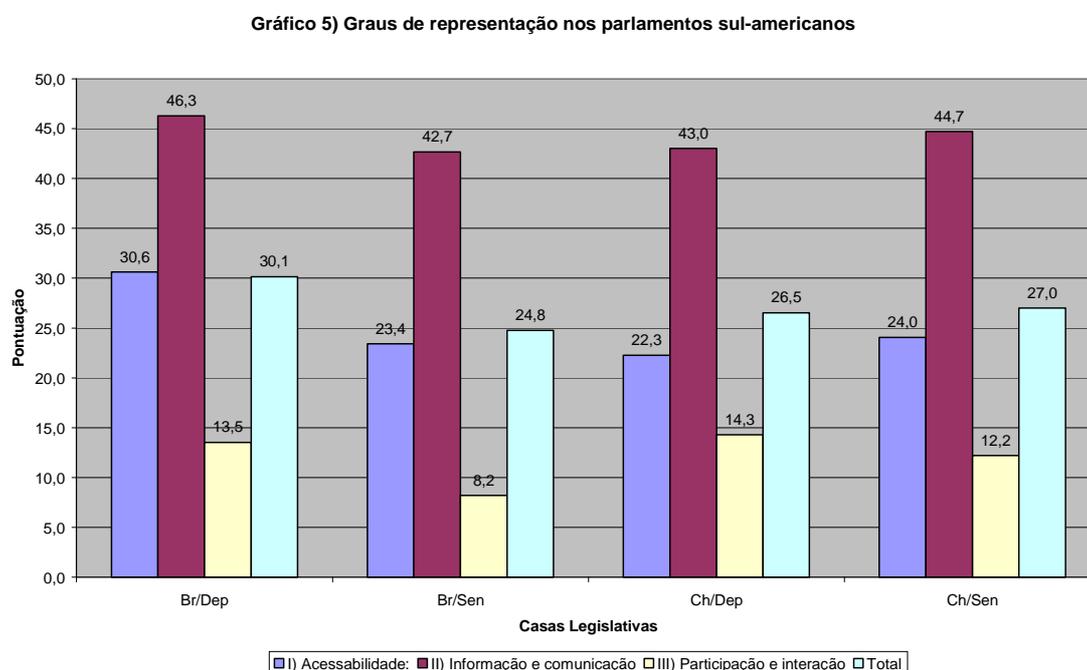
Retomando os questionamentos que nortearam nosso trabalho, pudemos constatar que certos mecanismos que permitem a veiculação das “falas cidadãos”, para usar a terminologia de Giselle Blanchard (2006), foram pouco utilizados nos websites dos parlamentares, com exceção de alguns exemplos como ilustramos no próximo capítulo. Esses mecanismos de comunicação são disponibilizados de maneira desigual pelos candidatos em seus websites, se comparados com outros mecanismos que tendem a veicular principalmente a difusão de informação sobre as atividades parlamentares e políticas quotidianas dos deputados e senadores.

Como constatamos, as dimensões de “informação” e “comunicação” foram as mais utilizadas pelos candidatos. Mostra-se evidente que essas funções, que dizem respeito ao funcionamento das instituições democráticas representativas e consideradas básicas na relação candidato-eleitor foram utilizadas pela maioria dos parlamentares de maneira intensiva. Porém, outras dimensões-chave não foram utilizadas de maneira homogênea, o que demonstra que apesar das enormes vantagens contidas na internet, a comunicação online tende a privilegiar a veiculação de falas produzidas pelo parlamentar. No entanto, as experiências que ilustramos no próximo capítulo nos levam a não sermos tão pessimistas, e evidenciar que já existem alguns mecanismos que representam incipientes inovações nas relações entre elites parlamentares e cidadãos.

3.3. Conclusão

Podemos agora consolidar a análise feita anteriormente e concluir nosso exame do uso dos websites pelos parlamentares, examinando os dados conjuntamente e abordando algumas questões que serão analisadas no próximo capítulo.

No tocante aos graus de representação indicadas pelas tabelas acima, os resultados podem ser sintetizados pelo seguinte gráfico:



Com efeito, o gráfico acima nos permite fazer uma apreensão sintética de alguns dos fenômenos já observados anteriormente e ilustrar a ideia de “graus de representatividade” a ser posteriormente desenvolvida e retomada em estudos de maior profundidade. Pelo gráfico podemos perceber que a dimensão “prestação de contas, informação e comunicação” apresenta percentuais significativamente superiores às demais (acessibilidade e, especialmente, participação e interação). Adverte-nos também contra qualquer avaliação excessivamente eufórica e otimista do uso da internet pelos parlamentares, que considere determinados modismos difundidos pela mídia (tais como Twitter, redes sociais, etc.) como tendências que

possam, por si só, elevar os parlamentares e políticos, de uma maneira geral, a patamares qualitativamente distintos de comportamento político. Na realidade, a maior parte dos recursos de interação e participação disponibilizados pela internet ainda são usados de forma incipiente pelos políticos que usam seus websites principalmente como instrumentos de divulgação de informações sobre sua atividade parlamentar individual, ou seja, uma espécie de “vitrine virtual” de seu mandato.

Para melhor ilustrar essas ideias aplicamos a tipologia abaixo à análise dos sites. As frequências foram obtidas da seguinte forma: dois membros da equipe do grupo de pesquisa classificavam os websites mediante uma inspeção visual. Em caso de divergência, o coordenador da pesquisa desempata a escolha. Os critérios que aplicamos para caracterizar os tipos dominantes de websites são os seguintes: quanto à *forma* ou à *característica predominante* do website parlamentar utilizamos uma tipologia com quatro tipos básicos de websites: (1) “Outdoor virtual personalizado” (i. e., quando o site do candidato é focado predominantemente na personalidade e nas realizações pessoais do candidato, assim como na “conexão eleitoral” por ele estabelecida com o eleitor potencial); (2) “outdoor virtual partidarizado” (mesmo tipo que o anterior, mas com maior ênfase nas políticas e no rótulo partidário); (3) “ênfase nas atividades parlamentares” (caso em que as ferramentas da web são usadas predominantemente para divulgar as atividades parlamentares do político); (4) “comunicação e interação” (ocorre quando os websites dos políticos apresentam mais recursos para se comunicar e interagir com o eleitor, tais como *newsletter*, boletins informativos, vídeos e outros recursos de comunicação); e) e, por fim, “Candidatos Web 2.0”, que são aqueles que usam websites nos quais estão presentes ferramentas de interação mais avançadas e que permitem uma maior participação dos cidadãos no processo deliberativo referente à ação política das lideranças e maior acesso à informação mediante plataformas multimídia.

No tocante ao *conteúdo* dos websites, definimos os seguintes tipos básicos: (i) ênfase na capacidade do político em transferir recursos ou executar serviços e obras para uma determinada localidade ou determinado grupo específico; (ii) ênfase em políticas de governo na atividade parlamentar; (iii) ênfase nas propostas gerais do partido ou em vínculos com movimentos e setores organizados, tais como: empresários, movimentos sociais, sindicatos, movimentos estudantis, categorias profissionais, etc.; (iv) ênfase em maior politização e densidade programática com

problematização de aspectos ideológicos-programáticos mais gerais e substantivos debatidos pela coletividade de referência do líder político, tais como ecologia, combate à corrupção, transparência na administração pública, investimentos em educação e outras propostas de forte conteúdo simbólico.

Os dados obtidos a partir da aplicação dessa tipologia foram os seguintes:

Tabela 12: Tipos de websites dos parlamentares brasileiros e chilenos (junho de 2009)

	Br/Dep		Br/Sen		Ch/Dep		Ch/Sen		Total	
	N	%	N	%	N	%	N	%	N	%
A) Forma do website										
Outdoor virtual personalizado	68	23	11	14,7	22	44,9	6	19,4	107	23,7
Outdoor virtual partidarizado	25	8,4	5	6,7	12	24,5	1	3,2	43	9,5
Ênfase na atividade parlamentar	162	54,7	51	68	11	22,4	15	48,4	239	53
Comunicação e informação	20	6,8	3	4	0	0	2	6,5	25	5,5
Parlamentares Web 2.0	21	7,1	5	6,7	4	8,2	7	22,6	37	8,2
Total	296	100	75	100	49	100	31	100	451	100
B) Conteúdo do website										
Ênfase na transferência de recursos	53	17,9	9	12	19	38,8	6	19,4	87	19,3
Ênfase na atividade parlamentar	177	59,8	62	82,7	15	30,6	22	71	276	61,2
Ênfase na atividade do partido/grupos	41	13,9	1	1,3	15	30,6	3	9,7	60	13,3
Maior politização e ideologização	25	8,4	3	4	0	0	0	0	28	6,2
Total	296	100	75	100	49	100	31	100	451	100

Fonte: NPDIP

Ao contrário das expectativas que poderiam ser geradas de uma visão neo-institucionalista, os websites das elites parlamentares dos países analisados não são utilizados estritamente para fins de promoção pessoal e para o estabelecimento de uma “conexão eleitoral”, mais direta e imediata com o eleitor. Ao contrário, apenas a Câmara dos Deputados do Chile apresenta um predomínio relativo de websites que são utilizados para esta função, podendo ser caracterizado como um “outdoor personalizado” com ênfase na transferência de recursos para uma determinada base eleitoral (38,8%). Por outro lado, são claramente minoritários os parlamentares que usam de maneira mais intensiva recursos de comunicação e informação mais avançados para divulgar suas atividades ou que usam recursos Web 2.0 (13,7%) para difundir conteúdos de maior grau de ideologização e politização, não estritamente relacionados às atividades anteriormente citadas.

Na realidade, a maior parte dos parlamentares está numa situação intermediária, utilizando seus websites como um veículo de informação e divulgação

de suas atividades parlamentares, tanto em relação à forma dos websites (com predomínio de recursos relacionados à atividade parlamentar), quanto ao seu conteúdo, como pode ser melhor visualizado na tabela a seguir:

Tabela 13: Forma e conteúdo dos WPs brasileiros e chilenos (junho de 2009)

<i>Forma do website</i> <i>Conteúdo do website</i>	<i>Outdoor virtual personalizado</i>		<i>Outdoor virtual partidariado</i>		<i>Outdoor da atividade parlamentar</i>		<i>Comunicação e informação</i>		<i>Parlamentares web 2.0</i>		<i>Total</i>	
	N	%	N	%	N	%	N	%	N	%	N	%
Ênfase na transferência de recursos	75	16,6	4	0,9	5	1,1	0	0	3	0,7	87	19,3
Ênfase na atividade parlamentar	19	4,2	17	3,8	204	45,2	11	2,4	25	5,5	276	61,2
Ênfase na atividade do partido	8	1,8	21	4,7	25	5,5	1	0,2	5	1,1	60	13,3
Maior politização e ideologização	5	1,1	1	0,2	5	1,1	13	2,9	4	0,9	28	6,2
	107	23,7	43	9,5	239	53	25	5,5	37	8,2	451	100

Fonte: NPDIP

Com efeito, a tabela acima reforça as percepções e os achados que comentamos ao longo deste capítulo aplicando sucessivas técnicas de análise de conteúdo dos WPs. Embora nossa intenção nessa dissertação não seja a de elaborar conclusões definitivas — ainda mais num contexto errático e dinâmico como a da aplicação das NTICs pelos atores políticos — podemos enunciar duas conclusões principais que emanam das análises feitas anteriormente: (i) a maior parte dos parlamentares sul-americanos incluídos digitalmente não usa seus WPs para a difusão de práticas excessivamente personalistas (“outdoor virtual”) ou focadas na transferência concentrada de recursos para uma determinada base ou região eleitoral localizada. Ao contrário, embora a frequência de parlamentares que difunda esse padrão mais tradicional e “clientelista” através de seus WPs seja considerável (16,6%), os WPs são usados basicamente para divulgar a atividade parlamentar dos representantes (embora em bases fracamente partidariadas e fortemente personalistas) através de mecanismos “top down” de comunicação e informação; (ii) por outro lado, seguindo o padrão observado pela literatura internacional antes da operação do “efeito Obama”, ainda são escassas as experiências de uso efetivo dos recursos “Web 2.0” para alavancar a atividade parlamentar, sendo ínfima a quantidade de parlamentares que buscam associar o uso destes recursos a plataformas de maior apelo programático e simbólico para o conjunto da coletividade da qual fazem parte.

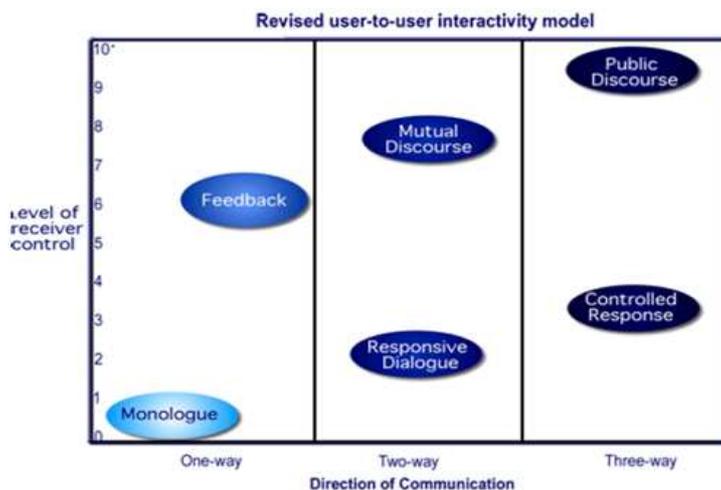
Entretanto, apesar das poucas evidências de uma “febre participativa” que supostamente estaria ocorrendo por intermédio dos recursos da web nos parlamentos sul-americanos, vale a pena nos determos no exame de algumas experiências pioneiras que apontam nessa direção. É o que procuraremos fazer no próximo capítulo, uma vez delimitado o campo de atores que recorrem a tais experimentos mais participativos através de seus websites.

4. Participação e interação online: estudo de caso de algumas experiências de “representação Web 2.0” nos países sul-americanos.

Tendo em vista as considerações anteriores procuraremos neste nosso último capítulo mapear e analisar com maior vagar algumas das principais experiências de “falas cidadãos” (ou participação) e os mecanismos característicos da “Web 2.0” nos websites dos deputados e senadores do Brasil e do Chile. Nossa metodologia consistiu na exemplificação dessas experiências, por um lado, a partir do conceito de “falas cidadãos” (Blanchard, 2006), e por outro, a partir do dialogo com o modelo de interatividade desenvolvido por Lilleker & Jackson (2009). Como especificado no capítulo anterior, os parlamentares não utilizaram de maneira intensiva estes mecanismos, no entanto, consideramos que houve algumas experiências de participação e interação entre eleitores e representantes que merecem ser destacadas.

Em pesquisa sobre a utilização das novas tecnologias da Web 2.0 (uso de blogs e sites de relacionamento – SNS) pelos parlamentares do Reino Unido, Lilleker & Jackson (2009) trabalharam com o seguinte modelo de análise dos websites:

Figura 03 - Modelo de interatividade (adap. Ferber et. al., 2007)



Fonte: Lilleker & Jackson (2009)

Como podemos observar pelo gráfico acima, a interatividade pode ser agrupada em seis grupos de acordo com a direção da comunicação (uma via, duas e três), e pelo nível de controle que o parlamentar faz das ferramentas de interatividade,

ou seja, dos instrumentos que propiciem uma “entrada” para o internauta. A internet permite aos representantes políticos entrar em diálogo ou monólogo, dependendo da forma como eles usam esta mídia e de quem são os destinatários. O *feedback* direto dos visitantes por meio de questionários, sondagens, fóruns de discussão, petições, etc., é um dos elementos centrais para a definição daquilo que os autores entendem por interatividade. Na comunicação de duas vias (*mutual discourse, responsive dialogue*) se encoraja um retorno ou resposta dos visitantes, o que pode acontecer quando os internautas deixam comentários em notícias postadas pelos parlamentares (*responsive dialogue*), ou quando o parlamentar responde aos comentários dos internautas (*mutual discourse*). A terceira via de comunicação incentiva uma abordagem mais interativa, em que três ou mais pessoas participam de um fórum, por exemplo, debatendo sobre um tema específico. No entanto, os resultados da pesquisa apresentados pelos autores alertam para o fato de que a internet tem sido utilizada mais como ferramenta para *publicar* do que para *engajar* (Lilleker & Jackson, 2009: p. 21).

Aprofundando na análise dos principais instrumentos de veiculação das “falas cidadãs” e dos mecanismos da “web 2.0” nos websites dos deputados e senadores do Brasil e do Chile, podemos partir para um breve estudo de caso de algumas das principais experiências observadas. Os principais exemplos de uso dos “recursos web 2.0” analisados nos WPs foram: a) utilização de redes sociais e recursos de comunicação instantânea e *feedbacks* pelos internautas, e b) falas cidadãs e mecanismos de participação e registro das manifestações dos cidadãos comuns. Abaixo, exemplificaremos alguns destes usos.

4.1. Utilização de Redes Sociais nos WPs.

O deputado brasileiro Luiz Paulo Vellozo Lucas (PSDB) do Espírito Santo, através de seu website disponibilizou vários mecanismos considerados de “Web 2.0”: YouTube, Twitter, Facebook e Orkut. Cada mecanismo tem sua funcionalidade, porém, em linhas gerais, permitem criar redes sociais e construir um vínculo mais próximo com o eleitor.

Figura 04: Website de Luiz Paulo Vellozo Lucas (PSDB)



Fonte: <http://www.luizpaulovellozolucas.com.br/site/home>

Percebemos que os parlamentares que possuíam o microblog Twitter, colocavam mensagens, por um lado, de índole pessoal, e por outro, de mensagens de índole política, não necessariamente ligadas ao seu mandato. Além do tipo de conteúdo das mensagens, o que se detectou foi o “tom descontraído” e informal destas, inclusive as que faziam referência ao conteúdo político. Notou-se nos *tweets*⁵¹ de tipo político, que os parlamentares não ficaram intimidados na hora de responder críticas sobre sua atuação, tanto por parte de cidadãos quanto de seus pares no parlamento. Isto sugere que os políticos utilizavam este tipo de site também para atingir uma comunicação com outros políticos e não apenas para construir redes sociais com os cidadãos via web. Cabe lembrar que o Twitter se caracteriza pela rapidez da comunicação, sendo as mensagens enviadas em tempo real para as pessoas que assinam o microblog.

No Twitter do deputado Lucas (PSDB) observou-se um exemplo do primeiro tipo de mensagens: “*Embarquei meu caçula Rafael para intercâmbio de um ano no Canadá. Termina a infância do meu 3º filho. Missão cumprida, com a graça de Deus!*”

⁵¹ Como se sabe, os *tweets* são os textos enviados ao microblog que não podem superar 140 caracteres.

(<http://Twitter.com/lpvellozo>, 2009). No Twitter da deputada chilena Marisol Turres (UDI) também se notou este tipo de conteúdo mais pessoal, que fazia referência à vida privada da deputada: “*Nada mejor que un domingo en casita con Marcos y los niños..., aunque nos faltan Jaimito, La Conny y el Benjita!!!*”

(<http://Twitter.com/marisolturres>, 2009).

Figura 05: Twitter do dep. Lucas (PSDB)



Fonte: <http://www.luizpaulovellozolucas.com.br/site/home>

Figura 06: Twitter da dep. Marisol Turres (UDI)



Fonte: <http://Twitter.com/marisolturres>

Segundo Williamson (2009), políticos que se expõem dessa maneira se caracterizam pela “autopromoção” ou pelo “marketing pessoal”: a intenção é de se

aproximar dos cidadãos mediante traços de sua personalidade individual em detrimento do conteúdo substantivo das políticas e posicionamentos por eles defendidos. Este tipo de mensagens revela traços da personalidade do político. Segundo Lilleker e Jackson (2009), os mecanismos da “Web 2.0” viabilizam a construção de uma imagem do político que tentam apresentá-lo como autêntico indivíduo, dotado de uma personalidade em oposição a um político que habita dentro de uma “aldeia”, e isto gera algum tipo de empatia nos internautas. “[...] Hence, the visitor gets a sense of the MP as an individual, and hopefully will empathise, engage with and like them (Lilleker e Jackson, 2009, p. 20).

No Twitter do deputado federal Fernando Gabeira (PV), do Rio de Janeiro, notou-se principalmente a existência de mensagens do segundo tipo, ou seja, onde são priorizadas questões de maior apelo simbólico e programático, não necessariamente referidas ao mandato que, no entanto, sugerem um alto grau de ideologização no conteúdo da mensagem: *“Filmando os próprios assassinos: diretor de doc sobre gangues salvadorenhas é fuzilado na rua por uma delas”* (<http://Twitter.com/gabeiracombr>, 2009). Também percebemos no Twitter do deputado mensagens que evidenciavam de maneira clara a posição política sobre alguns temas que estavam sendo debatidos: *“Se o dispositivo que libera propaganda só para presidenciais for aprovado, entrarei na Justiça: não podem proibir quanto mais discriminar”* (<http://Twitter.com/gabeiracombr>, 2009).

Figura 07: Twitter do dep. Gabeira (PV)

The image shows a screenshot of the Twitter profile for 'gabeiracombr'. At the top, there's a navigation bar with the Twitter logo and 'Login Join Twitter'. Below that, a yellow banner says 'Hey there! gabeiracombr is using Twitter.' with a 'Join today!' button. The profile header includes the name 'Name Fernando Gabeira', location 'Location Rio de Janeiro, Brazil', website 'Web http://www.gabeira.com', and bio 'Bio Twitter do Gabeira.com'. Statistics show '8,724 following' and '11,814 followers'. The main content area displays a tweet: 'Filmando os próprios assassinos: diretor de doc sobre gangues salvadorenhas é fuzilado na rua por uma delas. http://tinyurl.com/m73xat' with a timestamp of '24 minutes ago from web'. Below the tweet, there's a snippet of another tweet: 'Se o dispositivo que libera propaganda só para presidenciais for aprovado, entrarei na Justiça: não podem proibir quanto mais discriminar.' with a timestamp of 'about 1 hour ago from web'.

Fonte: <http://Twitter.com/gabeiracombr>

No Twitter do senador chileno Girardi (PPD) da região metropolitana, prevaleceu o conteúdo político nas mensagens: “*Nueva noticia en mi web: Senador Guirardi propone reforzar Ley del Tabaco con 5 medidas <http://bit.ly/3xa80b> #fb*” (<http://Twitter.com/guidogirardi>, 2009).

Figura 08: Twitter do senador Girardi (PPD)



Fonte: <http://Twitter.com/guidogirardi>

O conteúdo político das mensagens também foi percebido no Twitter do senador Cristovam Buarque (PDT) do Distrito Federal, onde priorizou *tweets* de índole política que faziam referência, principalmente, à sua atuação no parlamento: “*A câmara de deputados aprovou meu projeto que exige livro em cada cesta básica. Esperemos que o governo execute*” (http://Twitter.com/Sen_Cristovam, 2009).

Além do traço informal das mensagens, em linhas gerais, percebemos claramente no caso do senador Buarque a colocação de um tipo de conteúdo que por outros meios (website pessoal, imprensa e TV) não é veiculado: “*Estamos votando reforma eleitoral; além de tímida querem cortar partidos pequenos do debate presidencial*” (http://Twitter.com/Sen_Cristovam, 2009). Isto levanta uma questão interessante: vários autores (Lilleker e Jackson, 2009; Norton, 2007) sugerem que os parlamentares que possuem blogs tendem a colocar em maior grau as opiniões contrárias ao partido sobre determinadas questões. Provavelmente, o Twitter pelas características que possui como ferramenta, encoraja também os parlamentares nessa direção. Entretanto, são necessárias mais pesquisas empíricas para atestar esta percepção.

Figura 09: Twitter do senador Cristovam Buarque (PDT)

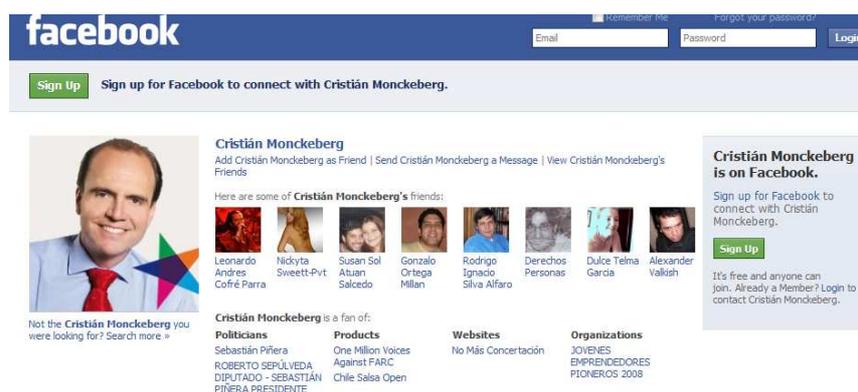


Fonte: http://Twitter.com/sen_cristovam

Detectou-se que os parlamentares brasileiros utilizaram em maior intensidade o site de relacionamento Orkut e os deputados e senadores chilenos foram, em sua grande maioria, maiores usuários do Facebook. Isto possivelmente seja consequência do uso dos sites no Brasil e no Chile. Segundo pesquisa realizada pelo Comitê Gestor da Internet no Brasil⁵² sobre o uso das Tecnologias da Informação e da Comunicação no país em 2008, 69% do total de entrevistados participava de sites de relacionamento como o Orkut. Este dado nos proporciona um indício sobre o uso generalizado deste recurso no Brasil.

A seguir ilustramos alguns exemplos de sites de relacionamento de senadores brasileiros e chilenos.

Figura 10: Facebook do dep. Cristián Monckeberg (RN)



Fonte: <http://www.facebook.com/cristianmonckeberg>

⁵² O Comitê Gestor da Internet no Brasil (CGI.br) foi criado pela Portaria Interministerial nº 147, de 31 de maio de 1995 e alterada pelo Decreto Presidencial nº 4.829, de 3 de setembro de 2003, para coordenar e integrar todas as iniciativas de serviços de internet no país, promovendo a qualidade técnica, a inovação e a disseminação dos serviços ofertados. Ver <http://www.cgi.br/>

Figura 11: Orkut do senador Demóstenes Torres (DEM)



Fonte: <http://www.orkut.com.br/Main#Profile.aspx?uid=17716517522519260549>

Sites de relacionamento como os mencionados, oferecem aos políticos a possibilidade de colocarem principalmente vídeos, fotos e mensagens. São mecanismos que podem ajudar a estender a rede de contatos na web. Notou-se a partir da visita no Twitter de parlamentares brasileiros e chilenos que neste site a personalidade do político “transparece” mais claramente que nos sites de relacionamento Orkut e Facebook. Isto, possivelmente, seja consequência do fato do próprio político escrever e atualizar o site, em grande medida pelas facilidades que o próprio site oferece através da atualização das mensagens via celular.

Observaram-se casos de parlamentares que realmente se posicionaram no “ambiente digital”, com presença em mais de uma rede social. No Brasil, o senador brasileiro Mercadante (PT) possuía o site Facebook, Orkut, YouTube, Twitter, Flickr (álbum de fotos online), Slideshare (apresentações em diversos formatos) e Feeds (atualização de notícias). Segundo Lilleker e Jackson (2009), se argumenta que as aplicações “Web 2.0” podem alterar radicalmente o modo como os deputados se comunicam por modificar a natureza da interação entre estes e os eleitores. Os autores sugerem que os parlamentares que possuem uma presença significativa em redes sociais manifestam um compromisso que não é necessariamente com um canal específico de comunicação online. Estes parlamentares são realmente pioneiros da “e-comunicação” como um todo.

A seguir ilustramos alguns dos sites, onde o senador Mercadante (PT) estava presente, no momento da pesquisa.

Figura 12: Facebook do senador Aloizio Mercadante (PT)



Fonte: <http://www.facebook.com/aloiziomercadante>

Figura 13: Twitter do senador Aloizio Mercadante (PT)



Fonte: <http://Twitter.com/Mercadante>

4.2. Principais experiências de “falas cidadãos” (ou participação) nos WPs

Segundo Blanchard (2006), o que se coloca em questão com a divulgação das “falas cidadãos” é a publicação de uma fala não oficial (produzida pelas instâncias partidárias), e isso repercute na comunicação do parlamentar na internet. A autora

entende a noção de “fala cidadã” em contraposição à fala produzida pelos membros dos partidos:

“[...] devem ser entendidas como expressão de uma fala não exclusivamente produzida pelos cidadãos cativos que são os militantes do partido. De fato, trata-se aqui da “versão para o grande público” dos websites dos partidos políticos franceses, quer dizer, de uma versão visível por todo internauta e cujo acesso, portanto, não é restrito aos membros do partido” (Blanchard, 2006, p. 13).

Através das “falas cidadãs”, os internautas entram em cena como um dos produtores da comunicação na web tendo, a partir desse momento, uma participação mais ativa em todo o processo da comunicação, deixando de ser meros destinatários de mensagens. Como a autora esclarece, não podemos ser ingênuos e acreditar que não existam filtros na hora das falas serem colocadas nos sites. “A integração da fala cidadã comum nos websites dos partidos políticos é, em grande parte, condicionada por um novo tipo de moderador, na maioria das vezes encarnado por profissionais da comunicação responsáveis pela gestão desses sites” (Wojcik, apud Blanchard, 2006, p. 14). Conforme o modelo de Lilleker & Jackson (2009), poderíamos classificar a publicação dos comentários dos cidadãos a partir de artigo ou mensagem do político, como uma comunicação de duas vias (*dialogue*), na qual fica evidente a tentativa do parlamentar em encorajar um retorno ou resposta dos visitantes.

O website do senador chileno Alejandro Navarro Brain (MAS) da região del Bío-Bío, disponibilizava várias ferramentas para os internautas participarem, seja enviando sugestões de governo, perguntas ao político, manifestando seu apoio ou adicionando comentários em seu blog.

O senador possuía em seu site link para seu blog com a possibilidade de deixar comentários aos artigos postados. Notamos que os comentários dos internautas eram publicados, aos quais qualquer pessoa podia ter acesso. Também possuía o link “*Apoya a tu senador*” com vários depoimentos dos internautas manifestando seu apoio ao político.

A seguir se ilustram, por um lado, um artigo do senador Navarro Brain (MAS) em seu blog e alguns comentários dos internautas, e por outro, um link no website do parlamentar que permitia o envio depoimentos para o senador.

Figura 14: Blog do senador Alejandro Navarro Brain (MAS)

Jn Ministerio del Mar para Chile
Aug. 17, 2009
16 Comments




Senador, profesor de Filosofía, Parlamentario desde 1994. Fue uno de los primeros parlamentarios en tener su sitio web: www.navarro.cl. Promotor del uso del software libre. Es partidario convencido de la integración latinoamericana y del uso de las energías renovables. Es hincha de Colo-Colo y defensor de los Apaches de los

Comentarios:

Ministerio del mar, me recordaste a Merino jajajaja.

Creo que claramente debe haber mayor regulación en este aspecto. 100% de acuerdo.
Posted by **rodrigo** on August 17, 2009 at 05:03 PM CLT #

Mmm, ministerio del mar... ¿que pasa, se quedaron sin espacio para meter mas militantes al gobierno?

Mejor hagamos un ministerio de por-si-acaso, demas que pueden meter a todos ahi.

Propongo algo mejor. Creemos un 'Cuerpo de Ingenieros de Chile', con sede en el congreso, con poder de veto. Le aseguro que tendran mucho mejores resultados que todos los politicos juntos.
Posted by **Vlad** on August 17, 2009 at 05:17 PM CLT #

Fonte: <http://blog.latercera.com/blog/anavarro/>

Figura 15: Website do senador Alejandro Navarro Brain (MAS)

marcos	28/07/09 21:56:22
	sr navarro me parece q es ud la persona idonea para dirigir nuestro pais.hombre q no se ha apartado de los trabajadores q son los q mueven un pais.cuente conmigo.
Piero Tardón Miranda	25/07/09 16:10:36
	Sr senador: Si bien no comparto a cabalidad su ideología política, pienso que ha sido un personaje comprometido con su distrito, luchador y preocupado de las personas. Cuente con mi apoyo, así como cuando fui premiado y apoyado por Ud. e invitado al congreso nacional el año 1997.
Joaquin Soto	25/07/09 09:09:59
	Adelante compañero Navarro. La campaña recién empezó y vamos por el 12-15%. Me alegro que grandes figuras y luchadores sociales lo acompañaron ayer en el Cariola. Por razones de trabajo no pude estar presente. Creó que su posición es correcta de llamar a un candidato único de la izquierda, creo que los compañeros del Junto Podemos, van terminar apoyándole. En Septiembre se bajara el comp. Arrate y los PC, Socialistas Allendistas y la IC, lo apoyara. Navarro hasta el final. Vamos Alejandro que se puede. Vamos por el 12-15%.

Fonte: <http://www.navarro.cl/acusacion/guestbook/index.php>

Outro mecanismo que permite recolher informações sobre as opiniões dos internautas é a enquete, embora não se possa falar aqui propriamente de “falas

cidadãs” no sentido estrito do termo. Registrou-se que na maioria das vezes em que os parlamentares colocavam este tipo de mecanismos em seus websites era para obter a opinião dos cidadãos sobre temas que estavam sendo debatidos no parlamento ou formavam parte da agenda da imprensa. Notou-se que nas enquetes dos parlamentares brasileiros, por um lado, havia uma posição partidária sobre o assunto que prevalecia na pergunta e nas opções de resposta, e isto era evidente em parlamentares da base do governo e da oposição. O deputado Magela, do partido governista (PT), disponibilizou uma enquete em que se perguntava sobre o que aumentava a independência do Brasil, e as opções eram as seguintes: o novo marco regulatório do pré-sal enviado ao Congresso; as duas ações do governo Lula citadas acima; a compra de 36 caças da França anunciada em 7 de setembro. Nessa pergunta, a posição partidária sobre o tema fica em evidência.

Figura 16: Website do deputado Magela (PT) – Enquete



Fonte: <http://www.magela13.com.br>

Outro exemplo, em que se constatou claramente esta questão foi numa enquete do deputado José Carlos Aleluia (DEM). A pergunta colocada para os internautas era sobre o mesmo tema que pesquisou Magela (pré-sal): quem merece ser jogado(a) no fundo de um poço vazio do pré-sal? As respostas eram, (a) "Doutora" Dilma; (b) Lula e Dilma; (c) Mercadante e Fontana. Neste caso, por sua condição de partido da oposição ao governo, a pergunta demonstrava sua postura contrária sobre o assunto, inclusive pode se perceber o caráter irônico da indagação.

Figura 17: Website do deputado Aleluia (DEM) – Enquete

The screenshot shows the website of Deputy Aleluia (DEM). At the top is a navigation menu with links: Home, Biografia, Atuação, Artigos, Frases, Notícias, Galeria de Fotos, Vídeos, Áudio, Links, Blog, Fale Conosco. The main content area features a poll titled "Enquete" with the question "Quem merece ser jogado(a) no fundo de um poço vazio do pré-sal?". The poll options are: "Doutora" Dilma, Lula, Lula e Dilma (selected), and Mercadante e Fontana. Below the poll is a "Votar" button and a "Resultados" section. To the right of the poll is a video player showing a man speaking, with the caption "Wagner perde controle da violência" and a progress bar showing "1 - 2 - 3 - 4 - 5". Further right are two news articles: "Ministro já admite derrota em 2010 e ameaça futuro governo com golpe" and "Câmara aprova em 1º turno criação de quase 8 mil vagas para vereador".

Fonte: <http://www.deputadoaleluia.com.br/website/#>

Detectaram-se poucos websites que tivessem foros de discussão. Os únicos parlamentares que disponibilizaram em seu website fórum e chat foram: o deputado brasileiro Mário Heringer (PDT), de Minas Gerais, e o senador Renato Casagrande (PSB), do Espírito Santo.

A seguir os exemplos mencionados.

Figura 18: Website do deputado Mário Heringer (PDT) - Fórum

The screenshot shows the website of Deputy Mário Heringer (PDT). The header features a banner with the name "Dr. Mário Heringer" and "DEPUTADO FEDERAL". Below the banner is a "Menu Item" section. The main content area includes a "Página Principal" link, a search bar, and a "Registrar" button. The forum section is titled "FÓRUM" and features a table with columns for "TÓPICOS", "MENSAGENS", and "ÚLTIMA MENSAGEM". The table lists a topic "Frente dos Vereadores" with 692 topics and 1087 messages. Below the forum section is a login area with fields for "Nome de Usuário" and "Senha", and a "Registrar" button. The "QUEM ESTÁ ONLINE" section shows 0 registered users, 0 hidden users, and 3 visitors. The "ESTATÍSTICAS" section shows 1088 messages, 714 topics, 312 members, and the most recent user registered is "ory sales".

Fonte: <http://www.marioheringer.com/forum/>

Figura 19 - Website do senador Renato Casagrande (PSB) - Fórum



Fonte: <http://www.renatocasagrande.com.br/debate.asp>

Notou-se que era necessário se cadastrar no fórum do deputado Heringer para participar dos debates, além deste acontecer online. Isso sugere menor controle no debate, já que qualquer pessoa podia opinar em tempo real. O fórum do senador Casagrande não possui essas funcionalidades e isto possivelmente denote maior controle pelos gestores do site sobre o mecanismo.

Não testamos a funcionalidade desses mecanismos. No entanto, estes evidenciam tentativas de algum tipo de *feedback* com os internautas, estabelecendo, desta maneira, uma incipiente interatividade.

4.3. Conclusão

Retomando os objetivos que nortearam este capítulo, segundo Lilleker e Jackson (2009), a interatividade pode ser agrupada em seis classificações de acordo com a direção da comunicação (uma via, duas e três). Podemos resgatar desse modelo que os websites dos deputados e senadores do Brasil e do Chile se

concentraram basicamente no grupo de uma via: “*monologue*”, ou seja, estes colocaram informações básicas em seus websites e em raríssimas exemplos, como foi ilustrado, aconteceu *feedback* ou “*dialogue*”, em que os eleitores podiam participar ou emitir alguma opinião.

Também se notaram que certos mecanismos que permitem a veiculação das “falas cidadãos” foram pouco utilizados nos websites dos candidatos, com exceção de alguns exemplos, como foi ilustrado. A comunicação online ainda tende a privilegiar a veiculação de falas produzidas pelo político e sua equipe de assessores. No entanto, as experiências que ilustramos evidenciam incipientes inovações na participação e interação online entre representantes e eleitores, aumentando, assim, os graus de representatividade e tornando mais estreito os vínculos de identidade e interação entre as elites dirigentes e os cidadãos comuns.

5. Conclusões gerais.

A fim de dar maior clareza e sistematicidade aos resultados de nossa investigação, afastando-nos assim do estilo excessivamente especulativo e abstrato comum de ser encontrado na literatura sobre “internet, democracia e política”, podemos enunciar de maneira mais sistemática alguns dos principais resultados provisórios de nossa investigação e enumerar alguns pontos insuficientemente tratados que apontam para uma futura agenda de pesquisa mais aprofundada sobre a matéria:

- Ao contrário da expectativa que pode ser gerada pela leitura da literatura sobre “internet e política” de viés excessivamente participacionista ou “deliberacionista”, ainda é relativamente escasso o uso da web pelos parlamentares dos países analisados, que pode ser atestado por vários indicadores: a) baixo grau de transparência e *accountability* de boa parte das casas legislativas examinadas no tocante a informações sistemáticas sobre perfil, trajetória e comportamento político dos parlamentares que deles fazem parte; b) nível ainda incipiente das NTICs e de websites pessoais pelos membros das elites parlamentares observadas; c) tendência a um uso pouco participativo e interativo dos recursos disponibilizados pelas NTICs.
- A maior parcela dos websites não foi usada como mecanismo de “interação”, de participação ou para criar vias de deliberação com o cidadão-internauta, mas sim utilizados como “outdoors virtuais” dos parlamentares a fim de exibir mecanismos “top down” de divulgação dos mecanismos de *accountability* e informações sobre atuação parlamentar dos deputados e senadores.

Como problemas não resolvidos e uma agenda de pesquisa que deriva da análise efetuada anteriormente, podemos destacar:

- A necessidade de refinar e tornar mais objetivos os critérios para análise de conteúdo dos websites, a fim de agregar novos elementos à análise de conteúdo além dos empregados acima.
- A necessidade de trabalhar melhor e incorporar novas variáveis de perfil a fim de verificar se o uso diferenciado dos tipos de websites pelos diversos segmentos das elites parlamentares se relaciona com outras variáveis, tais como escolaridade, gastos de campanha, patrimônio e estrato social.
- A necessidade de elaborar testes estatísticos mais sofisticados e modelos causais mais precisos a fim de verificar os determinantes do uso diferencial dos websites por subgrupos de parlamentares.
- Por fim, devemos destacar a necessidade de aplicar mecanismos mais sofisticados de análise qualitativa de conteúdo de websites a fim de relacionar as mensagens substantivas difundidas por este veículo com outras dimensões da atividade e do comportamento político dos atores observados.

São estes alguns dos principais problemas de pesquisa que, a nosso ver, derivam da análise efetuada acima bem como da ampla massa de informações que coletamos e armazenamos durante nossa investigação.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ALLAN, R.. Parliament, Elected Representatives and Technology 1997–2005—Good in Parts?. In: **Parliamentary Affairs** Vol. 59, No. 2, p. 360–365, 2006.
- ALPERIN D., J., SCHULT, D.. **E-Democracy: Legislative-Constituent Communications in Minnesota and Wisconsin**. Prepared for delivery at the 2003 Annual Meeting of the American Political Science Association, August, 2003.
- ANASTASIA, F., CORREA, I., NUNES, F. **Caminhos, veredas e atalhos: legislativos estaduais e trajetórias políticas**, in: MENEGUELLO, R. (Org.). *Percepções públicas sobre o parlamento brasileiro: dados dos últimos 50 anos*, 2005.
- ANASTASIA, F., RANULFO, M., C., SANTOS, F.. **Governabilidade e representação política na América do Sul**. Rio de Janeiro: Fundação Konrad Adenauer; São Paulo: Fundação Unesp, 2004.
- ANSTEAD, N., CHADWICK, A.. **Parties, Election Campaigning and the Internet: Toward A Comparative Institutional Approach**, in Chadwick, A. and Howard, P. N. (eds) *The Handbook of Internet Politics* (Routledge), pp. 56-71, 2008.
- BEETHAM, D.. **Parliament and democracy in the twenty-first century: a guide to good practice**. Geneva, Switzerland: Inter-Parliamentary Union, 2006.
- BIMBER, B. **Information and American Democracy: Technology in the Evolution of Political Power**. Cambridge: Cambridge University Press, 2003.
- BIMBER, B. DAVIS, R.. **Campaigning Online. The Internet in U.S. Elections**. New York: Oxford University Press, 2003.
- BLANCHARD, G. O uso da internet a serviço da comunicação do partido. In: **Líbero**, São Paulo, n. 18, p. 9-17, dez. 2006.
- BRAGA, S. **O papel das TICs na institucionalização das democracias; um estudo sobre a informatização dos órgãos legislativos na América do Sul com destaque para o Brasil**. Brasília: Plenarium/CEDI, 2007. Disponível em: http://www2.camara.gov.br/internet/eve/realizados/portal_seminario2007/material.html. Acesso em: 25 de abril de 2007.
- BRAGA, Sérgio. ; NICOLAS, M. A.. Como os parlamentares do Mercosul estão usando a internet para se comunicar e interagir com a opinião pública? In: **II Compólitica, 2007**, Belo Horizonte, 2007.
- BRAGA, S., NICOLAS, M., A.. Prosopografia a partir da Web; avaliando e mensurando as fontes para o estudo dos deputados estaduais brasileiros na internet. In: **Revista de Sociologia e Política**, v. 16, p. 107-130, 2008.
- BRAGA, S., NICOLAS, M., A.. The parliament and the Internet: sociopolitical profile and use of the internet by the parliamentary elites of Argentina, Brazil, Paraguay, Uruguay, Venezuela and Chile. In: **XXI IPSA World Congress of Political Science**, 2009, Santiago. *Anais do XXI IPSA World Congress of Political Science*, 2009.

- BRAGA, S.. Internet and Representative Institutions in Brazil: Information Technology in Brazilian Houses of Representatives (2007-2011). In: **Joint Sessions of Workshops do ECPR/European Consortium for Political Research, 2009**, Lisboa. Anais do Joint Sessions of Workshops do ECPR/European Consortium for Political Research. Essex: ECPR, 2009.
- BRAGATTO, C., R.. **Política e Internet: oportunidades de a participação democrática nos portais dos executivos nacionais dos seis maiores países Sul-Americanos**. Curitiba, 2008. 132 f. Dissertação (Mestrado em Sociologia) – Setor de Ciências Humanas, Letras e Artes, Universidade Federal do Paraná.
- BRAGHIROLI, S.. MEPs 2.0? Europarliamentarians' Communication Strategies in the Internet Era: General Developments and Individual Specificities. In: **Joint Sessions of Workshops do ECPR/European Consortium for Political Research, 2009**, Lisboa. Anais do Joint Sessions of Workshops do ECPR/European Consortium for Political Research. Essex: ECPR, 2009.
- CARDOSO, G., CUNHA, C., NASCIMENTO, S.. O parlamento português na construção de uma Democracia digital. In: **Sociologia, Problemas e Práticas**, n.º 42, p. 113-140, 2003.
- CARDOSO, G.; MORGADO, A. **A comunicação política na sociedade da informação: elites parlamentares e internet**. Lisboa: Home page: <http://iscte.pt/~galc/>, 2003. Disponível em: http://iscte.pt/~galc/Texto_6.pdf.
- CARDOSO, G.; MORGADO, A. A comunicação política na sociedade da informação: elites parlamentares e internet. In: **II Congresso da SOPCOM "Rumos da Sociedade de Comunicação"**, 2001. Disponível em: http://iscte.pt/~galc/Texto_6.pdf. Acesso em: 02/06/07.
- CASTELLS, M.. **A galáxia internet: reflexões sobre a internet, os negócios e a sociedade**. Rio de Janeiro: Zahar, 2003.
- CHADWIK, A., HOWARD, P.. **A Handbook of Internet and Politics**. London: Routledge, 2008.
- COLEMAN, S., TAYLOR, J., VAN DONK, W.. **Parliament in the age of the Internet**. Oxford: Oxford University Press, 1999.
- CUNHA, M. A. V. C. DA. **Meios eletrônicos e transparência: a interação do vereador brasileiro com o cidadão e o poder executivo**. Santiago de Chile: Digitado, 2005. 25 p. Paper apresentado no X Congreso Internacional del CLAD sobre la Reforma del Estado y de la Administración Pública, 18-21 Oct.
- CUNHA, M. A.; FREY, K.; DUARTE, F.. **Governança Local e as Tecnologias de Informação e Comunicação**. Curitiba: Editora Champagnat, 2009.
- CUNHA, C., SEICEIRA, F.. Parliament, Parties and Politicians in Portuguese Cyberspace. In: **Joint Sessions of Workshops do ECPR/European Consortium for Political Research, 2009**, Lisboa. Anais do Joint Sessions of Workshops do ECPR/European Consortium for Political Research. Essex: ECPR, 2009.
- D'ABREU, V.. Parliaments in the Digital Age: The Portuguese Parliament in the Digital Age. In: The workshop Parliaments in the Digital Age. UK: 2007. **Anais...** UK: Oxford Internet Institute, Forum Discussion Report 13.

- DADER, J., L.. La ciberdemocracia posible: reflexión prospectiva a partir de la experiencia de España. In: **Cuadernos de Información y Comunicación (CIC)**, n. 6, p. 177-220, 2001.
- DADER, J., L.. Ciberdemocracia y ciberparlamento. El uso de correo electrónico entre los parlamentarios españoles y ciudadanos comunes (1999-2001). In: **Telos**, Madrid, n. 55, abr./jun. 2003.
- DADER, J., L., CAMPOS, E..Internet e Parlamento en España (1999-2005): Los recursos para el contacto ciudadano y su uso, con una comparación europea. In: Revista Zer (Universidad del País Vasco), Vol. 11 nº 20, mayo de 2006.
- DADER, J. L. **The Internet Role on Elections Campaigns: the 2004 Spanish Case.** in: DAVID, R.; OWEN, D.; WARD, S. (Orgs.). Making a difference: a comparative view of the role of internet in election politics. Cambridge: Cambridge University Press, 2008.
- DAVIS, R.. **The web of politics: the internet's impact on the American political system.** New York, Oxford University Press, 1999.
- EISENBERG, J.. Internet, Democracia e República. In: **Dados Revista de Ciências Sociais**, Rio de Janeiro, p. 491 a 511, Vol. 46, nº3, 2003.
- EISENBERG, J., CEPIK, M.. **Internet e Política: Teoria e Prática da Democracia Eletrônica.** Belo Horizonte: Editora da UFMG, 2002.
- FAIRIA, C. F. S. The Edemocracy project applied to the climate changind policy in the Brazilian parliament: a case study. In: **Joint Sessions of Workshops do ECPR/European Consrtium for Politica Research, 2009**, Lisboa. Anais do Joint Sessions of Workshops do ECPR/European Consortium for Politica Research. Essex: ECPR, 2009.
- FERBER, P., FOLTZ, F., PUGLIESE, R.. The politics of State Legislature Websites: Making E-government more participatory. In: **Bulletin of Science, Technology & Society**, California, v. 23, n. 3, p. 157-167, jun. 2003.
- FERNANDEZ, R., G.. Campanhas eleitorais brasileiras na internet. Dissertação de Mestrado. Programa de Pós-Graduação em Ciência Política. Campinas, UNICAMP, 2005.
- FRANÇA, A., NICOLÁS, A.. Participação democrática nos websites dos candidatos a prefeito das capitais da região sul. In: **XIV Congresso Brasileiro de Sociologia**, 2009, Rio de Janeiro. Anais do XIV Congresso Brasileiro de Sociologia, 2009.
- FRICK, M.. La Ciencia Política Electrónica. Introducción a un nuevo campo de Investigación. In: **Revista Uruguaya de Ciencia Política**, Nº 15, p.175-184, 2006.
- GIBSON, R., WARD, S. A proposed methodology for studding the function and effectiveness of party and candidate web sites. In: **Social Science Computer Review**, v. 18, n. 3, p. 301-319, fall 2000.
- GOMES, W.. A democracia digital e o problema da participação civil na decisão política. In: **revista Fronteiras – estudos midiáticos VII (3)**, p. 214-222, setembro/desembro 2005.

- GOMES, W.. Democracia Digital: Que democracia? In: **II Congresso da Associação Brasileira de Pesquisadores em Comunicação e Política**. GT: Internet e Política. Belo Horizonte/MG. Disponível em: <<http://www.fafich.ufmg.br/compolitica/anais2007.html>>. Acesso em: 3 Jul 2007.
- GOMES, W.. **Transformações da política na era da comunicação de massa**. 2 ed. São Paulo: Paulus, 2007.
- GOMES, W., MAIA, R.. **Comunicação e democracia: problemas e perspectivas**. São Paulo: Paulus, 2008
- HELD, D.. **Modelos de democracia**. Belo Horizonte: Paideia, 1987.
- KAKABADSE, A., KAKABADSE, N., KOUZMINA, A. Reinventing the democratic governance project information technology? A growing agenda for debate. In: **Public Administration Review**, v.63, n.1, p.44-60, 2003.
- JACKSON, N.. Na MP's in the Internet Era – The Impact of E-newsletters. In: **The Journal of Legislative Studies**, vol. 12, n°2, June 2006, p 223-242, 2006.
- JACKSON, N., A., LILLEKER, D., G..Just Public Relations or an Attempt at Interaction? In: **European Journal of Communication**, London, v. 19, n. 4, p. 507-533, 2004.
- KELLER, S.. **O destino das Elites**. Rio de Janeiro: Editora Forense Universitária, 1967.
- LESTON-BANDEIRA, C.. The Impact of the Internet on Parliaments: a Legislative Studies Framework. In: **Parliamentary Affairs** Vol. 60 No. 4, 2007.
- LESTON-BANDEIRA, C.. Are ICTs Changing Parliamentary Activity in the Portuguese Parliament? In: **The Journal of Legislative Studies**, London, v. 13, n. 3, p. 403-421, sept. 2007.
- LESTON-BANDEIRA, C., WARD, S.. **Parliaments in the Digital Age**. Oxford: The British Academy, 2008. 51 p. Oxford Internet Institute, Forum Discussion Report 13, January 2008.
- LIJPHART, A. *Modelos de democracia: desempenho e padrões de governo em 36 países*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.
- LILLEKER, D., G., JACKSON, N., A.. Interacting and Representing: can Web 2.0 enhance the roles of an MP?. In: ECPR Joint Sessions, Lisbon, 2009. **The Journal of Legislative Studies**, vol. 13, n°3, September 2007, p 2354-369, 2007.
- LUSOLI, W., WARD, S., GIBSON, R.. (Re)connecting Politics? Parliament, the Public and the Internet. In: **Parliamentary Affairs** Vol. 59 No. 1, p. 24-42, 2006.
- MAINWARING, S.; SHUGART, M. Juan Linz, presidencialismo e democracia: uma avaliação crítica. *Novos Estudos Cebrap*, São Paulo, n. 37, nov. 1993. http://www.cebrap.org.br/imagens/Arquivos/juan_linz_presidencialismo.pdf
- MANIN, B., PRZEWORSKI, A., STOKES, S., C.. Eleições e representação. In: **Lua Nova**, n°67, p.105-138, 2006.
- MARENCO DOS SANTOS, André. **Não se fazem mais oligarquias como antigamente: recrutamento parlamentar, experiência política e vínculos**

- partidários entre deputados brasileiros (1946-1998).** Tese de Doutorado. Programa de Pós-Graduação em Ciência Política. Porto Alegre, UFRGS, 2000.
- MARENCO, S., SERNA, M.. Por que carreiras políticas na esquerda e na direita não são iguais. In: **RBCS Revista Brasileira de Ciências Sociais**, São Paulo, v. 22, n. 64, p. 93-113, jun. 2007.
- MARENCO, S.. **Não se fazem mais oligarquias como antigamente: recrutamento parlamentar, experiência política e vínculos partidários entre deputados brasileiros (1946-1998).** Tese (Doutorado) - Programa de Pós-Graduação em Ciência Política, UFRS/ IFCH, Porto Alegre, 2000.
- MARGOLIS, M., RESNICK, D.. **Politics as Usual. The Cyberspace Revolution.** Thousand Oaks, CA: Sage Publications, 2000.
- MARQUES, F. P. J. **Níveis de participação dos cidadãos na internet; um exame dos websites de senadores brasileiros e norte-americanos.** Curitiba: Disponível no site do XVI Compós. Acesso: julho de 2007, 2007. 26 p. Trabalho apresentado ao Grupo de Trabalho "Comunicação e Política", do XVI Encontro da Compós, na UTP, em Curitiba, PR, em junho de 2007.
- MARQUES, F., P., J., MIOLA, E.. Internet e Parlamento: um estudo dos mecanismos de participação oferecidos pelo Poder Legislativo através de ferramentas online. In: **Revista da Associação Nacional dos Programas de Pós-Graduação em Comunicação, E-Compós.** Vol. 9, 2007.
- MARQUES, F., P., J.. Níveis de participação dos cidadãos na internet; um exame dos web sites de senadores brasileiros e norte-americanos. In: **XVI Encontro da Compós.** Grupo de Trabalho "Comunicação e Política". Curitiba: UTP, junho de 2007.
- MACPHERSON, C. B. *A democracia liberal.* Rio de Janeiro: Zahar, 1978.
- MESSEMBERG, D.. A Elite Parlamentar Brasileira (1989-2004). In: **Sociedade e Estado**, Brasília, v. 22, n. 2, p. 309-370, 2007.
- MIGUEL, L.F.. Representação política em 3-d. Elementos para uma teoria ampliada da representação política. In: **RBCS**, Vol. 18 nº. 51, p. 123-193, fevereiro/2003.
- NICOLAU, J.. Como Controlar o Representante? Considerações sobre as Eleições para a Câmara dos Deputados no Brasil. In: **DADOS**, Rio de Janeiro, Vol. 45, nº 2, pp. 219 a 236, 2002.
- NORRIS, P.. A virtuous circle: political communications in post-industrial societies. Cambridge: **Cambridge University Press**, 2000.
- NORRIS, P. **Digital divide; Civic Engagement, Information Poverty, and the Internet Worldwide.** Cambridge: Cambridge University Press, 2001.
- NORRIS, P. Preaching to the Converted? Pluralism, Participation and Party Websites. In: **Party Politics**, 9(1): 21-45, 2003.
- NORRIS, P. The impact of the Internet on political activism: Evidence from Europe. In: **International Journal of Electronic Government Research.** 1(1): 20-39, 2005.
- NORRIS, P.. Democratic Divide? The impact of the internet on Parliaments Worldwide. Harvard University: John Kennedy School of Government, Paper apresentado

- no Congresso da APSA e disponível no site da autora: <http://ksghome.harvard.edu/~pnorris/acrobat/apsa2000demdiv.pdf> (acesso em 10 abr. 2007).
- NORTON, P.. Four Models of Political Representation: British MPs and the Use of ICT. In: **The Journal of Legislative Studies**, vol. 13, nº3, september 2007, p 354-369, 2007.
- O'DONNELL, G. Democracia delegativa? *Novos Estudos Cebrap*, São Paulo, n. 31, p. 25-40, out. 1991.
- OLIVEIRA, L. H. H.. Presidencialismos em Perspectiva Comparada. In: **Dados**. Rio de Janeiro, v. 49, p. 301-343, 2006.
- PERISSINOTTO, R. M.; BRAUNERT, M. A direita, a esquerda e a democracia: os valores políticos dos parlamentares paranaenses (1995-2002). In: **Opinião Pública**, Campinas, v. 12, n. 1, p. 114-135, abr./mai. 2006.
- PRZEWORSKI, A; STOKES, S., C., MANIN, B.. **Democracy, Accountability and Representation**. Cambridge: Cambridge University Press, 2001.
- RÖMMELE, A., Political Parties, Party Communication and New Information and Communication Technologies. In: **Party Politics**, 9:1, p.10, 2003.
- RIJN, P.. Parliaments in the Digital Age: Parliament and Internet: The Case of the Netherlands House of Representatives Website. In: The workshop Parliaments in the Digital Age. UK: 2007. **Anais...** UK: Oxford Internet Institute, Forum Discussion Report 13.
- RODRIGUES, Leôncio Martins. **Mudanças na classe política brasileira**. São Paulo: Publifolha, 2006.
- ROTHBERG, D.. Por uma agenda de pesquisa em democracia eletrônica. In: **Opinião Pública**, Campinas, vol. 14, nº 1, Junho, 2008, p.149-172.
- ROY, D.. Parliaments in the Digital Age: The Case of the French Senate's Website. In: The workshop Parliaments in the Digital Age. UK: 2007. **Anais...** UK: Oxford Internet Institute, Forum Discussion Report 13.
- SEIFERT, J., CHUNG, J. Using E-Government to Reinforce Government-Citizen Relationships: Comparing Government Reform in the United States and China. In: **Social Science Computer Review**, v. 27, n. 2, p. 3-23, 2009.
- SCHMITTER, P., C., KIES, R. MENDEZ, F., TRECHSEL, A.,H.. **Evaluation of the use of new technologies in order to facilitate democracy in Europe**. Luxemburg: Lars Bosche, 2003.
- SCHUSSMAN, A., EARL, J.. From Barricades to Firewalls? Strategic Voting and Social Movement Leadership in the Internet Age. In: **Sociological Inquiry**, 74(4), p. 439-463, 2004.
- SILVA, S.,P. Graus de participação democrática no uso da internet pelos governos das capitais brasileiras. In: **Opinião Pública**, Campinas, v. XI, n. 2, p. 450-468, outubro de 2005.
- SETALA, M.; GROLUND, K. Parliamentary websites: theoretical and comparative perspectives. In: **Information Polity**, v. 11, p. 149-162, 2006.

- TRECHSEL, A., KIES, R., MENDEZ, F., SCHMITTER, P.. **Evaluation of the use of New Technologies in order to facilitate democracy in Europe.** Genova/Suiça: European Paliament, 2003. 117 p. Relatório de Pesquisa da equipe encarregada de avaliar os websites dos parlamentos e partidos europeus.
- WARD, S., GIBSON, R., K., NIXON, P.. **Parties and the internet: An overview.** In R. K. Gibson & P. Nixon & S. Ward (Eds.), *Political parties and the Internet: Net gain?* London, Routledge, p. 9-37, 2003.
- WARD, S., LUSOLI, W.. From Weird to Wired': Parliamentary, the Internet and Representative Politics in the UK. In: **The Journal of Legislative Studies**, Vol.11, No.1, pp.57–81, 2005
- WARD, S., VEDEL, T.. Introduction: The Potential of the Internet Revisited. In: **Parliamentary Affairs**, Vol. 59 No. 2, 2006.
- WEISSBERG, R.. Technology Evolution and Citizen Activism: The Net and the Rebirth of Limited Government. In: **The Policy Studies Journal**, 31(3), p.385-395, 2003.
- WILLIAMSON, A.. MPs online: Connecting with constituents. In: **Hansard Society**, London, 2009.
- WOLTON, D.. **Internet, e depois? Uma teoria crítica das novas mídias.** 2 ed. Porto Alegre: Sulina, 2007.
- ZITTEL, T.. Political Representation in the Networked Society: The Americanization of European Systems of Responsible Party Government?. In: **Journal for Legislative Studies**, 9: 1–22, 2003.
- ZITTEL, T.. Parliaments in the Digital Age: Parliaments and the Internet: A Perspective on the State of Research. In: *The workshop Parliaments in the Digital Age.* UK: 2007. **Anais...** UK: Oxford Internet Institute, Forum Discussion Report 13.
- ZITTEL, T.. Constituency Communication on the WWW in Comparative Perspective Changing Media or Changing Democracy? In: **Joint Sessions of Workshops do ECPR/European Consrtium for Politica Research, 2009**, Lisboa. Anais do Joint Sessions of Workshops do ECPR/European Consrtium for Politica Research. Essex: ECPR, 2009.
- ZITTEL, T.. Digital parliaments and electronic democracy: a comparison between the US House, the Swedish Riksdag and the German Bundestag, in: **Electronic Democracy**, R.K. Gibson, A. Rommele and S.J. Ward, eds, Routledge, London and New York, pp. 70–95, 2004.

Anexo 1: Modelo de ficha biografia com informações básicas sobre elites parlamentares**MODELO DE PERFIL PARLAMENTAR**

FOTO DO
PARLAMENTAR

Nome completo:
Nome parlamentar:
Partido:
Gabinete:
Fone:
Email:
Website pessoal:

Nascimento:
Local de nascimento:
Estado Civil:
Profissões:
Filiação:
Escolaridade dos pais:
Profissão dos pais:
Estudos e Graus Universitários:
Atividades Profissionais:
Religião:

Forma de entrada na política:
Trajetória Política:
Legislaturas:
Filiações Partidárias:
Cargos executivos e administrativos ocupados:
Atividades Parlamentares na atual legislatura:

Vínculos com associações civis e políticas:
Atividade intelectual:

Total de votos:
Soma de receitas declaradas:
Soma das despesas declaradas:
Soma dos bens declarados:

Anexo 2: Ejemplos de parlamentares Web 2.0 e “outdoor pessoal”:

Senador Girardi – PPD – Chile: Parlamentares Web 2.0.

The screenshot shows the website for Senator Guido Girardi. The header includes a navigation menu with tabs: INICIO, BIOGRAFÍA, TRABAJO SENADO, COLUMNAS DE OPINIÓN, AUDIOS, and CONTACTO. The main content area is divided into several sections, each with a small image and text. On the right side, there is a 'Redes Sociales' section with links to Facebook, YouTube, and Twitter, and a 'Suscríbete al sitio' button. Below that, there is a '¿Cuántos me siguen en twitter?' widget showing 485 followers. The overall design is functional but somewhat cluttered with multiple images and text blocks.

Alberto Cid- Frente Amplio-Uruguay- Outdoor pessoal personalizado.

The screenshot shows the website for Senator Alberto Cid. The header is blue and features the text 'Senador Alberto Cid' in large white letters, along with a small photo of the senator. Below the header is a navigation menu with tabs: Principal, Comunicados, Contenido, Eventos, and Contacto. The main content area features a large video player showing a close-up of Senator Cid speaking. The overall design is clean and professional, with a focus on the senator's image and name.

Irishina Bravo, PSUV – Outdoor Virtual Partidarizado

Caracas, 11 de Septiembre de 2009

Irishina Bravo
Diputada a la Asamblea Nacional por el Estado Miranda
República Bolivariana de Venezuela

Curriculum Eventos Intervenciones Opinión Hemeroteca



EMPATRULLATE EN LA GRAN RIFA DEL PSUV

20.000 premios a repartir

 Carro
  Motos
  Viajes
  Laptos
  Camaras
  Chaquetas
  Chemis
  Gorras
  Koalas
  Llaveros

20.000 premios a repartir Valor 40 Bs

A-000 B-001 Yo si financio mi PSUV

Los premios serán entregados en la sede del PSUV de cada estado

Rif. J-30021129-2

Noticias



Irishina Bravo descartó creación de nuevos impuestos. 25/08/2009



Irishina Bravo, diputada de la AN Insisten en mantener austeridad en entes



Intervenciones en Cámara

- Sesión 21/04/09
- Sesión 24/03/09
- Sesión 14/01/09
- 👤 Sesión 23/10/07 (II)
- 👤 Sesión 23/10/07
- 👤 Sesión 19/10/07